



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

“VOCÊ POR ACASO SABE LER?”:

UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE INJÚRIAS CULTURAIS RELATIVAS À LEITURA

Marina Vieira Cervezão

SÃO CARLOS

2024



Universidade Federal de São Carlos

MARINA VIEIRA CERVEZÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

“VOCÊ POR ACASO SABE LER?”:
UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE INJÚRIAS CULTURAIS RELATIVAS À LEITURA

MARINA VIEIRA CERVEZÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Luzmara Curcino

São Carlos – São Paulo - Brasil

2024

RESUMO

Esta dissertação, em consonância com as pesquisas realizadas pelos membros do Laboratório de Estudos da Leitura (LIRE-CNPq/UFSCar), tem por objetivo analisar discursos sobre a leitura, mais especificamente abordar as formas de expressão da ‘vergonha’ e do ‘orgulho’ relacionadas a essa prática, à condição de ser ou não leitor, em enunciados provenientes de notícias que circularam tanto na mídia brasileira quanto em postagens em blogs, nas quais a leitura é convocada como meio de estabelecer hierarquias entre os sujeitos, sob a forma de insulto, de hostilização, ou seja, de “injúria” de caráter “social” (SENNET; COBB, 1972). Ao longo desta pesquisa de Mestrado, levantamos e analisamos enunciados coletados juntos a textos de notícias dos principais jornais e revistas brasileiros em formato digital e, também, blogs de uso pessoal que abordaram, ainda que breve e acessoriamente, a prática da leitura aludida como forma de humilhar e rebaixar uns e enaltecer outros. Foi coletado um total de dez enunciados, em que o uso da leitura foi trazido à tona; desses, analisamos um total de nove, que foram aqueles que trouxeram enunciados com o intuito da injúria, do desmerecimento. Acreditamos que o número baixo de análise dá-se por dois principais motivos: i) a dificuldade de captação de enunciados em que a leitura é tida como aspecto de desmerecimento intelectual; e ii) o fato desse tipo de enunciado trazer uma vergonha ao interlocutor, impedindo-o de expô-los. Esse uso peculiar da leitura faz parte dos argumentos relativos ao gesto cultural constitutivo de nossa identidade coletiva tal como afirma DaMatta (1990), aquele do “Você sabe com quem está falando?”. Por ser uma prática cujo exercício pleno é restrito a poucos, ela se mantém entre nós como meio de distinção e, por isso, é mobilizada como ‘trunfo’ para restabelecer e relembrar hierarquias socioculturais ao outro, a quem se quer “colocar em seu devido lugar”. Apresentamos nesta dissertação algumas reflexões acerca do funcionamento discursivo de injúrias relativas à leitura. Para a análise, nos apoiamos nas reflexões empreendidas por estudiosos dos discursos sobre a leitura no Brasil, como Abreu (2001a, 2001b, 2005, 2006a, 2006b), Britto (2015), Barzotto e Britto (1998), mas sobretudo pelos trabalhos de Curcino (2016, 2018a, 2019a, 2020a, 2023) e de demais membros do LIRE (CNPq/UFSCar), com especial atenção aos trabalhos sobre as emoções e a leitura, de Curcino (2022, 2024a) e Silva e Curcino (2022), buscando articulá-los às considerações acerca da “injúria social” e da desqualificação dos sujeitos, segundo as reflexões de Sennet e Cobb (1972) e DaMatta (1990).

Palavras-chave: Discursos sobre a leitura. Injúria cultural. Distinção. Orgulho. Vergonha.

ABSTRACT

This Masters dissertation here presented, in line with the researches accomplished by the group LIRE, has as its main objective to analyze speeches about reading, more specifically, to approach the ways of expression of the ‘shame’ and ‘pride’ related to this practice, in the condition of being or not a reader, in statements that came from news of the Brazilian media as well as in personal Brazilian blogs, in which the reading is summoned as a way to stablish hierarchies between the subjects, under the way of insult, harassment and cultural and social injury (SENNAT; COBB, 1972). Over this Masters research, we have raised and analyzed statements collected along digital news texts and, also, personal Brazilian blogs that approached, even if it was briefly and accessorially, the reading, mentioned as a way at the same time to humiliate and downgrade ones and praise others. It was collected a total of ten statements, in which the use of the reading was brought up; from these, we analyzed a total of nine, which were the ones that brought statements with the intuition of the injury, the unworthiness. We believe that the low number of analyze is given for two main reasons: i) the difficulty of catching the statements in which the reading is taken as an aspect of intellectual unworthiness; and ii) the fact that this kind of statement brings up a shame to the interlocutor, preventing him of exposure. This peculiar use of the reading is part of the arguments related to the constitutive cultural gesture of our collective identity as affirms DaMatta (1990), the one from “Do you know who you are talking to?”. Because it is a practice which full exercise is restrict to just a few, it maintains along us as a way of distinction and, for this reason, it is mobilized as a “triumph” to reestablish and remind sociocultural hierarchies to that who should be “put in their correct place”. We present in this dissertation some reflection about the discursive work of the injuries related to the reading. For this analysis, we were supported by the reflections of Brazilian researchers about the reading in Brazil, such as Abreu (2001a, 2001b, 2005, 2006a, 2006b), Britto (2015), Barzotto e Britto (1998) and other member of the study group LIRE (CNPQ/UFSCar), with special attention to the works related to the emotions and the reading from Curcino (2022, 2024a) and Silva e Curcino (2022), questiong for an articulation to the considerations about the “social injury” and the dequalification of the subjects, according to the reflections of Sennet e Cobb (1972) and DaMatta (1990).

Keywords: Discourses about reading. Cultural injury. Distinction. Pride. Shame.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: A LEITURA ENTRE O ROL DE OFENSAS CULTURAIS....	6
1.1 DISCURSOS DOMINANTES SOBRE A LEITURA E SEU USO COMO OFENSA...	9
1.2 OBJETIVOS	11
1.3 POR QUE ESTUDAR A LEITURA COMO OFENSA?.....	11
1.4 DAS DIFICULDADES DE CONSTITUIR E ANALISAR UM <i>CORPUS</i> COM ENUNCIADOS QUE OFENDEM E ENVERGONHAM	12
2 CAPÍTULO I - INJÚRIA CULTURAL E LEITURA: UMA PRÁTICA A SERVIÇO DA DISTINÇÃO DOS SUJEITOS	19
3 CAPÍTULO II - PERGUNTAR (NÃO) OFENDE(?): “VOCÊ POR ACASO SABE LER?”	24
4 CAPÍTULO III - “POBRE NÃO LÊ”: O POVO BRASILEIRO NAS PALAVRAS DE NOSSA ELITE.....	58
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70

1 INTRODUÇÃO: A LEITURA ENTRE O ROL DE OFENSAS CULTURAIS

No decorrer da pandemia do Covid-19, em julho de 2020, ganhou alguma visibilidade na mídia brasileira o episódio deplorável em que um desembargador de São Paulo, ao ser multado por transgredir a ordem de usar máscara em espaço público, na orla de Santos, reagiu humilhando o fiscal que o abordou e multou, conforme as normas sanitárias legais estabelecidas em função da pandemia do coronavírus no momento do epicentro de contaminação da primeira onda. A humilhação consistiu em rebaixá-lo, inclusive intelectualmente, ofendendo-o como “analfabeto”, como quem “não consegue entender” e perguntando se ele “sabia ler”¹. A leitura é frequentemente evocada nessas circunstâncias de ofensa baseadas na ostentação de hierarquia cultural. E este episódio, não é um caso isolado.

O desprezo cultural é uma prática comum e frequente, em especial aquele que para sua manifestação mobiliza exatamente a leitura. Entre tantas outras circunstâncias em que se convoca a leitura como tema, em nossa vida em sociedade, incluem-se as cenas de humilhação que presenciamos, de que ouvimos falar ou de que alguns de nós já foram vítimas, nas quais se usa como argumento de desqualificação do outro justamente injúrias culturais², ou seja, ofensas que ‘lembram’ ao outro o seu lugar, o seu estatuto de não leitor. (CURCINO, 2018a, p. 63)

Com o objetivo de investigar esses acontecimentos discursivos em que se mobiliza a leitura como um argumento para a exibição de ‘orgulho’ de ser leitor com a conseqüente e imposta ‘vergonha’ ao outro por não sê-lo, nos propusemos nesta pesquisa a depreender os discursos consensuais sobre a leitura que são evocados nos enunciados que emergem em circunstâncias equivalentes a esta que mencionamos.

Assim, nossa pesquisa de mestrado se inscreve no âmbito das pesquisas desenvolvidas pelo LIRE³, que tem por compromisso formar pesquisadores na área dos discursos e especialistas no tema leitura e, mais precisamente, ela se inscreve no projeto de pesquisa coletivo atualmente realizado pelos membros deste grupo, relativo à análise das emoções comumente evocadas em discursos sobre a leitura e na construção das representações dos

¹ Sobre o episódio, conferir, entre outras, a notícia publicada por Carla Jiménez, “Uma elite sem modos e sem atitude”, no jornal El País – Brasil, em 20 de julho de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-07-21/uma-elite-sem-modos-e-sem-atitude.html>. Acesso em:

² Tal como esclarece a autora (CURCINO 2018a), o ‘orgulho’ e a ‘vergonha’ relativas ao espectro cultural e em particular ao universo letrado do livro e da leitura, respondem ao que se pode designar como “injúrias ocultas de classe”, conforme expressão empregada por Richard Sennet e Jonathan Cobb (1972).

³ Criado em 2010, o grupo de pesquisas tem por compromisso formar pesquisadores na área de estudos dos discursos, tendo por objetivo o de recensear e analisar discursos sobre a leitura e representações dos leitores em circulação no cenário nacional, sobretudo na atualidade, depreendendo dessa análise os impactos sobre nossa condição leitora, como sociedade. Informações cf. Diretório de Grupos de Pesquisa CNPq. Disponível em: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6622476256810003. Acesso em: set. 2023.

leitores⁴. Aliado ao objetivo desta pesquisa coletiva, o objetivo desta nossa pesquisa de mestrado foi o de examinar e compreender as formas discursivas de expressão das emoções da ‘vergonha’ e do ‘orgulho’ mobilizadas em enunciados presentes em textos da mídia de grande circulação, como em jornais e revistas nacionais, ao reportarem episódios de injúria cultural, mas também em postagens em blogs que repercutiram os mesmos ou outros casos sobre esse tema.

Reconhecendo o papel das mídias, de modo geral, institucionais e tradicionais até as redes sociais da atualidade, na difusão de enunciados em que figuram essas representações da leitura e dos leitores, de início fizemos a triagem junto a textos provenientes das mídias tradicionais, ou seja, jornais e revistas nacionais, de circulação digital nos quais circularam notícias onde se encontram enunciados deste tipo. Em seguida, como forma de ampliar o número de enunciados para a formação de nosso corpus, recorremos a textos que circularam em blogs pessoais e sob a forma de comentários, com vistas a obter um maior número de possibilidades desse tipo de ocorrência de enunciados em que seus enunciadores recorrem à leitura como forma de ofender, de caluniar, de humilhar e de rebaixar seja um indivíduo específico, seja todo um grupo.

Nessas buscas que realizamos, nos deparamos com um número relativamente baixo de enunciados relativos a essa especificidade discursiva de mobilização da leitura como mote de injúria cultural. Isso talvez se explique conforme pressupõe Curcino (2024a), pelo silêncio das vítimas que, por vergonha, devido ao potencial humilhante desse tipo de interpelação que acusa alguém de não ser leitor, preferem não denunciar, não falar do tema.

O estigma dessa falta [da leitura, que é imputada nessas cenas de ofensa] impõe um silêncio sobre as razões dessa falta. Os indivíduos [vítimas da ofensa] preferem não dar mostras de sua condição carente, faltosa. Por isso silenciam sua condição, buscam passar despercebidos, para o que é preciso, por vezes, reproduzirem os mesmos discursos que os oprimem, ofendem e envergonham. (CURCINO, 2024a, p. 73)

Ele também pode ser resultado da falta de registro no momento em que o ato ocorre. Nem sempre se está preparado para um tipo de ofensa como essa, e ela pode ser pontual e fugaz, de modo que não se consiga na sequência, fazer o devido registro. Por isso, se de início buscamos apenas ocorrências junto aos acervos de textos em jornais ou revistas, diante dos poucos resultados, fizemos também a busca em blogs pessoais.

⁴ Reflexões sobre o papel dessas emoções em discursos sobre a leitura encontram-se em Curcino (2018a, 2019a, 2020, 2022); Silva e Curcino (2022), entre outros.

Em nossas buscas, e na constituição deste *corpus* com que trabalhamos nesta dissertação, tivemos acesso a notícias provenientes de textos da mídia, bem como postagens publicadas em blogs, com enunciados em que a leitura foi usada como mote para ofender, e que por essa razão tiveram alguma circulação em função do potencial de polêmica que alguns desses episódios e textos adquiram no cenário nacional, tendo sido amplamente compartilhados. Assim, dada a repercussão de alguns casos, nos deparamos com vários textos sobre um mesmo acontecimento, publicados por diferentes jornais e revistas, em cobertura ao episódio. Nossa seleção, do conjunto total de textos, visou trazer uma amostra proporcional dos episódios e de sua repercussão.

Após localizados os textos, buscamos identificar neles prováveis continuidades e descontinuidades nas formas de representação dos leitores e da leitura, quando essa prática é mencionada como argumento para qualificação e desqualificação dos sujeitos, como motivo de orgulho para uns e de imposição de vergonha para outros, quando esses enunciados sobre a condição leitora vêm acompanhados de outras ofensas como a designação de “analfabeto” ou de “iletrado”, enfim, como forma de hierarquização dos sujeitos, de maneira ostensivamente ofensiva.

Não é de hoje que a falta de leitura é usada como forma de injúria ou insulto de classe, seja ela entendida como o não domínio da decodificação escrita, seja como uma variante de pouco prestígio de seu exercício. Em conformidade com Curcino (2018a, 2022, 2024a), partimos de um dos pressupostos de suas pesquisas, a saber, o de que quando falamos sobre a leitura, há alguns sentimentos mais específicos que se sobressaem em relação a outros e se fazem presentes quando é preciso falar de si ou do outro como leitor. A autora afirma ser mais:

[...] recorrente a mobilização da “vergonha” e do “orgulho”, em sua condição de emoções sociais e morais, dado que sua distribuição pode ser pressuposta com uma relativa previsibilidade quando se considera a origem de classe daqueles que (se) enunciam em relação à leitura ou daqueles que são referidos na enunciação quando se fala dessa prática cultural. Há aqueles que podem se expressar de forma orgulhosa de sua condição leitora, e há os que o fazem sob o signo da vergonha, precocemente intimidados pelo repertório das várias formas de “injúrias ocultas de classe” (Sennet; Cobb, 1972), inscritas nos discursos consensuais sobre essa prática. (CURCINO, 2024a, p. 67)

Na nossa análise nesta dissertação, buscamos compreender como o sentimento de ‘vergonha’ é expresso e imposto ao outro em circunstâncias em que o locutor se vale da leitura como argumento para ofender um outro, inferindo que este outro é um não-leitor, dado ter uma condição socioeconômica e profissional que o agressor acredita ser distinta da sua, inferior à sua.

Em consonância a esse fenômeno, por vezes é possível encontrar o sentimento de ‘orgulho’ em relação àquele que profere o discurso, ou seja, ao humilhar alguém, aquele que tal ato pratica sente-se na posição de se orgulhar de ser “mais leitor” que o humilhado. Assim, trata-se de uma “injúria cultural”, estreitamente ligada à classe social e que pode se somar a outros preconceitos.

1.1 DISCURSOS DOMINANTES SOBRE A LEITURA E SEU USO COMO OFENSA

Em geral, esses julgamentos partem de uma ideia comum, naturalizada, romântica do que é ser um bom leitor. Nos textos da mídia convencional isso não é uma exceção. Esse consenso foi constituído ao longo da história e na história da leitura e dos leitores se pode observar a recorrência de representações que instauram e fomentam essa imagem coletiva do que é ler, de como devemos exercer essa prática, de como reconhecemos a nós e aos outros como leitores, tal como afirmado por Curcino (2018a, 2019a). É a partir dos estudos nessa área que, hoje, podemos compreender como é valorizado e institucionalizado o conceito do que é ser leitor e, conseqüentemente, do que é ser o bom (ou não) leitor.

Essa imagem é, costumeiramente, idealizada pela maioria de nós. O leitor, em seu papel institucionalizado, é aquele que se apresenta como um grande conhecedor daquilo que é considerado boa literatura. Não é à toa que, quando há essa idealização, e pouco (ou nada) se discute acerca de uma literatura popular, de pouca fama. Dessa forma, pode-se afirmar que pouco se sabe sobre a história das práticas de leitura populares, o que gera uma invisibilidade decorrente de fatores como sua prática instantânea ou, como consequência, os poucos vestígios de sua leitura (quando eles existem, são pouco acessados ou duráveis).

A invisibilidade supracitada é advinda da remanência de certos discursos que, segundo Foucault (1999), resultam das formas de sua circulação e de sua institucionalização, que disseminam a peculiaridade de seu valor simbólico prioritariamente eufórico, que é fruto de certos consensos que internalizamos e compartilhamos a respeito do que é a boa leitura, do que é ser o verdadeiro leitor.

Esses consensos relativos à leitura têm uma história e se encontram enraizados em nossa sociedade Ocidental até os dias atuais. Três deles foram levantados por Pierre Bayard (2007), em seu livro “Como falar dos livros que não lemos?”, discutido por Curcino (2016):

Pierre Bayard (2007) aborda pelo menos três consensos gerais que compartilhamos acerca da leitura e que vigoram em sociedades letradas do Ocidente, tal como a nossa. O primeiro deles refere-se à necessidade de ler (é preciso ser leitor numa sociedade

em que a escrita adquiriu papel distintivo e hierarquizante dos indivíduos na relação entre eles); o segundo dos consensos refere-se à necessidade de se ler sempre, muitos textos (de modo a se integrar a uma sociedade da informação e da ostentação da condição de ser bem (in)formado); o terceiro consenso refere-se à necessidade de se falar do que se leu e de se mostrar publicamente leitor (não de qualquer modo). (CURCINO, 2016, p. 234)

Conforme afirma Curcino (2018b), em sua análise das representações, em textos da mídia, de Fernando Henrique Cardoso como leitor, internalizamos algumas representações dos modos de ser, de se comportar e de se apresentar ao mundo como leitor, que reproduzimos ou prontamente reconhecemos como prestigiosas, seja quando os sujeitos se mostram com um livro em mãos, seja quando cita autores no meio de diálogos, seja quando adota certas poses e se faz fotografar diante de estantes de livros. Ainda segundo a autora:

A leitura, a leitura de certos livros, a posse de livros, a pose com livros, tudo isso desempenhava e desempenha ainda hoje importante papel como símbolo de distinção. Não sem razão, a ostentação da condição de leitor e a condenação de sua ausência ou a estigmatização de certas práticas de leitura, consideradas menos legítimas e por isso invisíveis à nossa percepção e não dignas de nosso reconhecimento, são exploradas frequentemente na construção da imagem pública dos sujeitos. (CURCINO, 2018a, n. p.)

Essas formas bastante convencionais e conhecidas de se se apresentar à sociedade como leitor não surgiram repentinamente nem exclusivamente entre nós. Tal como demonstra Abreu (2001a, 2001b, 2006b) em suas análises de quadros, de cartas e de outros documentos de autoria de viajantes europeus que representaram a gente e a natureza do Brasil no período do século XVIII e XIX, eles recuperam as formas de representação tipicamente europeias relacionadas às elites letradas que serviram de parâmetro para os julgamentos e para a construção da imagem depreciativa das práticas e dos sujeitos leitores no Brasil.

Assim, não são raras as circunstâncias em que sujeitos expressam seu ‘orgulho’ de ser leitor, e em algumas dessas circunstâncias o fazem também por meio do insulto ao outro, de seu rebaixamento. Com a análise de um *corpus* de enunciados provenientes de notícias de jornais e revistas e de comentários em blogs pessoais, pudemos depreender o funcionamento desses enunciados relativos à leitura nos quais se explora seja o ‘orgulho’, seja a ‘vergonha’, seja ambos simultaneamente.

Em nossa análise desse funcionamento discursivo, nos subsidiamos em alguns princípios teóricos gerais da Análise do Discurso, a partir mais especificamente de estudos discursivos sobre a leitura no Brasil, sobre a história da leitura no Brasil e sobre as práticas de leitura de diversas comunidades leitoras, empreendidos por pesquisadores do tema, tais como Márcia Abreu (2001a, 2001b, 2005, 2006a, 2006b), Luiz Percival Leme Britto (1998), mas

principalmente por Curcino (2016, 2018a, 2019a, 2020a, 2022, 2024a) e os demais trabalhos desenvolvidos a esse respeito por pesquisadores do LIRE (CNPq/UFSCar).

Tendo em vista o objetivo geral das pesquisas do grupo, e o objetivo deste nosso trabalho, nos orientamos, tanto para a constituição do *corpus* desta pesquisa quanto para a sua análise, nas seguintes questões gerais: quando e em que contextos a leitura é enunciada como argumento de autoridade com vistas a rebaixar o interlocutor? Que discursos sobre a leitura fundamentam esses enunciados injuriosos? Como se expressa o ‘orgulho’ ou a ‘vergonha’ ligados à prática (ou à falta de) leitura, nesse contexto de enunciação específico? Que efeitos de sentido produzem as formas variadas ou regulares de sua expressão?

1.2 OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Analisar discursos relativos à leitura, especificamente em *acontecimentos discursivos* em que essa prática foi enunciada como forma de injúria cultural, retratados em textos noticiosos de jornais e revistas nacionais ou de blogs, na última década.

Objetivos Específicos:

- Contribuir para a constituição de um *corpus* coletivo de enunciados sobre a leitura relativos à expressão de certas emoções em relação à leitura, em consonância com as pesquisas conduzidas no LIRE no momento⁵;
- Levantar e analisar quais são e de que modo são formuladas as representações mais comuns da leitura e do perfil de leitor, nesse *corpus* específico;
- Depreender que efeitos de sentido possuem as formas variadas ou regulares de expressão das emoções do ‘orgulho’ e da ‘vergonha’, nesse *corpus* específico;
- Refletir sobre os impactos desses usos da leitura como forma de injúria cultural.

1.3 POR QUE ESTUDAR A LEITURA COMO OFENSA?

Nosso interesse por analisar essas formas de mobilização da leitura como ofensa se justifica também pela apresentação que nos foi feita da temática por nossa orientadora, e do

⁵ Projeto de Pesquisa “Leitores orgulhosos, leitores envergonhados: as emoções em discursos sobre a leitura”, com apoio da FAPESP (2020/03615-0) e do projeto de pesquisa “O orgulho, a vergonha e outros afetos: uma análise das emoções em discursos sobre a leitura” (CNPq - 305682/2022-9), ambos coordenados pela professora Luzmara Curcino, junto ao Laboratório de Estudos da Leitura (LIRE-UFSCar/CNPq).

caráter inovador de se abordar esse aspecto dos discursos sobre a leitura, uma vez que, tanto o estudo das emoções nos discursos, no campo da Análise dos discursos ainda não foi amplamente considerado, como também o estudo das emoções em discursos sobre a leitura.

No que diz respeito ao estudo das emoções no campo da Análise do Discurso:

as emoções não foram um objeto privilegiado pela análise do discurso. Em que pese o considerável conjunto de seus desenvolvimentos, as sensações, os sentimentos e as sensibilidades tiveram importância bastante reduzida no exame da discursividade até um período bem recente. Não raras vezes, parece ter ocorrido algo ainda mais intenso: a relação entre a ordem do discurso e as emoções “foi colocada à parte ou sob a égide das estruturas sintáticas ou das contagens lexicais”, em benefício da identificação das filiações ideológicas dos enunciadores. Sua condição sensível era uma espécie de ponto cego. (PIOVEZANI, CURCINO, SARGENTINI, 2024, p. 15)

No que diz respeito ao estudo das emoções nos discursos sobre a leitura, o mesmo ocorre. Os ainda poucos e recentes trabalhos que se dedicaram especificamente a esse aspecto, a essa dimensão dos afetos, das emoções na análise do que em geral se enuncia sobre essa prática, são aqueles conduzidos no âmbito do LIRE, vinculados às pesquisas coordenadas por nossa orientadora⁶.

Se o discurso incide sobre “o que” enunciamos, assim como sobre “o modo como” enunciamos, ele também define quais emoções melhor se acomodam à enunciação de uma prática, por exemplo, a leitura. É como se o discurso previsse, entre as formas idealizadas e consensuais de sua formulação e circulação social, certo rol de afetos específicos, tidos por mais adequados, mais condizentes com o que se deve e se pode enunciar acerca de uma dada prática, como a da leitura, para que se possa ser reconhecido como um enunciador legítimo, autorizado, e, nesse caso, como um verdadeiro leitor. (CURCINO, 2024a, p. 65)

Assim, dado o caráter ainda pouco focado em estudos sobre a leitura, dessas apropriações que fazem dela razão para ofender o outro, é que realizamos esta pesquisa⁷.

1.4 DAS DIFICULDADES DE CONSTITUIR E ANALISAR UM *CORPUS* COM ENUNCIADOS QUE OFENDEM E ENVERGONHAM

⁶ A esse respeito, cf., entre outros, Curcino (2022); Curcino, Rosa e Varella (2022); Silva, J. e Curcino (2022) e Silva, A. e Curcino (2023); Rosin e Gomes (2020).

⁷ Para acesso a uma forma mais sintética e sistematizada de alguns resultados desta pesquisa, cf. Curcino e Cervezão (2024).

O primeiro critério que adotamos para a construção do *corpus* de pesquisa foi a pesquisa junto aos buscadores próprios de jornais e revistas, tais como Folha de São Paulo⁸, Veja⁹ e Estadão¹⁰, em seus sites, e junto ao principal buscador utilizado atualmente, o *Google*. Nas buscas iniciais de nossa pesquisa, nos valem de algumas palavras-chave, a saber, “leitura”, “ler”, “leitor”, cruzadas com as palavras “analfabeto”, “iletrado”, ou por meio das expressões e frases “não sabe ler”, “pobre não lê”, “gente como você não sabe ler”, “tia do Whatsapp”, “você sabe ler?”, “saber ler” e “leia o que está escrito”.

Ainda que nosso objetivo não tenha sido levantar um *corpus* exaustivo, mas sim uma amostra do que regularmente é dito sobre a leitura, no contexto aqui delimitado, procuramos constituir um conjunto de dados o mais representativo possível do funcionamento discursivo objetivado.

Para a definição das palavras-chave como referências para as buscas, consideramos quais palavras poderiam figurar em notícias que se referissem ao ato da leitura (por isso “ler”, “leitor”, “leitura” e “saber ler”). Buscamos, também, o enunciado principal de análise de nossa pesquisa e seus correspondentes (“você sabe ler?”, “não sabe ler”, “leia o que está escrito”, “gente como você não sabe ler” e “pobre não lê”). Além disso, também definimos, como meio de busca, palavras relacionadas com o campo semântico da leitura, usadas por vezes como sinônimos de quem não sabe ler, e que são exploradas muitas vezes como forma de insulto¹¹ (“analfabeto” e “iletrado”).

Em alguns textos, localizados por meio dessas buscas, constatamos que o enunciado no qual figurava a palavra-chave, apesar de ser o mesmo de outros textos, se diferenciavam deles por não ter sido formulado como forma de injúria cultural, como é o caso do exemplo da Figura 1, abaixo:

⁸ Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br/>. Acesso em: ago. 2023.

⁹ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/>. Acesso em: ago. 2023.

¹⁰ Disponível em: <https://www.estadao.com.br/>. Acesso em: ago. 2023.

¹¹ O analfabeto, no Brasil, é aquele que não sabe ler. Para além de sua utilização no sentido literal, a palavra se tornou forma de ofensa quando um locutor decide enunciá-la ao seu interlocutor, com uma tentativa de rebaixá-lo a um “nível inferior de intelectualidade”. Ser chamado de “analfabeto” é igualar o outro àquele que não teve estudos, ao pobre. A sociedade brasileira busca sempre a tentativa de se igualar à elite e não aos pobres.

Figura 1 - Trecho de notícia sobre o aumento da quantidade de pessoas com Alzheimer depois da pandemia causada pela Covid-19, relativo à declaração de uma médica para os filhos de pacientes que apresentaram o diagnóstico

Quando você leva um idoso com demência para uma ILPI, está atendendo a uma necessidade dele, diz Celene Pinheiro.

"Eu falo para os filhos dos meus pacientes, você sabe ler e escrever? Quando seu filho entrou na idade de ser alfabetizado, você levou para a escola, para que ele fosse alfabetizado por especialistas em fazer isso. Não está abandonando seu filho."

Fonte: Folha de São Paulo¹².

Após as buscas e seleção de enunciados em que a referência à leitura se dava como forma de injúria cultural, obtivemos o total de nove enunciados, relacionados a sete acontecimentos/casos¹³, em que – dentre eles – alguns ganharam importante repercussão nacional, entre outras razões, porque especificamente estes acontecimentos/casos contaram com algum tipo de registro (filmagens, fotos, denúncia), que permitiram flagrar essas ocasiões de tão difícil registro.

Relativamente é um número baixo de dados, se comparado com o volume que normalmente se poderia encontrar de textos relacionados à leitura, de forma geral. Nossa hipótese para isso é a de que, em primeiro lugar, como dissemos, estamos diante de um tipo de dado, de um tipo de enunciado de difícil registro. Normalmente, eles podem ser flagrados em situações muito peculiares, nem sempre com registro ou testemunhas. Outra razão para isso, e que já mencionamos anteriormente, é que, por ser um enunciado com potencial humilhante, a sua vítima em geral silencia o episódio, ou seja, as pessoas que são humilhadas não querem sua repercussão, uma vez que isso faz reviver o sentimento de humilhação, de vergonha e, tal como observa Curcino (2022), sentimento esse que produz silenciamento.

À medida que fomos coletando os enunciados, ao longo de nossa pesquisa, e que haviam sido previstos para a constituição do nosso *corpus*, realizávamos uma classificação prévia, em

¹² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/12/alzheimer-um-recomeco-tres-historias-surpreendentes-sobre-a-demencia.shtml>. Acesso em: fev. 2021.

¹³ A saber: caso de um desembargador na orla de Santos durante a pandemia de 2020 (enunciados 1 e 2), fala do apresentador de televisão Silvio Santos (enunciado 3), história ocorrida com o ator Felipe Titto e reproduzida no podcast Podpah (enunciado 4), caso ocorrido durante uma procissão em Pernambuco (enunciado 5), fala do ex-ministro da economia Paulo Guedes (enunciado 6), reportagem sobre um membro do Movimento Brasil Livre que opta por “traduzir” textos jornalísticos para a “população mais pobre” (enunciado 7), texto retirado de um blog pessoal acerca do desaparecimento das revistas sobre música no Brasil (enunciados 8 e 9).

função de suas regularidades e diferenças, do grau de explicitude do caráter injurioso, das formas de ostensão do orgulho e da imposição da vergonha ao outro.

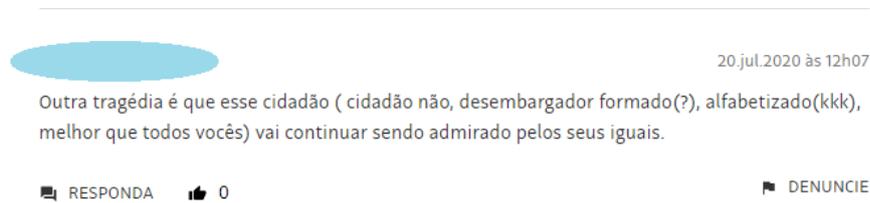
Com essa classificação, conseguimos melhor definir alguns segmentos desses enunciados do *corpus*. Dessa forma, portanto, dividimos nossos enunciados em dois grupos específicos (que vieram a ser divididos entre os capítulos II e III): aqueles que se dirigem a um interlocutor específico, ou seja, aquele em que há alguém que explicita a injúria a outra pessoa e aqueles em que há afirmações mais generalizadas, falando sobre grupos de pessoas específicos (como “pobres” ou “brasileiros”, por exemplo) e que não estão se destinando a um alguém em particular.

Na análise propriamente dita, após constituição do conjunto total dos enunciados localizados e coletados, nos valem de uma amostra, representativa dessa triagem, que visou trazer como dado aqueles mais prototípicos e representativos dessas circunstâncias de injúria cultural para a qual se mobiliza como argumento a condição leitora de quem ofende e a de não-leitor de quem é ofendido.

Todos os dados identificados foram salvos em documento *offline* através de *print screen*. Junto das notícias, salvamos alguns comentários que os leitores tiveram a oportunidade de deixar, em alguns casos, mostrando seus posicionamentos acerca do assunto em questão. Esses comentários, na maior parte das ocorrências, seguiam uma mesma “formação discursiva¹⁴” de defesa ao ofendido, juntamente de uma ironia em relação à posição de “leitor” do ofensor, conforme exemplificado abaixo na Figura 2:

¹⁴ De acordo com Foucault (1969), “formação discursiva” é o enunciado sendo perpassado por uma ciência, ideologia ou teoria. Ele já não será mais apenas um objeto linguístico, mas, sim, uma *formação discursiva*. Segundo Foucault (1969, p. 135), “um enunciado pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo”.

Figura 2 - Comentário de um leitor do jornal Folha de São Paulo acerca do desembargador autuado na orla de Santos. Apesar de sua ironia, o termo “alfabetizado” está sendo utilizado também como forma de ofensa



Fonte: Jornal Folha de São Paulo¹⁵.

Com base nos princípios comparativos das formulações destes tipos de enunciados, buscamos em alguma medida identificar a relação de paráfrase que se poderia estabelecer entre aqueles pertencentes a uma mesma “formação discursiva”. Dessa forma, separamos nossos enunciados entre aqueles que são apresentados em forma de questionamento (“Você sabe ler?”, por exemplo) ou em forma de afirmações genéricas (“pobre não lê”, por exemplo), ambos se relacionam dentro de uma mesma formação discursiva: de desmerecimento de alguém.

Assim, observamos as relações de semelhança e diferença na forma e no conteúdo dos enunciados, tanto aqueles materialmente semelhantes quanto aqueles materialmente distintos, mas que, no entanto, pudessem produzir efeitos de sentido que podem não condizer com a identidade ou diferença de formulação desses enunciados.

Esse é um princípio central da Análise do Discurso, segundo o qual enunciados idênticos podem produzir efeitos bastante distintos, assim como enunciados materialmente diferentes podem produzir os mesmos efeitos de sentido. A determinação desses efeitos, tal como precisa Curcino (2018a, n. p.), “depende antes do posicionamento daqueles que enunciam, de sua ancoragem institucional, do lugar institucional, efetivo ou imaginado, de onde falam, de onde acreditam falar e de onde se acredita que falam”. Daí a importância de se analisar o enunciado em sua materialidade específica e em sua condição de “acontecimento”¹⁶.

15

Disponível

em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=49226&keyword=analfabeto&anchor=6416116&origem=busca&originURL=&pd=2d7e7c343bc7132af106dc8f9437df39>. Acesso em: fev. 2021.

¹⁶ De acordo com Foucault (1969), o “acontecimento” é a compreensão de que o discurso é produzido em um dado momento, em uma determinada situação. Dessa forma, ao entender o discurso como acontecimento, depreendemos que é necessário entender sua enunciação levando em consideração tudo aquilo que o cerca: linha do tempo, quem enuncia, quando enuncia, em qual local de fala enuncia.

Tendo em vista esse princípio da análise discursiva, considerando o nosso objetivo e o tipo particular de dado que constituiu nosso *corpus*, conduzimos nossa reflexão e análise nessa dissertação em 3 capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado *Injúria cultural e leitura: Uma prática a serviço da distinção dos sujeitos*, apresentamos um panorama reflexivo de diferenças de classe que motivam as injúrias de classe, subsidiados pela obra dos sociólogos Richard Sennet e Jonathan Cobb (1972) e pelo livro do antropólogo brasileiro Roberto DaMatta (1990), afim de compreendermos as origens, os diferentes funcionamentos de emergência da injúria, em geral mobilizada para a manutenção da diferenciação de uma classe para com a outra.

Richard Sennet e Jonathan Cobb (1972), em *The Hidden Injuries of Class*, fazem uma análise sociológica sobre as diferentes formas como a injúria pode aparecer de maneira oculta, pouco perceptível, entre as classes, mostrando como há uma concretização da ideologia que fundamenta a divisão entre dominantes e dominados. Em diálogo com essa perspectiva, trazemos a análise feita por Roberto DaMatta, em seu livro *Carnavais, Malandros e Heróis* (1990), no capítulo “Você sabe com quem está falando?”, enunciado que segundo o antropólogo traduziria um comportamento típico de nossas elites brasileiras em relação ao povo.

Já no segundo capítulo, intitulado *Perguntar (não) ofende: “Você por acaso sabe ler?”* e no terceiro capítulo, intitulado *Pobre não lê: O povo brasileiro nas palavras de nossa elite*, é quando analisamos parte representativa de nossos dados coletados. Os enunciados analisados em um e em outro desses dois capítulos se distinguem pela forma interrogativa ou afirmativa com que são enunciados.

No capítulo dois, nos detivemos em cinco enunciados de nosso *corpus*, que têm em comum o fato de terem sido formulados sob a forma de pergunta (direta ou indireta). A especificidade que exploramos na descrição desses enunciados é especialmente a da forma como uma injúria cultural, uma ofensa, pode ser afirmada como se fosse uma pergunta, semelhante a que Roberto DaMatta (1990) utiliza para explicar o perfil de nossas elites.

No terceiro capítulo, nos detivemos em quatro enunciados característicos da injúria cultural que mobilizam o tema da leitura, mas que, dessa vez, foram apresentados sob a forma afirmativa, de asseverações. Todos os enunciados analisados nesse capítulo são afirmações genéricas, ou seja, não são enunciadas tendo em vista um interlocutor específico, dirigindo-se, portanto, a um grupo amplo, genérico, sejam eles os “pobres”, sejam eles os “brasileiros”, por exemplo.

O que depreendemos dessas análises e que pretendemos demonstrar é a coesão que se pode identificar entre os discursos dominantes sobre a leitura e as várias formas de sua materialização, entre as quais aquelas enunciadas sob a forma de ofensa.

2 CAPÍTULO I - INJÚRIA CULTURAL E LEITURA: UMA PRÁTICA A SERVIÇO DA DISTINÇÃO DOS SUJEITOS

“To have a culture you must have an elite”¹⁷.

(Richard Sennet & Jonathan Cobb)

Quando pensamos na história das sociedades modernas e ocidentais, há diferentes formas de interpretá-la e caminhos para explicá-la. Uma das formas mais consagradas é aquela formulada por Karl Marx e apresentada entre outros de seus escritos, em seu célebre folheto “O Manifesto Comunista”, em coautoria com Friedrich Engels.

Para Marx e Engels (1848, p. 84), “opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora aberta, ora disfarçada: uma guerra que sempre terminou ou por uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou pela destruição das duas classes em luta”. Os resultados dessa luta sempre desigual encontram-se materializados nos fossos socioeconômicos entre os indivíduos de uma mesma sociedade, tal como a sociedade brasileira. As estratégias dos abastados pela manutenção das hierarquias que os beneficiam podem ser flagradas nos mais variados instrumentos de poder. De acordo com Sennett e Cobb (1972, p. 76-77, tradução nossa):

Classe, no sentido dado ao termo no século XIX por escritores como Marx, Saint-Simon e Proudhon, era uma questão de poder. Diferentes classes de homens existiam na sociedade porque alguns homens tinham controle sobre a força de trabalho de outros homens, e a maioria deles não eram os senhores daquilo que eles próprios produziam¹⁸.

O que Marx chamava de “burguesia”, hoje conhecemos como “elite” ou, nos termos de Jessé Souza (2015) como a “classe dos endinheirados”, sendo ela uma pequena parcela da sociedade que se diferencia pelo seu capital acumulado e por sua busca incessante de distanciamento das classes sociais subordinadas.

A maneira como essa diferenciação se processa é múltipla e em constante variação. Um dos meios de manutenção das distâncias é o da interpelação verbal do outro, é o da mobilização de “injúrias de classe”, algumas delas muito discretas (mas não menos eficazes).

¹⁷ “Para se ter cultura, é necessário que se tenha uma elite” (Trecho retirado do livro *The Hidden Injuries of Class*, tradução nossa).

¹⁸ “Class, in the sense writers like Marx, Saint-Simon, and Proudhon used the term in the nineteenth century, was a matter of power. Different classes of men existed in society because some men had control of other men’s labor, and most men were not masters of what they did or made”.

A definição do termo “injúria” é, de acordo com o dicionário Larousse¹⁹, “1. Ofensa por meio de palavras ou atitudes, insulto. 2. Aquilo que é injusto. 3. Efeito prejudicial; dano, estrago. 4. (DIR) Ilícito penal que se caracteriza pela ofensa à honra de alguém”. Dos quatro significados que o dicionário nos traz, principalmente as definições dois e quatro se aproximam daquela que nos concerne neste trabalho, visto que nosso objetivo consiste em analisar como certos enunciados relativos à leitura podem ser mobilizados como forma de ofender alguém, como tentativa de rebaixar o outro culturalmente, de atacar sua capacidade intelectual, e com isso de desumanizá-lo, uma vez que se atrela a condição racional a espécie humana, como sendo um seu distintivo das demais espécies.

A prática da injúria nem sempre ocorre de forma explícita. Muitas vezes ela pode ser mobilizada em forma de brincadeira, tal como analisado no capítulo II, exemplificado no enunciado 3. Isso torna a injúria mais tolerável, menos perceptível, mais inimputável, pela força do uso naturalizado de algumas crenças enraizadas em nossa sociedade, que invisibilizam o potencial ofensivo de certas interpelações do outro, tal como foi analisado pelos sociólogos Richard Sennett e Jonathan Cobb (1972)²⁰.

Em *The Hidden Injuries of Class* (1972), Sennett e Cobb analisam como as injúrias de classe estão enraizadas na sociedade, e o fazem por meio de entrevistas com operários em que afirmam, ainda que sem medirem o alcance de suas afirmações, que, pelo fato de eles não terem estudado, eles próprios acreditam não serem iguais aos seus patrões ou em relação àqueles que eles reconhecem terem mais formação educacional do que eles.

Um de seus entrevistados, que eles chamam de Frank Rissarro²¹, consegue, após a Grande Depressão de 1929, mudar de condição na escala do emprego na fábrica: ele passa de operário a trabalhador de escritório, e sua função é a de auxiliar as pessoas a preencherem os diferentes documentos necessários para o pedido de empréstimo a um banco. Apesar de sua ascensão social, ele não se envergonha de seu passado como operário, pelo contrário, ele se orgulha de seu passado. No entanto, mesmo assim, segue com a crença de ser diferente de seus demais colegas de trabalho:

Eu estou trabalhando, como eu disse, com companheiros que são educados, garotos da faculdade, naquele escritório. Eu sou o único lá que precisa dizer em situações difíceis que não sou estudado. Eu estou gostando do emprego, eu ando com os

¹⁹ Dicionário Enciclopédico Ilustrado, Larousse (2007).

²⁰ Richard Sennett e Jonathan Cobb (1972), em *The Hidden Injuries of Class* [As injúrias ocultas de classe], analisam o conflito interno existente nas sociedades com base em hierarquias estabelecidas, de modo que as próprias classes expropriadas, rebaixadas, são submetidas à naturalização e aceitação dessas hierarquias, não se vendo dignas de determinados reconhecimentos.

²¹ Todos os nomes verdadeiros foram alterados no decorrer do livro com vistas à anonimização.

figurões. Eu entro às nove e saio às cinco. *Os outros companheiros, por eles terem educação, saem às escondidas mais cedo e entram mais tarde.* O chefe sabe que eu estou lá, eu sou um trabalhador confiável. Porque eu tive a vida de fábrica, eu sei o que é. Quero dizer, um homem merece - o mínimo que você pode fazer é colocar suas horas lá e fazer seu trabalho. Eu sou um bom funcionário. Eu sei que eu sou porque eu vejo os outros que são estudados. (SENNETT; COBB, 1972, p. 21, tradução nossa)²²

Dessa forma, podemos perceber que Rissarro se distancia dos outros que ele mesmo considera diferentes dele: os que estudaram e os outros, como ele, que não estudaram, que vieram das classes proletárias e que dificilmente se emancipam em relação a sua classe de origem.

Em sua declaração, ele reitera uma diferenciação muito difundida, a de que os “estudados” passam a ser melhores que os proletários, mas, ao mesmo tempo, ele se contrapõe a isso dizendo que, apesar de não ter educação formal, os proletários têm mais honestidade, enquanto aqueles que tiveram educação formal e longa são menos honestos. Tanto ao se valorizar quanto ao se diminuir, o entrevistado se diferencia daqueles que puderam estudar. O acesso à educação, de longa duração, é um fator central para a divisão social e, conseqüentemente, cultural.

É importante compreendermos que, de acordo com Sennett e Cobb, “educação” (ou “ser educado”) possui um outro sentido para os entrevistados. É um termo que, de acordo com os autores, “é o que os psicólogos chamam de ‘pretexto’”²³ (SENNETT; COBB, 1972, p. 24, tradução nossa). Eles explicam que o termo utilizado por Rissarro e outros entrevistados não se relaciona exclusivamente à educação formal e à posse de diplomas, mas, também, ao benefício de mobilidade social e de escolha de emprego.

O processo de distinção é o meio que grupos encontram para se impor como hierarquicamente superiores àqueles grupos que creem ser inferiores e que representam como inferiores de modo a fazer deles inferiores. Para isso, é preciso “copiar” a cultura daquele que, hierarquicamente, enxergamos como superiores. Ora, não é à toa que, hoje, os cariocas têm o sotaque com o S chiado. De acordo com Fioravanti (2015), a corte portuguesa admirava os nobres franceses e tentavam imitá-los através do sotaque. Em seguida, com a chegada da corte portuguesa ao Brasil, em 1808, eram os colonos que tentavam imitar a corte portuguesa. É assim que ocorre até os dias atuais: grupos buscam se aproximar (seja através de gestos, falas,

²² “I’m working, like I said, with fellows that are educated, college boys, in that office. I’m about the only one in there in any straits to say I’m educated. I’m enjoying this job, I’m going in with big shots. I go in at nine, I come out at five. *The other fellows, because they got an education, sneaks out early and comes in late.* The boss knows I’m there, a reliable worker. ‘Cause I’ve had the factory life, I know what it is. I mean, a man deserves - the least you can do is put your hours in and do your job. I’m a good employee. I know I am because I see others who are educated”.

²³ “is what psychologists call a ‘cover term’”.

vestimentas ou intelectualmente) de outros grupos representados como superiores, e se afastar, se distanciar e se diferenciar de grupos considerados inferiores. Para isso, todo e qualquer elemento, mecanismo, estratégia é colocado em uso.

Esse funcionamento distintivo almejado por grupos dominantes de quererem se distanciar de grupos dominados, subalternizados, se enraizou em nosso país, e foi analisado pelo antropólogo Roberto DaMatta (1990), que constata um funcionamento peculiar dessa lógica no cenário brasileiro, e que se materializa em um enunciado específico: “Você sabe com quem está falando?”.

Esse enunciado se caracteriza, principalmente, pela necessidade da elite de mostrar que, quando a classe considerada por eles como inferior se dirige a eles, faz-se necessário que eles saibam quem são seus interlocutores, em que grau nas escalas sociais e culturais se encontram, de modo a terem de tomar cuidado com aquilo que dizem e com o modo como dizem, visto que “você não está falando com qualquer um”²⁴. De acordo com DaMatta (2020, p. 42):

além dessas condições gerais, o “Você sabe com quem está falando?” tem inúmeras variantes e equivalentes: “Quem você pensa que é?”, “Onde você pensa que está?”, “Recolha-se à sua insignificância!”, “Mais amor e menos confiança”, “Vê se te enxerga!”, “Você não conhece o seu lugar?”, “Me respeite!”, “Será que você não tem vergonha na cara?”, “Mais respeito e menos confiança” etc.

É a partir dessas reflexões que chegamos ao enunciado chave desta pesquisa: “Você por acaso sabe ler?”, sendo ele uma das variantes do “Você sabe com quem está falando?”. Ao enunciá-lo, seja nessa forma exata, seja em suas variantes, seu locutor, tendo conhecimento de seu posicionamento social, faz uma tentativa de injuriar culturalmente seu interlocutor imediato, conforme analisaremos no capítulo II.

Além dessa forma de pergunta, como interpelação que visa ofender, humilhar, injuriar outrem, encontramos, também, equivalentes a este enunciado sob a forma de afirmação, e que serão analisadas no capítulo III.

²⁴ Roberto DaMatta traz um capítulo intitulado “Você sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção de indivíduo e pessoa no Brasil”, em que ele se dedica totalmente a analisar a utilização do enunciado “Você sabe com quem está falando?” no Brasil, apresentando, então, como existe uma necessidade da elite brasileira de se posicionar “acima” das classes mais baixas, sendo utilizado como um mecanismo de diferenciação, visto que não é qualquer um que pode enunciá-lo.

Figura 3 - Coluna no jornal Estadão com comentário acerca da fala de Paulo Guedes quando na tentativa de aumentar os impostos sobre os livros, em abril de 2021

tentaram implementar. “Pobre não lê”, argumentou Paulo Guedes, como se estivesse justificando uma sobretaxa no preço do hadoque. Para o pobre, o chamado “pão do espírito” (o livro) é mesmo artigo de luxo, e por isso necessitado de estímulos vários, não de carga tributária. Estímulos que deveriam incluir algum tipo de subsídio ou alívio

Fonte: Estadão²⁵.

Afirmações como a feita pelo ex-ministro da gestão de extrema-direita no Brasil, de que “Pobre não lê”, não são direcionadas, em seu potencial ofensivo, a nenhum interlocutor específico, remetendo a grupos generalizados, “os pobres” ou “os brasileiros”, por exemplo.

Assim, apesar de enunciados como este não serem formulados como se fossem uma pergunta do estilo analisado por Roberto DaMatta, ainda assim indiciam uma necessidade de seu enunciador de se posicionar diferentemente daquele sobre o qual o enunciado diz algo. Afinal, quando é dito “pobre não lê” ou “brasileiro não lê”, o locutor do enunciado utiliza a terceira pessoa, como forma de se distanciar do grupo em questão.

²⁵ Disponível em: <https://www.estadao.com.br/cultura/sergio-augusto/templos-do-saber/>. Acesso em: jul. 2022.

3 CAPÍTULO II - PERGUNTAR (NÃO) OFENDE(?): “VOCÊ POR ACASO SABE LER?”

As perguntas em geral exigem uma resposta, um esclarecimento. São formuladas motivadas por uma dúvida. Podem também representar gestos de empatia com o outro, de demonstração de interesse pelo que o outro fala, mas podem ainda assumir o papel de uma alusão ou afirmação ofensiva.

Houve um momento na história em que os conflitos entre os homens eram resolvidos através de confrontos físicos, algo que, aos poucos, foi ficando de lado para que o uso da palavra pudesse atuar como mediador de conflitos. De acordo com Piovezani (2024, n. p.):

não há dúvidas de que um grande passo civilizatório foi dado, quando os seres humanos passaram a enfrentar boa parte de seus desentendimentos pelo uso da palavra, em detrimento dos confrontos físicos. Esse passo, evidentemente, não eliminou as injustas e desiguais relações de força entre classes, grupos e sujeitos de uma sociedade, e as opressões, dominações e explorações de privilegiados sobre despossuídos.

É pensando na linguagem como ação, então, que percebemos como ela é, ao mesmo tempo, instrumento de comunicação e forma de ação, uma maneira de se posicionar, de resolver conflitos e, também, de ofender, como veremos em alguma das análises dos enunciados apresentados a seguir.

Na longa história das ideias linguísticas, talvez haja fundamentalmente dois modos distintos de se conceber as relações entre a linguagem e as ações: na primeira, linguagem e ação são coisas distintas e mesmo opostas. Essa ideia que as distingue e opõe se materializa em vários enunciados, tais como o da Fênix dirigido a Aquiles, ‘Sua intenção foi que viesse contigo, para que te ensinasse como dizer bons discursos e grandes ações pôr em prática’ [...]. Na segunda, a linguagem é ação, tanto já em sua própria produção quanto nos efeitos que ela produz. (PIOVEZANI, 2024, n. p.)

Dentre as diferentes formas de ofensa, a ofensa verbal é uma das que mais se faz presente em nossa sociedade atualmente, sendo ela propagada, principalmente, através do discurso do ódio. Para melhor compreender esse fenômeno, do discurso do ódio, é preciso ter claro que não se trata de uma ação deliberada atribuível a um indivíduo e a um evento específico. É o fato de ser um tipo de enunciado cuja formação é social, cultural, histórica e que se estrutura coletivamente, que por isso é reproduzido em variadas formas e formatos.

Ao tratar do discurso de ódio, Butler²⁶ sustenta que essas reduções e distorções derivam da ausência de uma visada histórica, social e política do fenômeno. Racismo, ódio de classe, machismo, homofobia e atrocidades afins não podem ser reduzidos a algo pontual e pessoal. São constituições históricas e sociais. Deformidades dessa natureza ocorrem quando se circunscreve o poder deletério desse discurso à produção particular de um ato injurioso de linguagem, quando se atribui “à injúria o estatuto de um ato” e se situa “esse ato na conduta específica de um sujeito”. A necessária precaução ante tais reduções e distorções e o devido enfoque a ser dispensado ao discurso de ódio não correspondem evidentemente à desoneração de responsabilidade do indivíduo e à sua anistia no plano jurídico. Antes, compreende o imperativo reenquadramento do problema, para buscar evitar o risco de apagar ou de minimizar as estruturas institucionais, as condições históricas e as relações sociais desse discurso. (PIOVEZANI; CURCINO; SARGENTINI, 2024, p. 17)

O caráter performativo de discursos como o de ódio, de injúrias como a que analisamos neste trabalho, advém dessa dimensão discursiva, portanto histórica e cultural, que antecede qualquer gesto individual de recurso à ofensa. O potencial de sua ofensa não vem exclusivamente do que um indivíduo dirige a outro, mas do que a história consagrou com potencial ofensivo:

com Butler, reiteramos a necessidade de identificar as posições discursivas dos enunciadorees como condição de nossa crítica aos discursos de ódio. Nesse sentido, indicar o papel decisivo desempenhado pela força deletéria da linguagem no racismo, no machismo, na homofobia e em fenômenos afins não implica necessariamente uma redução destes últimos a simples atos linguísticos nem uma abordagem pontual e pessoal, jurídica e estritamente linguística de suas dimensões e de seus funcionamentos históricos, sociais e políticos. Estes últimos são constitutivos da “política do performativo” e de suas força e eficácia, que provêm do fato de que o discurso de ódio é uma citação de si mesmo: “é só porque já conhecemos sua força, em razão de suas instâncias anteriores, que sabemos que ele é ofensivo hoje e que nos preparamos para suas futuras invocações” (Butler, 2021, p. 138). (PIOVEZANI, 2023, p. 6)

Ora, se a linguagem é, também, uma ação, a ofensa verbal não deixa de ser uma forma de brigar, diminuir e humilhar o interlocutor. É isso o que Judith Butler quer dizer quando afirma que “a linguagem fere”, ao compará-la com “levar um tapa na cara”. Essas formulações sugerem que a injúria linguística, embora não seja da mesma ordem da violência física, nem por isso deixa de ser uma violência verbal, sentida inclusive fisicamente:

a linguagem fere-nos, segundo Butler, porque somos seres linguísticos, seres cuja existência social e subjetiva deriva de processos de reconhecimento e interpelação, nos quais a nomeação de si e do outro desempenha funções essenciais. (PIOVEZANI, 2023, p. 2)

²⁶ Butler, Judith. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. São Paulo: Editora Unesp, 2021. 284 p.

É exatamente essa estrutura e esses efeitos da pergunta, usada de forma retórica, ou seja, da pergunta que não é uma pergunta, mas antes uma afirmação, e é exatamente o caráter performativo próprio de toda e qualquer ofensa verbal o que vemos atualizado em enunciados que convocam a leitura como mote para ofender, tal como o enunciado a seguir:

Enunciado 1 – “Você sabe ler? Então leia bem com quem o senhor está se metendo”, diz o desembargador.²⁷

Este enunciado foi proferido, segundo texto do jornal Folha de São Paulo, de 19 julho de 2020, por um desembargador de São Paulo, Eduardo Almeida Rocha Prado de Siqueira, quando foi autuado pelo guarda-civil da cidade de Santos no Estado de São Paulo, Cícero Hilário Rosa Neto, por infringir a lei federal nº 14.019, de 2 de julho de 2020²⁸, de proteção à Covid-19 e andar sem máscara pela orla de Santos. Cícero Neto, diferentemente do que questionou o desembargador, sabe ler, é graduado em segurança pública e pós-graduado em direito educacional, tal como ele próprio afirma no texto referente ao enunciado 2, que apresentamos na sequência.

O desembargador não tinha dúvidas de que o guarda-civil soubesse ler. Não se trata de uma pergunta relativa a uma dúvida. A estrutura prototípica de seu enunciado é plenamente conhecida de todos nós, assim como seus efeitos de sentido. Trata-se de uma ofensa²⁹, e, como ofensa, ela produziu o efeito esperado³⁰, tal como observamos na declaração do ofendido.

Enunciado 2 – Ele me chamou de analfabeto. Perguntou se eu sabia ler. Quis me intimidar de todas as formas.³¹

²⁷ MAIA, Dhiego. Desembargador de SP chama guarda-civil de analfabeto e rasga multa ao ser flagrado sem máscara. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 jul. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/07/desembargador-de-sp-chama-guarda-civil-de-analfabeto-e-rasga-multa-ao-ser-flagrado-sem-mascara.shtml>. Acesso em: ago. 2022.

²⁸ A lei de nº 14.019, de 2 de julho de 2020, altera a lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, quanto à obrigatoriedade do uso de máscaras para circulação em espaços públicos e privados. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/14019.htm#:~:text=1%C2%BA%20Esta%20Lei%20altera%20a,aspsia%20de%20locais%20de%20acesso. Acesso em: ago. 2023.

²⁹ De acordo com o dicionário Larousse, “ofensa” tem por definição “1. Palavra, ação que fere alguém na sua dignidade. 2. Injúria, calúnia, difamação, ultraje, agravo. 3. Transgressão, violação de regras; falta, pecado. 4. Menosprezo, desconsideração. 5. O próprio sentimento ou ressentimento causado pela ofensa”.

³⁰ Cf. Sargentini e Reis (2022), e sua análise das agressões e ofensas em enunciados do campo político, ainda que sob formas aparentemente polidas.

³¹ MAIA, Dhiego. Ofensa de desembargador não sai da mente, diz guarda de Santos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 jul. 2020. Cotidiano. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=49226&keyword=analfabeto&anchor=6416116&origem=busca&originURL=&pd=2d7e7c343bc7132af106dc8f9437df39>. Acesso em: fev. 2021.

Os enunciados 1 e 2 foram publicados pelo mesmo jornal da mídia brasileira: Folha de São Paulo. Embora ambos tratem do mesmo assunto referente ao episódio entre o desembargador e o guarda civil, foram publicados em textos com datas diferentes, respectivamente em 19 e 21 de julho de 2020.

Figura 4 – Print screen da notícia em que se encontra o Enunciado 1

2020/07/14

Desembargador de SP chama guarda-civil de analfabeto e rasga multa ao ser flagrado sem máscara

Magistrado foi abordado em praça de Santos sem o item de proteção obrigatório durante a pandemia do novo coronavírus

Facebook Twitter WhatsApp Telegram Messenger Email Print RSS

Quarta-feira, 14 de julho de 2020, 15h38

100% 100%

Compartilhar

Elisângela Maia

SAO PAULO Um desembargador do Tribunal de Justiça do São Paulo (TJSP) chamou um guarda-civil após ser multado por andar sem máscara na praça de Santos, cidade do litoral sul paulista, no campo de trânsito (CP).

Edmarci Almeida Prado Rocha da Silveira, 61, chamou o agente de fiscalização de "analfabeto", rasgou a multa e ainda tentou se livrar da punição comunicando o fato ao secretário de Segurança Pública da cidade.

Toda a abordagem foi filmada pelos guardas-civis, a os imagens viralizaram na internet.

Nas imagens, Silveira é abordado na praça por um guarda-civil que afirma que ele deveria cumprir o decreto municipal que obriga toda a população usar o equipamento.



Desembargador Edmarci Prado Rocha rasga multa após ser flagrado sem máscara em praça de Santos (SP) - Repórter/Agência

O item de proteção que acaba no combate à disseminação de novos coronavírus é obrigatório durante a pandemia na cidade por meio do Decreto nº 5.944, de 23 de abril de 2020, assinado pelo prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB). Quem descumpra a medida pode ser multado em R\$ 500.

"Mas decreto não é lei", responde o desembargador. O guarda-civil, então, sai do carro da verificação e insiste para que Silveira coloque a máscara. "Eu não tenho hábito de usar", afirma ele. "Você quer que eu jogue [a multa] na sua cara? Então faça, rasga a multa", continua o desembargador.

"Eu vou fazer a multa e o senhor joga na minha cara", responde o guarda-civil.

Novo momento, Silveira pega o celular e dá lugar para o secretário de Segurança Pública de Santos, Sérgio Dal Mol (inter). "Dal Mol, eu sou aqui com um analfabeto, um 999 sem aqui, um rapaz. Eu estou andando sem máscara. Se você não aqui na falta de pena, ele está aqui fazendo um o malha [contra vírus]".

Na mesma conversa, o desembargador insiste que o decreto municipal não tem força de lei. "Eu sei quem de mais, mas eles [guardas-civis] não conseguem entender", diz.

O desembargador tenta fazer o guarda-civil falar no celular com o secretário, mas o agente se nega e pede para que o secretário, se quiser desajar, ligue diretamente no celular dele. A conversa termina com Silveira dizendo que tudo ficaria tranquilo.

Fonte: Folha de São Paulo³².

³² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/07/desembargador-de-sp-chama-guarda-civil-de-analfabeto-e-rasga-multa-ao-ser-flagrado-sem-mascara.shtml>. Acesso em: ago. 2022.

Figura 5 - Print screen da notícia em que se encontra o Enunciado 2



Fonte: Jornal Folha de São Paulo³³.

Enquanto o Enunciado 1 apresenta a pergunta em forma de ‘discurso relatado’³⁴, de responsabilidade do desembargador, no Enunciado 2, estamos diante do apelo ao ‘discurso indireto’, por parte do enunciador Cícero Neto, o guarda-civil, ao se referir ao que enunciara o desembargador naquele episódio, com o objetivo de ofendê-lo.

33

Disponível

em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=49226&keyword=analafabeto&anchor=6416116&origem=busca&originURL=&pd=2d7e7c343bc7132af106dc8f9437df39>. Acesso em: fev. 2021.

³⁴ O discurso relatado é o mesmo que, na metalinguagem dos livros didáticos, chamamos de discurso direto.

De acordo com Marques (2021, p. 145), “ao dar voz aos outros, o ‘discurso relatado’ parece desresponsabilizar o locutor e objetivar o discurso, ainda que seja uma desresponsabilização ‘limitada’, relativizada”. Assim, é perceptível a escolha do jornalista ao optar pelo emprego do discurso relatado para que haja esse distanciamento e, conseqüentemente, uma desresponsabilização em relação à pergunta feita pelo desembargador.

O mesmo apelo ao ‘discurso relatado’, vemos em outro enunciado relativo a este mesmo acontecimento. Um dos indícios linguísticos bastante interessantes desse gesto de, ao enunciar algo, se afastar do que foi enunciado por outro é justamente o de lhe atribuir voz, marcar essa atribuição com aspas, reiterar e esclarecer se tratar de um enunciado citado, ou seja, dito por outro, e ao qual não se adere, o qual não se endossa.

Essa foi a estratégia empregada em vários textos jornalísticos que cobriram o acontecimento em questão. Além de ser um *modus operandi* do jornalismo para estabelecer um modo de enunciar “objetivo”, o que vemos aqui é o cuidado do jornalista em não ter sua voz confundida com aquela do enunciatador que humilha e ofende um outro. Observamos, nos textos que trataram deste episódio envolvendo esse ofensor, que, em cinco dos sete enunciados retirados de jornais de notícias, os jornalistas priorizaram a forma de discurso direto³⁵, para apresentar o que o ofensor disse. Isso, como afirmamos anteriormente, entre outros efeitos, tem por objetivo estabelecer uma distância do que foi enunciado, de modo a se desresponsabilizar pelo que foi dito, o que simultaneamente promove um certo efeito de objetividade ao estilo visado exigido nesses gêneros informativos, conforme apresentado no exemplo abaixo, na Figura 6:

Figura 6 – Print do trecho da notícia em que o enunciado “Você sabe ler?” aparece em evidência, com a utilização do discurso direto

“É para fazer o procedimento e rasgar”, diz o desembargador. O agente pede para Siqueira dizer seu nome e ele se nega. O guarda insiste e pede os documentos pessoais de Siqueira, que pergunta ao guarda-civil: “Você sabe ler? Então leia bem com quem o senhor está se metendo”, diz o desembargador.

Fonte: Folha de São Paulo³⁶.

³⁵ Discurso direto é a utilização, de forma marcada (geralmente entre aspas), das palavras do locutor. É um mecanismo utilizado (principalmente pelos jornalistas) tanto para um distanciamento daquele que escreve em relação àquilo que foi dito quanto como forma de dar força ao discurso pronunciado, com a tentativa de que não haja problemas com a interpretação do texto.

³⁶ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/07/desembargador-de-sp-chama-guarda-civil-de-analfabeto-e-rasga-multa-ao-ser-flagrado-sem-mascara.shtml>. Acesso em: ago. 2022.

O discurso relatado aparece aqui através do uso do verbo dicendi “dizer”, que aparece duas vezes em um breve espaço de diferença com “diz o desembargador”, a fim de dar uma ênfase ao distanciamento necessário do jornalista para com o ocorrido. Dessa forma, é possível verificar a clareza de que quem disse não tem relação com aquele que apresenta a informação sobre o que foi dito. Ainda em seu papel de jornalista e, conseqüentemente, de alguém que apresenta as informações, o redator da matéria utiliza, também, o substantivo próprio “Siqueira” (ao falar sobre o pedido dos documentos) e ainda traz um outro verbo dicendi “perguntar”, com o complemento verbal “ao guarda-civil”, também com a intenção de trazer uma clareza à situação, para que não haja resquícios de ambigüidade sobre quem falou o que a quem.

Como se pode observar, a pergunta presente no Enunciado 1 é uma pergunta de tipo “retórica”, ou seja, uma pergunta em que não há expectativa ou necessidade de uma resposta no ato de sua formulação³⁷, visto que “não se espera uma resposta a essa pergunta, pois ela é, já por si, a formulação, próxima da *exclamatio* [...], de uma afirmação” (LAUSBERG³⁸ apud FERNANDES, 2004, p. 192). Ao utilizá-la, seu interlocutor não espera receber uma resposta de fato.

Estamos diante de uma pergunta retórica, que atua antes como uma afirmação, mas de viés irônico, que atua como uma negação do que foi afirmado, que sugere e que insinua o contrário. Ele de fato formula como pergunta o que na verdade é uma afirmação, e mais do que uma afirmação, uma ofensa. A formulação sob a forma de pergunta é um modo ainda mais agressivo de se dirigir ao outro, dado que simula a transferência de turno, simula a concessão de um direito de resposta, o que de fato não é, de modo algum, concedido ao outro. (CURCINO; CERVEZÃO, 2024, n. p.)

Quando o desembargador formula sua interpelação injuriosa ao guarda-civil, seu objetivo era simplesmente o de afirmar que seu interlocutor “não sabe ler”, mas mais do que isso, seu objetivo era o de prioritariamente, ao insinuar que o outro não sabe ler, humilhá-lo, rebaixá-lo e, por extensão, se posicionar hierarquicamente “acima” de seu interlocutor.

O objetivo do desembargador não era o de necessariamente se mostrar leitor diante de um não-leitor. A mobilização do tema da leitura e das representações convencionais do que é ser ou não leitor são ali simplesmente um mote para a ofensa, tal como Curcino (2019a) constata em relação às referências a livros e autores feitas por Bolsonaro em suas *lives* como candidato e como presidente ao longo de 2018 e 2019.

³⁷ De acordo com Silva e Santos (2015, p. 250), “a *pergunta retórica* (PR) é formulada para não ser respondida. O traço [+presença de resposta] é apagado em termos de codificação linguística, porém o traço [+entonação ascendente] é mantido, isto é, continua sendo interrogativa na forma”.

³⁸ LAUSBERG, Heinrich, 1982, *Elemente der Literarischen Rhetorik*. Trad. Port. R. M. ROSADO FERNANDES, *Elementos de Retórica Literária*, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª ed., Lisboa.

A presença de livros como importante ornamento simbólico em pronunciamentos de outros políticos não é novidade. A novidade [no caso dos usos dos livros por Bolsonaro] reside nos diferentes papéis desempenhados por esses livros nesses vídeos [de campanha e pós-eleição]. Eles não estão lá para mostrar Bolsonaro como leitor. Ele não quer se fazer passar como fazendo parte dessa elite intelectual contra a qual ele desfere duros e frequentes golpes. Os livros nas lives do candidato Bolsonaro têm [outras] funções. (CURCINO, 2019a, p. 215)

O desembargador, com sua interpelação sob a forma de pergunta, não visa prioritariamente e exclusivamente se afirmar leitor, embora o faça com sua pergunta retórica na qual sugere que o outro não sabe ler. Ele joga com o pressuposto de que, tendo o cargo que tem, e sendo o outro de origem distinta da dele, a forma de “colocar o outro no seu lugar” é por meio da alusão a essa competência que, durante muito tempo, foi de acesso restrito a poucos. É através dessa pergunta retórica, funcionando como uma afirmação, que encontramos uma agressão verbal nessa tentativa de injúria cultural.

No Enunciado 2, o enunciador cita essa interpelação do Enunciado 1, e a traduz ou a torna equivalente a um termo específico: “Ele me chamou de analfabeto”. A relação direta entre a pergunta retórica “Você sabe ler?” e a afirmação de que “Ele me chamou de analfabeto” mostram o quanto essa condição está relacionada com a primeira competência e o quanto esta designação foi e ainda é usada sistematicamente como uma ofensa, e não como mera designação.

O termo “analfabeto”, de acordo com o dicionário Larousse (2007, p. 84), tem por definição “1. Que ou quem não sabe ler nem escrever. 2. Que ou quem não tem instrução elementar. 3. Que ou quem é demasiadamente ignorante, tosco. 4. Que ou quem desconhece ou conhece muito mal certo assunto”. Tal como na acepção 3, a designação dirigida em circunstâncias como a do evento em questão é uma forma de ofensa.

Chamar alguém, no Brasil, de analfabeto não é querer dizer que a pessoa em questão não saiba ler apenas, mas é uma forma de empregar um sinônimo para outra ofensa relativa às capacidades intelectuais e letradas, como os termos ofensivos “burro” ou “ignorante”. Um dos principais exemplos que temos na história do país com a utilização do termo como forma de ofensa é a quantidade de vezes que o atual presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, foi chamado por seus opositores de “analfabeto” (Figura 7) ou, inclusive, como seus eleitores foram chamados de tal forma (Figura 8), tal como demonstrado por Curcino (2018a, 2018b) em uma série de enunciados semelhantes ao que apresentamos a seguir.

Figura 7 - Trecho de reportagem referente à reação do presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva ao ser chamado de “jumento” e “analfabeto” pelo ex-presidente da república Jair Bolsonaro, em julho de 2023

SÃO PAULO O presidente [Lula](#) (PT) reagiu nesta quarta-feira (26) ao ataque recebido um dia antes pelo ex-presidente [Jair Bolsonaro](#) (PL), que [o chamou de jumento e analfabeto](#) em evento em São Paulo.

Fonte: Folha de São Paulo³⁹.

Figura 8 - Trecho de texto em crítica a falas da ex-presidenta Dilma Rousseff e dos dois primeiros mandatos (2002 e 2006) do atual presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva.

Num vídeo que continua fazendo sucesso na internet, a ex-presidente revela que “treze menos quatro dá sete”. O viveiro de 12 milhões de analfabetos elegeu em 2002 e reelegeu em 2006 uma cabeça baldia. Em 2010, instalou na Presidência um neurônio solitário e reincidiu na maluquice em 2014.

Fonte: Revista Veja⁴⁰.

Como forma de se contrapor ao gesto deplorável, reprovável e condenável do desembargador, no texto onde figura o Enunciado 2, ao introduzir o assunto, o jornalista faz uma breve apresentação do perfil cultural do guarda, aludindo a sua formação, a seus estudos e afirmando o quanto ele “se manteve firme diante do *pior insulto* que já recebeu” (grifo nosso) (Figura 9).

³⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/07/lula-rebate-bolsonaro-e-diz-que-jumento-e-simpatico-e-mais-esperto-que-alguns.shtml>. Acesso em: ago. 2023.

⁴⁰ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/videos/1-minuto-com-augusto-nunes/o-brasil-de-lula-e-dilma-nao-le-nem-sabe-contar/>. Acesso em: ago. 2023.

Figura 9 - Trecho do texto publicado pelo jornal Folha de São Paulo, em que o termo “analfabeto” foi trazido como o “pior insulto”

direito educacional.
 Segundo Cícero, foi graças à educação que recebeu dentro e fora de casa que ele se manteve firme diante do pior insulto que já recebeu. “Fui chamado de analfabeto. E ouvi isso de uma pessoa muito instruída”, afirma à Folha. Na tarde do último sábado

Fonte: Jornal Folha de São Paulo⁴¹.

No texto em que encontramos o Enunciado 1, o jornalista responsável emprega o termo “analfabeto” entre aspas (Figura 10), como uma forma de, assim como na utilização do ‘discurso direto’, se distanciar da fala do desembargador. Essas duas ocorrências nos fazem compreender não somente que o termo “analfabeto” é utilizado como forma de ofensa, mas, também (e principalmente) que não é uma ofensa qualquer, que não passa despercebida, que se destaca dentre as outras que são plausíveis de aparecer no decorrer de uma discussão.

Figura 10 - Trecho da notícia publicada pelo jornal Folha de São Paulo acerca do ocorrido entre o desembargador e o guarda-civil

Eduardo Almeida Prado Rocha de Siqueira, 63, chamou o agente de fiscalização de “analfabeto”, rasgou a multa e ainda tentou se livrar da punição comunicando o fato ao secretário de Segurança Pública da cidade.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo⁴².

Vem de longa data a necessidade de “distinção”, tal como a define Pierre Bourdieu (1979), como um *modus operandi* de certos grupos sociais em relação a outros, que visam se distanciar de forma hierárquica de um outro ao qual se rebaixa, se diminui, se lhe trata como alguém “menor”. Essa hierarquização⁴³ parte de diferentes pressupostos como cor, etnia, cultura, *status* social, fazendo-se “necessário convencer de qualquer modo o oprimido de sua própria inferioridade” (SOUZA, 2022, p. 15). Esse convencimento circula de forma “natural”

⁴¹ Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=49226&keyword=analfabeto&anchor=6416116&origem=busca&origURL=&pd=2d7e7c343bc7132af106dc8f9437df39>. Acesso em: fev. 2021.

⁴² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/07/desembargador-de-sp-chama-guarda-civil-de-analfabeto-e-rasga-multa-ao-ser-flagrado-sem-mascara.shtml>. Acesso em: ago. 2023.

⁴³ Termo utilizado por Roberto DaMatta ao analisar o enunciado “Você sabe com quem está falando?”.

na sociedade e faz com que aquele que é tido por “inferior” aceite essa forma simbólica de dominação social. Segundo Jessé Souza (2022, p. 15-16):

por exemplo, sem o prévio trabalho de convencimento da intelectualidade e da mídia elitista de que o brasileiro seria, por sua suposta menos inteligência ou tendência inata à corrupção, inferior aos americanos, tidos como mais bonitos, inteligentes e “honestos”, não seria possível o saque de nossas riquezas e empresas mais importantes para as mãos dos americanos. É isso, em última instância, que torna o saque e o comando externo da economia brasileira possíveis sem que a imensa maioria ache o fato estranho. Os brasileiros, majoritariamente, imaginam que é assim que as coisas são e “devem” ser.

Embora Souza (2022) use como exemplificação o povo brasileiro, essa explicação pode ser utilizada para tratar de qualquer grupo que, de uma forma ou de outra, seja considerado “inferior” por outro grupo. Essa cultura de hierarquização “oculta” se dá por meio daquilo que, de acordo com Souza (2022), Pierre Bourdieu chama de “violência simbólica”⁴⁴, que é “perpetrada com o consentimento mudo dos excluídos dos privilégios, e não apenas da ‘violência física’” (SOUZA, 2022, p. 17).

É com esse intuito, portanto, que o desembargador mobiliza o Enunciado 1 apresentado ao questionar “Você sabe ler?”, visto que, ao trazer logo em seguida o enunciado “Então leia bem com quem você está *se metendo*” (grifo nosso), ele busca deixar claro que aquele que está sendo autuado não é uma pessoa qualquer dentro da hierarquia social, em que um desembargador se posiciona acima de um guarda-municipal e, assim, ambos deveriam estar cientes de suas posições. A escolha do verbo “se meter” também não foi aleatória, visto que é um verbo comumente utilizado como forma de ameaça ao receptor. Na matéria em que se encontra o Enunciado 2, o guarda faz uso do verbo “intimidar” para relatar o caso e como ele se sentiu a respeito (Figura 11).

⁴⁴ De acordo com Souza (2022, p. 16), Bourdieu traz essa noção “para se diferenciar da noção de ‘ideologia’ em Marx e enfatizar o trabalho da dominação social como tendo seu núcleo na tentativa de fazer o dominado aceitar por ‘convencimento’ as razões de sua própria dominação”.

Figura 11 - Trecho de texto publicado no jornal Folha de São acerca da atuação do guarda-civil para com o desembargador.

 Mesmo assim, Cícero só conseguiu dormir com a ajuda de calmantes desde então. “Não sai da minha mente aquilo. Ele me chamou de analfabeto, perguntou se eu sabia ler. Quis me intimidar de todas as formas.”

Fonte: jornal Folha de São Paulo⁴⁵.

De acordo com o dicionário Larousse (2007, p. 575), “intimidar” tem por definição: “1. Inspirar ou sentir medo, apreensão, pavor. 2. Tornar(-se) tímido, temeroso; atemorizar(-se)”. É possível compreender, então, que, quando o guarda diz que o desembargador quis “intimidar de todas as formas”, houve uma tentativa por parte do magistrado de colocar medo em seu receptor e, para tal, ele optou por chamá-lo de “analfabeto”, como forma de ofensa, como foi apresentado anteriormente, e questionando-o com o enunciado “Você sabe ler?” (Enunciado 1), conforme foi apontado nas Figuras 6 e 10.

O adjunto adverbial de modo⁴⁶ que acompanha o verbo “intimidar”, “de todas as formas”, faz com que compreendamos que houve mais de uma maneira de tentativa de intimidação por parte do desembargador para com o guarda. Ao utilizar esse adjunto, o enunciador faz referência não apenas à ofensa formulada sob a forma da pergunta retórica que ele cita ao se lembrar do episódio, “Perguntou se eu sabia ler”, mas também à intimidação relativa à declaração de sua “autoridade”, de sua profissão, de sua influência na sociedade, com poderes de intervenção capazes de prejudicar a atuação do guarda-civil.

45

Disponível

em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=49226&keyword=analfabeto&anchor=6416116&origem=busca&originURL=&pd=2d7e7c343bc7132af106dc8f9437df39>. Acesso em: fev. 2021.

⁴⁶ De acordo com Bechara (2009, p. 439-449), “o adjunto adverbial constitui uma classe muito heterogênea – à semelhança do advérbio que normalmente desempenha o papel de seu núcleo – não só do ponto de vista formal como ainda do ponto de vista semântico. Tal fato leva a que constantemente esteja a não delimitar com nitidez as fronteiras com outras funções sintáticas – conforme aqui mesmo já assinalamos – e com conteúdos de pensamento designado vizinhos. Diante de tão vasta amplitude, fixar-nos-emos nos principais adjuntos adverbiais, detendo-nos aos aspectos mais interessantes à descrição gramatical e aos esquemas com que se representam tais funções nas circunstâncias concretas do discurso [PD.1, 30]. a) Adjuntos adverbiais de lugar; b) Adjuntos adverbiais temporais; c) Adjuntos adverbiais modais; d) Adjuntos adverbiais de fim, de causa, de instrumento e de companhia; e) Adjuntos adverbiais de quantidade; f) Adjuntos adverbiais de distribuição; g) Adjuntos adverbiais de inclinação e oposição; h) Adjunto adverbial de substituição, troca ou equivalência; i) Adjunto adverbial de campo ou aspecto; j) Adjunto adverbial de assunto ou matéria tratada; k) Adjunto adverbial de adição ou inclusão e concessão.

A imagem que acompanha a notícia de onde destacamos o Enunciado 1 (Figura 12) mostra que o desembargador estava em trajes normais, sem a toga que permitiria identificá-lo profissionalmente.

Figura 12 - Imagem da notícia em que se encontra o Enunciado 1, um flagra do momento em que o Desembargador rasga a multa entregue pelo guarda-civil



Desembargador Eduardo Siqueira rasga multa após ser flagrado sem máscara em praia de Santos (SP) - Reprodução

Fonte: Jornal Folha de São Paulo⁴⁷.

Na ausência desse tipo de marca social, ele apresenta sua carteira de identidade como forma de “comprovar” que ele não é um “ninguém”, um “qualquer”, ele é uma pessoa de importância para a sociedade, uma pessoa “que sabe ler”, “estudada”. Esse gesto, no Brasil, tem um nome preciso: “carteirada”. De acordo com DaMatta (2020, p. 67):

a apresentação do documento apropriado, junto com o vociferado ‘Você sabe com quem está falando?’, faz com que a figura abstrata mas socialmente concreta com quem se está interagindo passe a ser oficial e legal, com poder e prestígio, beleza e graça, e sobretudo com *relações* com pessoas poderosas que estão, como gostamos de dizer, ‘lá em cima’. Passa-se, então, de ‘cidadão brasileiro’ ou ‘indivíduo’ – esses papéis sociais universalizantes que nessas situações não dão qualquer direito – a alguém que é ‘realmente alguém’: deputado, advogado, oficial das Forças Armadas, secretário de Estado etc.

Essa apresentação do documento de identidade é o que DaMatta (1990) analisa como um paralelo aos contos de fadas, quando a princesa ou o sapo mostram sua verdadeira identidade depois de alguma ação ou atitude específica. Geralmente essa atitude apresentada pelas personagens dos contos são consideradas boas, mas:

⁴⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/07/desembargador-de-sp-chama-guarda-civil-de-analfabeto-e-rasga-multa-ao-ser-flagrado-sem-mascara.shtml>. Acesso em: ago. 2022.

no drama do ‘Você sabe com quem está falando?’ somos punidos pela tentativa de fazer cumprir a lei ou pela ideia de que vivemos num universo realmente igualitário. Pois a identidade que surge dentro do conflito é que vai permitir hierarquizar pela possibilidade de fazer cumprir a lei. A moral da história é a seguinte: confie sempre em pessoas e em relações (como nos contos de fadas), jamais ou mais raramente em regras gerais ou em leis universais. Assim sendo, tememos com justa razão esbarrar a todo momento com o filho do Rei, se não com o próprio Rei. (DAMATTA, 2020, p.68)

Com isso, o desembargador “se desmascara” de seu papel de “cidadão comum” para o papel de “cidadão diferenciado” dentro daquilo que DaMatta (1990) chama de “hierarquização social”⁴⁸. Curcino (2018a, n. p.) afirma que:

ainda hoje, aqueles que gozam do direito da leitura e do benefício do título de “leitor” coincidem justamente com aqueles cujos recursos materiais garantem, desde cedo e de maneira naturalizada, poder ler prioritariamente livros, de preferência literários ou filosóficos de autores consagrados pela crítica, e poder fazê-lo sem finalidade prática, mas por prazer, como exercício do ócio ilustrado, ou então de obras altamente especializadas e jornais, como garantia da boa formação e informação. Não é alcançada por esse direito a maioria da população brasileira, trabalhadora, que não dispõe de livros desde a infância, que não pode assinar jornais, nem tem tempo livre para se dedicar à leitura. *A leitura, em um cenário como o nosso, surge sendo, portanto, um elemento-chave na justificação e na naturalização das hierarquias e distinções socioeconômicas dos sujeitos em nossa sociedade, e isso sob formas insuspeitas e na trivialidade de diversas circunstâncias...* (grifo nosso)

Curcino (2018a), então, apresenta como a “hierarquização social” também se dá a partir do acesso à leitura e, mais que isso, do acesso a tipos específicos de leitura. Para que a pessoa seja considerada um leitor, não basta apenas ler; é necessário que a leitura seja específica e compactuada como “importante” pela sociedade, para que haja essa consagração. Assim, o magistrado não só se sente mais importante pela sua posição social, como também pelos livros que depreendemos (a partir de sua profissão) que ele já leu. Ele acredita, portanto, que o guarda-civil é “menos estudado”, “menos leitor” e, portanto, menos importante que ele.

De acordo com Foucault (2000, p. 8 – 9), a produção do discurso “é ao mesmo tempo controlada, selecionada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”.

Por sua vez, para Pêcheux (1999, p. 52):

⁴⁸ “Na medida, portanto, em que as marcas de posição e hierarquização tradicional, como a bengala, as roupas de linho branco, os gestos e as maneiras, o anel de grau e a caneta-tinteiro no bolso de fora do paletó (bem como a cor), se dissolvem, incrementa-se imediatamente o uso da expressão separadora de posições sociais para que o igualitarismo formal e legal, mas evidentemente cambaleante na prática social, possa ser submetido a outras formas de *hierarquização social*” (DAMATTA, 2020, p. 46, grifo nosso).

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

O “Você sabe ler?” como um paralelo do “Você sabe com quem está falando?”, portanto, faz parte de uma “memória discursiva” (PÊCHEUX, 1999) e de uma “formação discursiva” (FOUCAULT, 1970) da elite brasileira, ou seja, o enunciado produz um sentido para além daquele inicial. Afinal, se fosse uma pergunta sem ser retórica, esperar-se-ia uma resposta de “sim” ou “não”, e não uma forma de ofensa e de injúria cultural. É porque, como sociedade, sabemos de antemão que esse tipo de pergunta visa a diminuição intelectual daquele que se posicionaria, segundo o enunciador que faz uso ofensiva de estruturas argumentativas semelhantes a empregada pelo desembargador, “embaixo” no imaginário da “hierarquia social” naturalizada e vigente.

Ao se sentir ofendido, é comum que a pessoa se sinta na necessidade ou até no direito de se “defender” ou de se “justificar” a respeito daquilo que lhe foi dito de forma ofensiva. Com o caso referente aos Enunciados 1 e 2 não foi diferente. A partir da repercussão do assunto em questão, o jornal *Folha de São Paulo*, então, publicou uma notícia no dia 21 de julho de 2020, da qual retiramos o Enunciado 2, em que deu “espaço” para que Cícero Neto⁴⁹ “se defendesse”.

No início da notícia, a matéria introduz o tema falando especificamente sobre os estudos de Neto, apresentando sua graduação e pós-graduação, focando na importância da educação na vida de uma pessoa e já apresentando que nunca foi necessário falar sobre seus estudos para “impor respeito” (Figura 13). Com o parágrafo inicial dessa notícia, mais especificamente com a escolha do sintagma verbal “impor respeito” já podemos compreender que a notícia foi, como dito anteriormente, uma ocasião para o ofendido se defender da injúria, para que pudesse ser mais respeitado.

⁴⁹ Cícero Hilário Roza Neto, nome completo do guarda-civil.

Figura 13 - Início da notícia publicada no jornal Folha de São acerca da autuação do guarda-civil para com o desembargador

SANTOS (SP) Cícero Hilário Rosta Neto, 36, nunca precisou dizer que é pós-graduado para impor respeito. O diploma, diz ele, só o ajudou a executar melhor o seu trabalho.

O guarda-civil é graduado em segurança pública e fez pós-graduação na área de direito educacional.

Segundo Cícero, foi graças à educação que recebeu dentro e fora de casa que ele se manteve firme diante do pior insulto que já recebeu. “Fui chamado de analfabeto. E ouvi isso de uma pessoa muito instruída”, afirma à Folha.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo⁵⁰.

Afinal, existe uma ideia de que, para a pessoa ser levada a sério, não basta ela “demonstrar serviço” ou ser um “bom funcionário”. Para que se seja levado a sério, é necessário que seja, para além de tudo, um intelectual, uma pessoa culta, um leitor. Haja vista algumas personalidades e alguns cenários que vimos em pronunciamentos *on-line* no decorrer da pandemia que ganharam espaço nas notícias televisivas⁵¹, e que se apresentavam cercados de livros, nem sempre verdadeiros.

Em fevereiro de 2022, o desembargador Yedo Simões, durante uma sessão virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas, empurrou sua cadeira um pouco para trás, ao que fez com que um painel com imagens de livros, simulando uma biblioteca particular, caísse e mostrasse que os livros que o cercavam não passavam de imagens, de uma falsidade. Não à toa, o painel recebeu o apelido de “biblioteca fake”⁵².

⁵⁰

Disponível

em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=49226&keyword=analfabeto&anchor=6416116&origem=busca&originURL=&pd=2d7e7c343bc7132af106dc8f9437df39>. Acesso em: fev. 2021.

⁵¹ No decorrer da pandemia de Covid-19 no ano 2020, tornou-se comum a prática de fazer entrevista *on-line*, ou seja, o apresentador de algum programa de televisão no cenário comum de seu programa sozinho (ou de sua própria casa) conversando/entrevistando alguém através de plataformas de videochamadas, para que a pessoa não tivesse a necessidade de se locomover. O ato tornou-se uma prática comum não apenas para entrevistas de programas de “bate-papo”, mas também para tratar de todos os outros assuntos pertinentes a programas de televisão.

⁵² O vídeo que conta com as imagens do acidente pode ser encontrado em diferentes perfis no *YouTube*.

Assim como Cícero Neto, Yedo Simões, tal como analisado por Curcino (2023, n. p.), sentiu que havia a necessidade de “se retratar” com a sociedade e se justificar como leitor, explicar o porquê de ter um painel de livros falsos em sua casa.

É como se esse episódio tivesse o potencial de macular esse pressuposto historicamente compartilhado entre nós, bastante firme, de que é necessário ter um estofo intelectual, ser leitor, ser ilustrado, para exercer certos cargos, como estes da alta justiça. Aliás, disso decorrem nossa crença de que aqueles que os ocupam dispõem efetivamente desse lastro, desse estofo, dessa familiaridade e relação espontânea e frequente com a leitura de livros. É o lustre da categoria que a queda desse painel também coloca em xeque. E o desembargador sabe disso. É a sua vaidade como intelectual e como membro dessa corporação que é afetada. Com este episódio, ele macula o pressuposto de que agentes públicos da justiça, em cargos equivalentes ao que ele exerce, de que eles devem se pautar pela verdade. (CURCINO, 2023, n. p.)

Dois dias depois do ocorrido e da viralização do vídeo, o desembargador encaminhou ao portal de notícias G1 um depoimento, acompanhado de outro vídeo apresentando sua verdadeira biblioteca. No depoimento, ele diz que os livros são sua paixão e que só usava o painel para manter a privacidade de sua vida. Ainda usa o papel do livro em sua vida para uma falsa tentativa de se posicionar próximo ao resto da sociedade (diferentemente do desembargador Eduardo Siqueira), ao dizer que ele presta um serviço à humanidade (Figura 14).

Figura 14 - Depoimento enviado de Yedo Simões ao portal de notícias G1 a fim de justificar seu painel com imagens de livros, simulando uma biblioteca

"Os livros são minha vida. Eu devo tudo aos livros, eles fazem parte da minha vida e de uma forma assim importantíssima porque foram eles que me trouxeram ao patamar em que cheguei. Então, eu sempre usei esse meu conhecimento justamente para servir a humanidade", diz.

Fonte: Jornal G1 Globo⁵³.

Juntamente da matéria em que Cícero Neto se justifica através de seus estudos, encontra-se uma imagem do guarda-civil (Figura 15) que busca retratá-lo em um ambiente distinto daquele onde exerce sua função, mais formal, mais solene, e ao se apresentar de tal forma, busca-se essa aparência mais culta, mais séria, semelhante a espaços de exercício intelectual.

⁵³ Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/02/04/apos-biblioteca-falsa-despencar-desembargador-diz-que-usa-painel-para-nao-mostrar-a-casa-os-livros-sao-minha-vida.ghtml>. Acesso em: ago. 2023.

Figura 15 - Foto de Cícero Hilário Roza Neto, que acompanha a notícia publicada no dia 21 de julho de 2020, no jornal Folha de São Paulo



O guarda-civil Cícero Hilário Roza Neto, que autuou desembargador em Santos Karime Xavier/Folhapress

Fonte: Jornal Folha de São Paulo⁵⁴.

O cenário para a foto é uma sala com objetos de luxo, como as cadeiras estofadas e a porta atrás do guarda, com detalhes e maçaneta antigos, que, propositalmente, aparecem devido à escolha de situar o retratado mais para o lado direito. As mãos juntas também servem para trazer uma maior seriedade ao seu papel. Ao mesmo tempo, percebe-se que sua cabeça está erguida e, claro, utilizando máscara mesmo estando (aparentemente) sozinho.

Ao trabalhar sobre o poder que tem o nosso corpo dentro do discurso, Courtine (2021) cita Foucault:

Mas o corpo é também diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder operam sobre ele uma influência imediata; elas investem contra ele, o marcam o adestram, o suplicam, o constroem a trabalhos, o obrigam a cerimônias, cobram dele signos. (FOUCAULT⁵⁵ apud COURTINE, 2021, p. 16)

Assim como nossas palavras trazem ideologias e posicionamentos, o corpo será recoberto de signos, de influências e posicionamentos. Dessa forma, podemos compreender, portanto, que a posição escolhida pelo guarda-civil e apresentada na Figura 15 não foi uma escolha aleatória, mas, sim, um retrato daquilo que consideramos a figura de um intelectual dentro de nossa sociedade.

⁵⁴

Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=49226&keyword=analfabeto&anchor=6416116&origem=busca&originURL=&pd=2d7e7c343bc7132af106dc8f9437df39>. Acesso em: fev. 2021.

⁵⁵ *Surveiller et punir*. Paris: Gallimard, 1975, p. 30 [*Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes].

Os sentimentos de orgulho e vergonha aparecem de forma concomitante em relação ao guarda-civil. Ao mesmo tempo em que ele se diz “insultado” por ter sido chamado de analfabeto e ter recebido a pergunta retórica “Você sabe ler?” (trazendo à luz a vergonha por ter passado por tal situação), o orgulho se apresenta na matéria do enunciado 2, quando ele se posiciona enquanto leitor não somente através da matéria, como, também, através da linguagem corporal da foto que acompanha o texto em questão (Figura 15).

Ao mesmo tempo, o desembargador – em sua “carteirada” do “Você sabe ler?” – manifesta seu orgulho de poder se considerar acima hierarquicamente do guarda-civil, não apenas pelo seu cargo profissional, mas também (e explicitamente) por “saber ler” (diferentemente do guarda-civil).

Esse evento e esse enunciado analisados não são ocorrências isoladas. Ainda que em um contexto muito diverso, com sujeitos distintos, nos deparamos com uma pergunta (que não é pergunta e sim ofensa) muito semelhante.

Enunciado 3 - “Qual é a que está com a placa virada? Deixa eu ver... Manda embora aquela aí! Meu bem, you não sabe ler? Mas será... vai embora, vai embora, vai embora! Pode ir embora! Rafaela, dispense ela!”⁵⁶.

Este enunciado foi proferido pelo apresentador brasileiro Silvio Santos⁵⁷, ao ver que uma das bailarinas de seu programa, Camila Galindo, estava com a placa da propaganda da marca Jequití⁵⁸ virada de cabeça para baixo (Figura 16).

⁵⁶ Disponível em: <https://www.estadao.com.br/emails/tv/silvio-santos-dispensa-bailarina-que-errou-merchan-da-jequití/>. Acesso em: jul. 2022.

⁵⁷ Silvio Santos é um apresentador da televisão brasileira, dono do canal SBT. Nascido em 1930, ainda em 2024 – aos 93 anos – segue apresentando seu programa aos domingos à noite, ele ficou conhecido por fazer falas machistas e misóginas ao vivo em seu programa.

⁵⁸ Jequití é a marca de cosméticos do Silvio Santos.

Figura 16 - Imagem retirada do Instagram da dançarina e utilizada como parte de uma notícia do jornal on-line O TV Foco



Fonte: Site O TV Foco⁵⁹.

A notícia foi comentada pelo jornal Estadão (Figura 17), que, apesar de ter trazido à luz o ocorrido, trouxe marcas linguísticas que amenizam a situação e fazem alusão à ideia de que tudo não passou de uma brincadeira. Ao trazer o assunto, o jornal opta por utilizar o verbo “dispensar” entre aspas na manchete, a fim de apresentar uma utilização que não aquela denotativa, ou seja, as aspas – nesse caso – funcionam para mostrar que a dispensa não era real, afinal tudo não passava de uma brincadeira. Já no subtítulo da matéria, encontramos o uso do discurso direto para fazer alusão à leitura (assim como foi o ocorrido com o guarda-civil, analisado nos Enunciados 1 e 2).

⁵⁹ Disponível em: <https://www.otvfoco.com.br/silvio-santos-demite-dancarina-que-cometeu-gafe-ela-reage-e-implora-para-ficar-estou-cheia-de-carne-para-pagar/>. Acesso em: out. 2023.

Figura 17 - *Print screen* da matéria do jornal Estadão que comenta o ocorrido do empresário Silvio Santos com a dançarina Camila Galindo, de onde retiramos o Enunciado 3

Estadão - Estadão TV

Silvio Santos 'dispensa' bailarina que errou propaganda da Jequití

«O sabe ler? Vai embora!», ordenou o apresentador do SBT



1 | Permissão

20/11/2024 12:04 | Localização: 12/11/2024 12:04



Representante: Erika Gomes, Rua: Rua Celso, 10, Jd. Primavera, 01156-000

Durante a passagem de uma cena para outra, bailarinas dançam enquanto seguram placas com o nome Jequití, empresa de cosméticos do grupo Silvio Santos. Uma das bailarinas estava com o material de ponta-cabeça. Ao perceber a gafe, o apresentador indagou: "Qual é que está com a placa errada? Deixa eu ver! Vanda, embora aqui a! Meu bem, você não sabe ler? Mas sei, vai embora, vai embora, vai embora. Toca! Embora! Rafaela, o que tá aí? A coreógrafa Rafaela Vizardi é coordenadora do baile do SBT. Apesar da orientação do patrão, a bailarina Camila Galindo continuou sorrindo e foi desceendo as escadas do local onde estava dançando e saiu de cena. "Onde já se viu? Cozco Jequití de cabeça para baixo! Vai embora, não tá na mar!», ordenou Silvio Santos. Apesar do que aconteceu no momento de identificação na an Camila publicou, no perfil dela no Instagram, que tudo não passou de uma brincadeira: "Silvio, pe o amor de Deus, to cheia de carni pra pagar não me manda embora", escreveu...



Fonte: Estadão⁶⁰.

⁶⁰ Disponível em: <https://www.estadao.com.br/emails/tv/silvio-santos-dispensa-bailarina-que-errou-merchan-da-jequití/>. Acesso em: março 2024.

Figura 18 - Manchete e subtítulo da matéria publicada pelo jornal Estadão para falar sobre o ocorrido de Silvio Santos com uma das dançarinas de seu programa

Notícia • Estadão / TV

Silvio Santos 'dispensa' bailarina que errou propaganda da Jequiti

'Não sabe ler? Vai embora!', ordenou o apresentador do SBT

Fonte: Estadão⁶¹.

Como vimos nesses enunciados, pode-se usar a pergunta retórica como forma para afirmar algo com potencial ofensivo. Também vimos como esse potencial ofensivo pode se valer do tom de brincadeira, que autorizaria um gesto verbal agressivo e violento pela atenuação e mesmo silenciamento que sua finalidade humorística produziria.

Vale lembrar que houve uma injúria não somente em uma questão de classe (patrão/empregado, conforme foi bem utilizado pelo jornalista ao utilizar o verbo dicendi “ordenou” em “ordenou o patrão”), mas, também, de gênero em que há uma manifestação do machismo enraizado em nossa sociedade, em que se acredita que o homem pode se posicionar acima das mulheres, principalmente quando estando em uma posição socialmente de maior prestígio que a delas (como é o caso em questão).

Assim como analisado no enunciado, o discurso direto (ou discurso relatado) também se faz presente quando a leitura surge. No subtítulo, encontra-se parte da fala do apresentador (que é apresentada na íntegra no decorrer do texto – Figura 19), juntamente do verbo dicendi “ordenar”, ao lado do substantivo “patrão”. O sintagma verbal “ordenou o patrão” deixa clara a relação de classe entre os dois personagens da situação.

⁶¹ Disponível em: <https://www.estadao.com.br/emails/tv/silvio-santos-dispensa-bailarina-que-errou-merchan-da-jequiti/>. Acesso em: março 2024.

Figura 19 - Trecho da reportagem que traz a fala na íntegra do patrão direcionada à dançarina do programa

Durante a passagem de uma cena para outra, bailarinas dançam enquanto seguram placas com o nome **Jequiti**, empresa de cosméticos do grupo **Silvio Santos**. Uma das bailarinas estava com o material de ponta-cabeça. Ao perceber a gafe, o apresentador indagou: “Qual é a que está com a placa virada? Deixa eu ver...Manda embora aquela aí! Meu bem, você não sabe ler? Mas será...vai embora, vai embora, vai embora! Pode ir embora! Rafaela, dispense ela!”. A coreógrafa Rafaela Viscardi é coordenadora do balé do **SBT**. Apesar da orientação do patrão, a bailarina **Camila Galindo** continuou sorrindo e foi descendo as escadas do local onde estava dançando e saiu de cena. “Onde já se viu? Colocar **Jequiti** de cabeça para baixo! Vai embora, não fala mais!”, ordenou Silvio Santos. Apesar daquele momento de ‘demissão’ no ar, Camila publicou, no [perfil dela no Instagram](#), que tudo não passou de uma brincadeira. “Silvio, pelo amor de Deus, to cheia de carnê pra pagar, não me manda embora”, escreveu.

Fonte: Estadão⁶².

Há um paralelismo nessas escolhas “índirectas” de ofender o outro em situações públicas e que revelam graus distintos de potencial ofensivo, em sua percepção. Em ambas, o uso simulado da pergunta, o emprego de uma pergunta retórica é uma forma indirecta de ofender, apelando a um consenso segundo o qual todos sabem quem, em nossa sociedade, é leitor e quem não é.

Pessoas das camadas populares, de certas profissões, de certos gêneros seriam candidatos mais frequentes a essas circunstâncias e situações. No entanto, o primeiro acontecimento contou com maior adesão de apoio ao ofendido, enquanto que, no segundo acontecimento, as opiniões se dividiram, o que se pode atribuir ao carácter “recreativo” da cena, e ao sujeito a quem se dirigiu a ofensa, ser uma mulher em posição subalterna, de empregada. É o que constata Curcino (2018a, 2020, 2023) em sua análise comparativa da forma como os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Dilma Rousseff foram representados como leitores em textos da mídia brasileira:

apesar das semelhanças com FHC, de seu perfil sociológico e de seus atributos como leitora, ela não contou, como ele, com a repercussão prioritariamente positiva desses dotes culturais, nem com os benefícios simbólicos deles derivados, tanto durante sua candidatura, como em seu exercício da presidência, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto qualitativo, uma vez que [...] o que se disse a seu respeito ecoa um viés sexista de diferentes intensidades não qualificadoras ou desqualificadoras. (CURCINO, 2024b, n. p.)

⁶² Disponível em: <https://www.estadao.com.br/emails/tv/silvio-santos-dispensa-bailarina-que-errou-merchan-da-jequiti/>. Acesso em: março 20224.

Apesar de ambos contarem com uma origem e uma formação cultural semelhantes e se apresentarem como leitores que gostam de livros, que compram livros, que falam de livros, ainda assim foram tratados de maneiras diferentes quando se fazia referência a suas competências leitoras.

Embora mais discretas do que outras invectivas sexistas que lhe foram dirigidas ao longo de sua trajetória política na presidência, as *representações* de Dilma como leitora foram marcadas por uma feminilização depreciada. [...] No exercício de suas funções presidenciais, ela foi representada [...] como quem lia, mas ao mesmo tempo como quem lia de modo inadequado, porque [...] *leria demais, leria tudo, leria linha-por-linha*, o que, nesse caso, representava um entrave a suas decisões e ações no governo. Já no que diz respeito a suas práticas de leitura no âmbito privado, ela foi representada de dois modos: primeiro, como leitora de alguns autores inadequados, como economistas equivocados porque antiliberais ou escritores de demais áreas considerados genericamente como comunistas, o que conforme sugerido nessas notícias incidiria negativamente sobre suas decisões, e justificaria as críticas que lhe eram dirigidas na condução de sua política econômica; segundo, como leitora voraz de textos ficcionais da literatura (livros de poesia, romances, tragédias), enfim gêneros que historicamente, em especial os romances, foram relacionados com os interesses de leitura femininos, muitas vezes caracterizados pejorativamente como mais emocionais que racionais, e por isso designados tantas vezes como frívolos e propícios à evasão da realidade. (CURCINO, 2024b, n. p.)

O apresentador, ao achar ocasião para fazer “piada” com uma de suas funcionárias aludindo a sua capacidade de ler, por meio de perguntas, a primeira não retórica, a segunda retórica, “Qual é a que está com a placa virada? Deixa eu ver... Manda embora aquela aí! Meu bem, você não sabe ler?”, simula uma demissão em função de algo banal, apenas para fazer rir. A primeira pergunta, “Qual é a que está com a placa virada?”, indicia a indiferença e o distanciamento dele em relação a seus funcionários, já que ele não sabe quem ela é, qual é o nome dela, e faz questão de deixar isso evidente. A segunda pergunta, “Meu bem, você não sabe ler?”, reforça o fato de ele não a chamar pelo nome próprio, mas por um epíteto genérico, e também sexista. A utilização do “meu bem” no lugar do nome próprio da dançarina traz, inclusive, uma ideia de ironia frente à situação, através – principalmente – da utilização do pronome possessivo “meu”. O pronome possessivo é alvo de estudos linguísticos por conta de seu uso fora do padrão das gramáticas, que, de acordo com Gusmão (2012, p. 2):

a maior parte das gramáticas normativas tende a vincular os possessivos ao valor de posse, como se observa a seguir: “...acrescentam à noção de pessoa gramatical uma ideia de posse” (CUNHA; CINTRA, 1989, p. 333); “...indicam posse em referência às três pessoas do discurso” (BECHARA, 2006, p. 166) e “...expressam um vínculo qualquer, constante ou eventual, entre o objeto ou assunto de que se fala e cada uma das pessoas do discurso” (AZEREDO, 2008, p. 176). Essa última, apesar de, na definição, fazer referência a ‘vínculo qualquer’, só expõe exemplos relativos a posse.

Isso significa que a maioria das gramáticas que são utilizadas como base nos estudos linguísticos apresentam os pronomes possessivos como alvo apenas de posse, porém, ainda de acordo com Gusmão (2012, p. 3)

Na *Gramática de usos do português* (NEVES, 2000, p. 471 – 490), descreve-se, na seção *Particularidades de construções possessivas*, o uso dos possessivos *seu(s)* e *sua(s)*, em vocativos, junto de adjetivos qualificadores de conotação negativa, expressando uma provocação, tal como se vê em: “Fala baixo, *sua* idiota” (4); “Pode escolher as suas armas que eu acabo com você, *seu* porco traidor” (5); e “Não notou a tranca antes de entrar, *seu* banana?” (6).

A autora expõe também o emprego do possessivo *meu* e suas flexões em vocativos para indicar tratamento cerimonioso afetivo ou íntimo e irônico: “Pois não, *minha* senhora, às suas ordens.” (7) e “Volte sempre, *minha* querida, volte sempre!” (8).

Assim, então, percebemos que os pronomes possessivos tanto da 3ª pessoa quanto da 1ª pessoa podem trazer aspectos negativos e, focando mais naquele escolhido por Silvio Santos (“*meu* bem”), podemos, portanto, enxergá-lo como ironia, seguindo o padrão de explicação de Maria Helena de Moura Neves (citado acima por Gusmão (2012, p. 3)). Essa manifestação da ironia na fala do Silvio Santos reforça seu posicionamento de patrão *versus* empregado, uma vez que ela – por estar posicionada hierarquicamente abaixo de seu patrão – não poderia fazer uso de tal vocativo em nenhuma outra situação.

Além disso, o apresentador ainda a interpela, tal como desembargador fez em relação ao guarda-civil, com a pergunta “Você não sabe ler?”, mas aqui com o emprego da forma negativa “não”. Nos dois casos, a pergunta é retórica. Nos dois casos, a pergunta é ofensiva. Mas neste episódio, ela é menos percebida como ofensiva, porque protegida pela condição de “piada”, ideia essa que foi reforçada pela dançarina, após o ocorrido, em suas redes sociais.

Após a situação, a dançarina postou em seu Instagram o vídeo do ocorrido – em que o apresentador repete diversas vezes “Vai embora” e ela, ao ficar sem saber o que fazer, sai do palco mesmo – com a legenda “Silvio pelo amor de Deus, to cheia de carnê pra pagar, não me manda embora”, seguido de diversos emojis de mãos juntas (em formato de oração) e “kkk” (indicando risadas, juntamente de emojis sorridentes) (Figura 17).

ler?”. Assim, velho. Aí olhei para o meu sócio: “Na moral, me dá meu telefone aí. Esse bagulho não está me descendo redondo, não”⁶⁴.

Este Enunciado 4 (Figura 21) compõe o relato do ator, modelo e empresário Felipe Titto para o podcast Podpah⁶⁵, em 2021, publicado pela UOL (Figura 22). O ator narra episódio em que testemunhou o momento em que um cachorro foi abandonado por alguém, o que o fez se mobilizar para que fosse feita justiça, chamando então a polícia, que o teria desrespeitado e ofendido, dentre outras formas, através do questionamento acerca do ator saber ou não ler. Uma das autoridades tentou intimidá-lo, ao ser questionado quanto a seu nome, formulando o típico enunciado “Você não sabe ler?” em uma mobilização de um discurso a fim de diminuir o ator socialmente, e estabelecer hierarquias relativamente naturalizadas entre nós.

Figura 21 - Trecho que apresenta a fala de Felipe Titto ao podcast, em que ele demonstra a resposta do policial a ele, na ocasião.

"Colei na polícia. Queria grudar o bicho. Falei: "Velho, o cara acabou de abandonar o cachorro". Aí veio polícia, um Sargentão Pincel, assim: 'Está fazendo muito barulho!' (...) Esse que chegou gigante nem apavorou tanto. Só que chegou outra viatura com dois caras. Esses é que encasquetaram. Um perguntou meu nome. E eu: 'E o seu nome, qual é? Eu te falei meu nome com toda a educação do mundo. Agora quero saber o seu nome'. E ele não falou nada. Na segunda vez que eu perguntei, ele disse: 'Você não sabe ler?' Assim, velho. Aí olhei para o meu sócio: 'Na moral, me dá meu telefone aí. Esse bagulho não está me descendo redondo, não.'"

Fonte: UOL⁶⁶.

⁶⁴ Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/entretenimento/2021/04/19/felipe-titto-fala-sobre-prisao-me-almemou-e-me-jogou-no-porta-malas.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: ago. 2022.

⁶⁵ Podpah é um podcast que se autodenomina “o mais zika da internet”, criado pelos apresentadores Igor Cavalari e Thiago Marques e pelo empresário Victor Assis. Seu principal objetivo é proporcionar entretenimento principalmente através de entrevistas com pessoas que estão “em alta” na mídia.

⁶⁶ Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/entretenimento/2021/04/19/felipe-titto-fala-sobre-prisao-me-almemou-e-me-jogou-no-porta-malas.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: março 2024.

Figura 22 - Reportagem publicada pela UOL para falar sobre a entrevista do ator Felipe Titto dada ao podcast Podpah



Felipe Titto fala sobre prisão: 'Me algemou e me jogou no porta-malas'



UOL
Conversa pra UOL em 12a Edição
09:00 19/04

Felipe Titto contou recentemente que foi preso ao seguir um homem que abandonou um cachorro no Rio Grande do Sul. Em bate-papo no podcast "Podpah", o ator deu mais alguns detalhes sobre o acontecimento:

"Fui atrás (do cachorro). Meu sócio já ligando para as vitórias: "Ô, tem um cachorro aqui na avenida e tal". É o bicho perdido. E eu atrás dele (do homem que abandonou o cão). E desemborou na vitrine da polícia. Abandonou bicho, maltrata bicho, é crime. Faz com gente mas não faz com bicho. Tenho cinco cachorros em casa, adoro bicho. Não sei como. Bicho é f*** demais", começou ele.

"Coleira política. Querá guarda o bicho. Falei: "Vêto, o cão acabou de abandonar o cachorro". Ai veio polícia, um Sérgio do Rincel, assim: "Essa fita está muito danada!" (...) E ele que chegou gigante nem agachou tanto. Só que chegou com vitrine com dois cães. Então é que encasquetaram. Um perguntou meu nome. E eu: "É o teu nome, qual é?" Eu sei falar meu nome com toda a educação do mundo. Agora quem saber o teu nome? E ele não falou nada. Na segunda vez que eu perguntei, ele disse: "Vêto não sabe ler? Assim, vêto. Ai olhei para o meu sócio: "Na minha me dá meu telefone aí. Esse negócio não está me deixando redondo, não."

Relacionadas

Fonte: UOL⁶⁷.

Diferentemente dos Enunciados 1 e 2 previamente analisados, a pessoa que recebeu a injúria, neste caso, era alguém que em tese se encontraria em uma hierarquia social privilegiada em relação a quem o injuriou, se levada em consideração sua profissão de ator e, principalmente, de uma rede de televisão de grande circulação⁶⁸. Dessa forma, percebe-se que

⁶⁷ Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/entretenimento/2021/04/19/felipe-titto-fala-sobre-prisao-me-almemou-e-me-jogou-no-porta-malas.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: maio de 2024.

⁶⁸ Felipe Titto trabalhou para a Rede Globo, grande rede da televisão brasileira, no período de 2004 a 2019, iniciando em uma época em que as redes de "streamings" não eram utilizadas no Brasil e, portanto, era muito mais comum assistir à televisão aberta.

nem sempre o humilhado é alguém que, em uma ideia de hierarquização, apareceria abaixo socioeconomicamente em diferentes situações.

Após a situação em questão, Felipe Titto ainda foi algemado e levado à delegacia, onde ficou por cinco horas. Na entrevista em questão, o próprio ator questionou o que ocorreria caso fosse “preto, pobre, favelado, mal vestido porque não tem grana para comprar, sem instrução, não sabe o direito dele”.

Ao valer-se do termo “sem instrução”, observamos o reforço da ideia da pessoa com menor escolaridade e, conseqüentemente, aquela cuja resposta seria um “não” à pergunta – mesmo que retórica – do guarda policial. Para além disso, em conjunto com todos os outros termos utilizados em seu discurso, reforça a ideia de que há uma diferença de quando pensamos em hierarquia social, ou seja, existe uma consciência de que algumas pessoas estão posicionadas acima de outras quando falamos em sociedade.

O ator, em sua fala ao podcast, trouxe diversas gírias – inclusive ao utilizar o discurso direto ao narrar a história com o policial –, tais como “colei”, “bicho”, “velho”, “na moral” e “bagulho”. De acordo com Oliveira (2006, p.), “a maneira como o indivíduo fala pode definir seu *status* e produzir sua identidade social dentro de uma sociedade maior. Assim sendo, o código linguístico pode ser visto como uma forma de relação social que aproxima ou distancia pessoas”.

As gírias utilizadas por ele, portanto, salientam a ideia de que ele é pertencente a um grupo que – para a concepção do policial – não merece o respeito no momento de uma abordagem. De acordo com Piovezani (2020, p. 46):

É com base, portanto, num consenso bastante expandido e arraigado, que se acredita na existência de uma separação bem estabelecida entre um português popular, uma língua do povo, falada pelos sujeitos das camadas desvalidas, de um lado, e um português padrão, uma língua das classes médias e altas, falada pelos sujeitos com bons níveis de instrução formal, de outro. Com efeito, as fronteiras entre os empregos desse chamado português popular e os usos de nossa língua realizados em contextos familiares praticamente por todas as classes sociais são muito mais fluidas do que se costuma imaginar. Além disso, há na consideração dos desempenhos populares de fala, e nos de fala pública, em particular, um mecanismo que repousa sobre as modalidades oral e escrita da língua: as descrições e os julgamentos dos “dominantes” sobre performances orais dos “dominados” são frequentemente escritos e reiteram o esquema profundamente ancorado em prática e no imaginário cotidiano: “nós” *versus* “eles”, “metrópole civilizada” *versus* “colônia selvagem” etc.

No caso do Enunciado 4, percebe-se o sentimento da vergonha daquele que recebe a injúria principalmente através da narrativa que aparece logo depois do questionamento feito

pelo policial: “Você sabe ler?”. Foi só depois desse episódio que o ator decide falar com seu empresário e percebe que aquilo “não estava descendo redondo”⁶⁹.

Essa mesma pergunta/afirmação, ainda que com diferenças em sua materialidade linguística, emerge em outros contextos.

Enunciado 5 - O bispo, que celebrava a missa naquele ano, também interveio, queria que baixasse a bandeira na hora da celebração. Seu Valmir não arredou. “Você sabe ler? Pois leia aqui”, referindo-se à frase “diga não ao preconceito” que mandou bordar no peitoral do cavalo....⁷⁰.

O sexto enunciado de nosso *corpus* traz um “diálogo” entre um bispo da cidade de Serrita (PE), a 536,7 km de Recife, e Seu Valmir Calaça, vaqueiro conhecido como Chapada e natural de Floresta (PE), a 168 km de Serrita, publicado pela UOL (Figura 23).

⁶⁹ É possível perceber que foi depois do questionamento pelo uso do conectivo “ai” em sua narrativa, trazendo a ideia de conclusão.

⁷⁰ Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2022/07/28/vaqueiro-hetero-hasteia-simbolo-lgbtqia-como-pedido-de-respeito-ao-proximo.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: ago. 2022.

Figura 23 - Matéria publicada pela UOL, em que apresenta a fala de Seu Valnir ao bispo durante a procissão



Fonte: UOL⁷¹.

O ocorrido aconteceu durante uma procissão em que somente os homens de diversas regiões do Nordeste saem a cavalo em direção à missa tradicional a fim de pedir bênção para os meses de estiagem. Em 2016, Seu Valnir, incrédulo com os ocorridos na boate *Pulse* nos EUA⁷² e com uma agressão homofóbica em sua cidade natal, decidiu seguir pela procissão com uma bandeira do orgulho LGBTQIA+ ao lado das bandeiras políticas do Estado e do Município.

⁷¹ Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2022/07/28/vaqueiro-hetero-hasteia-simbolo-lgbtqia-como-pedido-de-respeito-ao-proximo.htm?cmpid=copiaecolahttps://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2022/07/28/vaqueiro-hetero-hasteia-simbolo-lgbtqia-como-pedido-de-respeito-ao-proximo.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: maio 2024.

⁷² Em junho de 2016, ocorreu um massacre em uma boate em Orlando, nos Estados Unidos, que chegou a ser considerado o pior ataque a tiros da história dos Estados Unidos depois do 11 de setembro, devido ao número de mortos. Na ocasião, um cidadão americano entrou na boate – voltada ao público LGBTQIA+ -, matou 50 pessoas e deixou outras 53 mortas.

O ativista diz ter sido questionado não somente pelos organizadores do evento, como, também, pelo bispo que celebrou a missa no dia e não queria autorizá-lo a ficar com a bandeira (Figura 24) durante a celebração.

Figura 24 - Imagem da bandeira sendo carregada por Chapada, juntamente outras bandeiras, durante a procissão



Fonte: UOL⁷³

Neste caso, diferentemente dos enunciados anteriores, quem enuncia “Você sabe ler?” (Figura 25) é alguém que, de acordo com essas escalas arbitrárias de avaliação dos sujeitos em sociedade, se encontraria hierarquicamente abaixo do questionado. Por se tratar de uma procissão, o bispo pode ser considerado uma pessoa mais importante que o vaqueiro nesse contexto, uma vez que ele é um personagem importante para um evento da religião católica.

Figura 25 - *Print screen* da parte da notícia em que o questionamento feito por Seu Valmir é apresentado

O bispo, que celebrava a missa naquele ano, também interveio, queria que baixasse a bandeira na hora da celebração. Seu Valmir não arredou. "Você sabe ler? Pois leia aqui", referindo-se à frase "diga não ao preconceito" que mandou bordar no peitoral do cavalo. "Eu acho que na minha vida foi o pedaço de pano mais pesado que eu já carreguei", afirma.

Fonte: UOL⁷⁴

A ideia de Seu Valmir não era necessariamente diminuir o bispo – ao contrário de todos os enunciados analisados até aqui –, mas, sim, fazer com que o bispo compreendesse seu

⁷³ Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2022/07/28/vaqueiro-hetero-hasteia-simbolo-lgbtqia-como-pedido-de-respeito-ao-proximo.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: ago. 2022.

⁷⁴ Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2022/07/28/vaqueiro-hetero-hasteia-simbolo-lgbtqia-como-pedido-de-respeito-ao-proximo.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: ago. 2022.

posicionamento diante do preconceito (bandeira pela qual ele estava lutando). Ao mesmo tempo, o enunciado, seguido do verbo no imperativo (“leia”), faz com que o vaqueiro se sinta em uma posição de enfrentamento diante da hierarquia bispo *versus* peregrino.

É através desse enunciado, com essa construção, que Seu Valnir consegue, portanto, não somente ser ouvido pelo bispo, mas – principalmente – ser respeitado por seu posicionamento, mesmo dentro de um contexto machista. Assim, este enunciado, não funciona necessariamente como uma injúria cultural, mas segue em um paralelo na tentativa de “crescimento *versus* diminuição” social, na mesma ideia da hierarquia apresentada nos enunciados anteriores.

Para além disso, mais uma vez, o discurso direto é apresentado na reportagem. O jornalista, mesmo em um caso em que o enunciado aparece como forma de “defesa”, opta pelo mesmo distanciamento apresentado e analisado nos enunciados 1, 2 e 3. Diferentemente dos outros, entretanto, não há um verbo dicendi nesse caso, visto que – muito provavelmente – o distanciamento fosse menos necessário que nos enunciados apresentados anteriormente. Aqui, falamos de um discurso sobre a leitura com a finalidade de defender um grupo minoritário, mesmo que – para tal – tenha sido necessário injuriar e diminuir um interlocutor.

Aqui, a vergonha não se faz tão presente quanto o orgulho presente no questionamento de Seu Valnir. Ao utilizar o verbo conjugado no imperativo – conforme analisado anteriormente – percebemos que havia um orgulho de se estar naquela posição e de poder realizar o questionamento do “Você sabe ler?” a alguém que, hierarquicamente naquela situação, encontrava-se em uma escala superior.

4 CAPÍTULO III - “POBRE NÃO LÊ”: O POVO BRASILEIRO NAS PALAVRAS DE NOSSA ELITE

É muito frequente e bastante naturalizada a afirmação de que o “pobre não lê” ou de que o “povo não lê”. Isso é, em grande medida, verdade. No entanto, nem sempre essa afirmação vem eivada de preconceito e com potencial de ofensa, de injúria cultural de classe. Esse não é o caso da forma como se referiu o ex-ministro Paulo Guedes ao povo brasileiro.

Enunciado 6 - “Pobre não lê”, argumentou Paulo Guedes, como se estivesse justificando uma sobretaxa no preço do hadoque. Para o pobre, o chamado “pão do espírito” (o livro) é mesmo artigo de luxo, e por isso necessitado de estímulos vários, não de carga tributária”⁷⁵.

O enunciado em questão traz à tona a fala de uma personalidade do cenário político, o economista e ex-ministro da Economia do Brasil do governo Bolsonaro (2018 – 2022), Paulo Guedes. Ele o proferiu em 2021, quando ainda estava em seu cargo de ministro da Economia, ao falar sobre a taxação dos livros, que eram isentos de alguns impostos há 80 anos.

⁷⁵ Disponível em: <https://www.estadao.com.br/cultura/sergio-augusto/templos-do-saber/>. Acesso em: jul. 2022.

Figura 26 - Print screen da matéria publicada pelo Estadão em que se encontra o Enunciado 6

Opinião • | Templos do saber

A Dia Vinho é a livraria mais próxima de Shakespeare & Co, que conheci e frequentei

Por Sérgio Augusto
20/05/2020, 09h07 - Última edição: 01/05/2020, 14h47

Crises, 23 de abril, folio Dia Mundial do Livro. A celebração, criada na Catalunha, em homenagem a Cervantes, nos pegou num momento particularmente adverso para a produção e consumo de livros. Não bastassem a gripe da gale e a rejeição presencial das livrarias impostas pela pandemia, o ministro Paulo Guedes inventou de lácil-las como uma mercadoria que quer, não um bem mental e espiritual com 80 anos de tradição tributária na lombada.



Crises, 23 de abril, folio Dia Mundial do Livro, celebração criada na Catalunha, em homenagem a Cervantes, nos pegou num momento particularmente adverso para a produção e consumo de livros. Paulo Guedes, como se estivesse justificando uma sobretaxa no preço do hadouku. Para o pobre, o chamado "pão de açúcar" (o livro) é mesmo artigo de luxo, e por isso necessitado de estímulos vários, não de carga tributária. Estímulos que deveriam incluir algum tipo de subsídio ou alívio fiscal às livrarias físicas, que, afinal, são templos do saber – com livrarias no lugar de padres e pastores. Enquanto isso, os templos do saber – e de Amazon, no início de abril, são livrarias do Rio – Leonardo da Vinci, Argumento, Seringa, Folha Seca, Slocos, Uma Barrato, Malacartes e Janela – uniram-se para fundar o grupo colaborativo Livrarias Carlotas. O espírito que as anima é o mesmo dos três independentes de Curitiba: uma por todas, todas por uma. Dos múltiplos problemas a serem enfrentados, a taxa proposta pelo ministro de Economia é o que mais se assemeia à espeda de Dâmocles. Animados pela comemoração do Dia do Livro e por uma perspectiva alta no índice de leitura proporcionado pelo isolamento social, usuários do Twitter e do Facebook distram-se há dias com perguntas do gênero "quantos livros você lê ou durante a pandemia?" (qual o livro que mais te marcou na vida?). São perguntas difíceis de responder para quem, como eu, não tem o hábito de contar de livros que consome e até hoje não sabe se o que impactou na infância (o livro do Tasso) deve ter precedência sobre o que impactou na adolescência (A Educação Sentimental) e na idade madura (Deserto). Outra curiosidade, supostamente mais fácil de atender porque factual, relevante, contido, irreprochável: "Qual foi a primeira livraria de sua vida?" Puxa, olha, não faço ideia. As crianças da minha geração tinham seus primeiros livros comprados em papelerias de bairro, hábito que perdura até hoje no interior do Brasil. Certamente, veio de uma papeleria, para mim, apaixonante, De Grande Beneficência da Humanidade, de F. Aquarone, em cuja página descobri quem foram e que benefícios nos proporcionaram Gutenberg, Pastour, Bolson e o caso Curitiba. O que me leva a especular sobre em qual livraria adquiri meu primeiro livro pagando do próprio bolso. Se nasceu na segunda metade do século 20, teria sido numa daquelas lojas especializadas da Rua do Ourão (Laemmert, Gamier), quase diariamente visitadas por Machado de Assis, Slic, mas desaparecidas antes de eu vir ao mundo. Lembro-me de compras remotas na Zahar, na Lira, na Civilização

Fonte: Estadão⁷⁶.

Ao utilizar o adjetivo “pobre”, o enunciador em questão já apresenta uma diferença de classe e, conseqüentemente, se diferencia dos que não podem consumir livros com tanta frequência quanto ele, “rico” e, por conseguinte, leitor.

⁷⁶ Disponível em: <https://www.estadao.com.br/cultura/sergio-augusto/templos-do-saber/>. Acesso em: maio 2024.

Figura 27 - Trecho do artigo de opinião publicado pelo Estadão, em que aparece a fala de Paulo Guedes, através do discurso direto

tentaram implementar. “Pobre não lê”, argumentou Paulo Guedes, como se estivesse justificando uma sobretaxa no preço do hadoque. Para o pobre, o chamado “pão do espírito” (o livro) é mesmo artigo de luxo, e por isso necessitado de estímulos vários, não de carga tributária. Estímulos que deveriam incluir algum tipo de subsídio ou alívio

Fonte: Estadão⁷⁷

Conforme mencionado e explicado nos capítulos anteriores, a classe dominante em nada quer se parecer com a classe dominada, e um de seus grandes trunfos de distinção é o acesso à cultura de prestígio e com ela aos benefícios simbólicos da condição de ser reconhecido pelo exercício intelectual, com a presença da classe dominante em escolas particulares, livrarias e suas imagens com livros na mão ou em suas costas (como vimos anteriormente com o caso do desembargador e sua estante “fake”).

Um exemplo equivalente, de desconhecimento da realidade, e mesmo de indiferença com a realidade da maioria da população, semelhante a este de Paulo Guedes, para quem simplesmente o “povo não lê”, é o de Danuza Leão⁷⁸, em sua coluna para o jornal Folha de São Paulo, escreve o texto intitulado “Ser especial”⁷⁹, e a forma como neste texto se apropria da leitura como forma de se diferenciar dos outros baseada em uma hierarquia social, mas sobretudo cultural, para o estabelecimento da qual se convoca a leitura como prática distintiva. Ela afirma que “viajar ficou banal e a pergunta é: o que se pode fazer de diferente, original, para deslumbrar os amigos e mostrar que se é um ser raro, com imaginação e criatividade, diferente do resto da humanidade?”, para em seguida concluir seu texto dizendo que “os muito exigentes” têm apenas uma opção: “trancar-se em casa com um livro”. É com esse objeto de “luxo” que Danuza Leão consegue se diferenciar da classe da qual ela deseja se distanciar. Conforme análise de Curcino (2019, p. 126-127) desse episódio:

Embora a leitura de um livro tenha sido apresentada como uma prática cujos efeitos simbólicos assemelham-se ao valor outrora atribuído a uma viagem a Paris, nenhum dos múltiplos comentários que foram postados ponderou sobre a pertinência ou não dessa aproximação. Isso se dá porque a leitura é de fato uma prática distintiva dos sujeitos e seu potencial elitizante é, em grande medida, relevado em nome de seu valor

⁷⁷ Disponível em: <https://www.estadao.com.br/cultura/sergio-augusto/templos-do-saber/>. Acesso em: março 2024.

⁷⁸ Danuza Leão nasceu em 1933 e faleceu em 2022. Foi jornalista, escritora e modelo. Escreveu colunas e crônicas para o jornal Folha de São Paulo no período de 1992 a 2013.

⁷⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/danuzaleao/2012/11/1190959-ser-especial.shtml>. Acesso em: fev. 2024.

simbólico. Embora, sub-repticiamente o texto tenha dito que “uma viagem para Paris, até o porteiro do prédio pode realizar, já a leitura, não é uma prática para qualquer um”, não houve quem estranhasse esse uso elitista da leitura. Isso ocorre porque circula entre nós a representação segundo a qual o exercício da leitura é não apenas uma questão de gosto, mas também de escolha pessoal, individual, cujo corolário falseador da realidade seria o de que todos, se assim o desejassem, poderiam se tornar leitores.

Por se tratar da fala de uma pessoa pública, ou seja, um ministro da Economia de um país, Paulo Guedes faz uso de uma omissão gramatical: o artigo definido masculino. Ao pronunciar o enunciado “pobre não lê”, sem o artigo, ele consegue trazer um discurso generalizado, com a intenção de não falar direta e especificamente sobre um grupo, somente sobre aqueles que, em teoria, se reconheceriam enquanto “pobres”.

De acordo com o gramático Evanildo Bechara (1999, p. 153):

o artigo definido identifica o objeto designado pelo nome a que se liga, delimitando-o, extraindo-o de entre os objetos da mesma classe, como aquele que já foi (ou será imediatamente) conhecido do ouvinte – quer através do discurso (que dele faz menção), quer pela “dêixis” (que o mostra, ordenando-o espacial e temporalmente), quer pelo contexto idiomático, no qual a palavra é, quando não ulteriormente determinada, nome de conceito ou de toda uma classe de objetos (assim, “o homem é um animal racional” equivale a “aquilo que conhecemos pela palavra *homem*...”).

Dessa forma, encontramos um discurso que busca se fazer genérico, no sentido de que, se ele dissesse “o pobre não lê”, estaria se referindo a “aquilo que conhecemos pela palavra *pobre*”, porém, ao dizer “pobre não lê”, ele tenta apresentar “aquilo que *você* compreende pela palavra *pobre*”, a fim de se distanciar de um julgamento, uma vez que ele não está dizendo quem é pobre e quem não é, ele está citando um grupo generalizado que quem vai escolher como agrupar, em teoria, é o leitor desse enunciado.

Existem alguns discursos que podem ser circulados através de pessoas específicas, como é o caso do que Foucault (1970) chama de “doutrinas”, que podem ser de cunho religioso, político ou filosófico. No caso em questão, estamos analisando a fala de uma pessoa que se encontra dentro do âmbito político, um enunciado que, não fosse seu cargo e a situação em questão, não teria uma circulação na mídia. De acordo com Foucault (1999, p. 41 – 42):

À primeira vista, as “doutrinas” (religiosas, políticas, filosóficas) constituem o inverso de uma “sociedade de discurso”: nesta, o número dos indivíduos que falavam, mesmo se não fosse fixado, tendia a ser limitado; e só entre eles o discurso pode circular e ser transmitido. A doutrina, ao contrário, tende a difundir-se; e é pela partilha de um só e mesmo conjunto de discursos que indivíduos, tão numerosos quanto se queira imaginar, definem sua pertença recíproca. Aparentemente, a única condição requerida é o reconhecimento das mesmas verdades e a aceitação de certa regra – mais ou menos flexível – de conformidade com os discursos validados; (...). Ora, a pertença doutrinária questiona ao mesmo tempo o enunciado e o sujeito que fala, e um através

do outro. Questiona o sujeito que fala através e a partir do enunciado, como aprovam os procedimentos de exclusão e os mecanismos de rejeição que entram em jogo quando um sujeito que fala formula um ou vários enunciados inassimiláveis; (...) a doutrina vale sempre como o sinal, a manifestação e o instrumento de uma pertença prévia – pertença de classe, de status social ou de raça, de nacionalidade ou de interesse, de luta, de revolta, de resistência ou de aceitação. A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes profbe, conseqüentemente, todos os outros; mas ela se serve, em contrapartida, de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo, de todos os outros. A doutrina realiza uma dupla sujeição: dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo, ao menos virtual, dos indivíduos que falam.

Assim, compreendemos que Paulo Guedes – em sua posição política de ministro da Economia – pode trazer à tona um enunciado que funcionará para não somente se diferenciar de grupos aos quais ele pretende, de fato, a “não-aproximação”, mas, principalmente, para se enquadrar em um grupo ao qual ele se enxerga e se inclui. A dicotomia que ele traz de “ricos” *versus* “pobres” o liga ao grupo que ele se considera pertencente (rico, conseqüentemente leitor) e àquele que ele busca se distanciar (pobre, conseqüentemente não leitores).

Seu enunciado pode nos fazer lembrar de uma autora que – mesmo com sua inclusão no grupo “pobres” – não somente lia bastante, como, também, escreveu um livro: Carolina Maria de Jesus⁸⁰. Ao escrever um livro como Quarto de despejo: diário de uma favelada, Carolina Maria provou que o mundo dos livros não é típico de somente uma classe social específica. A autora, por ser pobre, favelada e negra chegou a ser presa quatro vezes por motivos como estar lendo ou escrevendo poesias. Ela mesma chegou a narrar que ficou conhecida como a “diaba de Sacramento” por uma falsa denúncia – que a levou à prisão – de que estaria lendo o livro do bruxo São Cipriano.

De forma análoga a esse caso, o autor Jeferson Tenório (2021, p. 69)⁸¹, em um texto publicado pela editora TAG – Experiências Literárias (2021), fala sobre sua relação – enquanto autor negro – com a literatura e, conseqüentemente, com os livros. Em parte de seu texto, ele diz que a literatura passou a fazer parte de sua vida depois de sua entrada na universidade e que “a convivência com os livros tornou-se necessidade. Em pouco tempo, vi que eles podiam me proteger até das abordagens policiais que eu recebia por ser negro. Portar um livro seria como passe, como um salvo-conduto”.

⁸⁰ Carolina Maria de Jesus (1914 – 1977) teve apenas dois anos de estudo formal e, mesmo assim, publicou seu livro Quarto de despejo: diário de uma favelada em 1960, no qual ela relatou sua rotina na favela em que morava (Canindé, na cidade de São Paulo). É atualmente considerada uma das maiores escritoras negras brasileiras.

⁸¹ Jeferson Tenório (1977) é um autor negro brasileiro, nascido no Rio de Janeiro. Seu primeiro livro foi publicado em 2013, porém seu nome passou a ser mais falado a partir do livro “O Avesso da Pele”, publicado pela editora Companhia das Letras e lançado em 2020. No ano de 2024, o livro ficou ainda mais conhecido e famoso depois de ser criticado por uma diretora de um colégio do Sul do país e sua tentativa de censura à venda e circulação do livro.

O ato de portar um livro te deixa, portanto, mais próximo da elite cultural e intelectual brasileira e, dessa forma, salva as pessoas de determinadas situações que, em outras ocasiões, poderiam ser julgadas pela sua cor da pele ou status social. Diferentemente do caso da Maria Carolina de Jesus, Jeferson Tenório fala das “abordagens por ser negro” e, assim, não está falando sobre estar em um local específico. A autora, por outro lado, estava em uma periferia quando foi abordada. O local em que o livro aparece, juntamente de seu portador, separa aquele que não merece ser considerado leitor daquele que merece.

Nesse caso, por não ter um interlocutor específico que possa se sentir – diretamente – injuriado, não há de forma clara o sentimento da vergonha. Por outro lado, ao se dizer “leitor” e pertencente a uma classe social privilegiada, o locutor do enunciado traz à luz o sentimento do orgulho.

Enunciado 7 - Camargo comanda uma página na internet que tem cerca de 400 mil seguidores. Ele diz que dedica duas horas diárias à alimentação do site e que seu trabalho é "traduzir" o noticiário para "o povo". Em sua fala, disse que a população mais pobre não lê jornal e, quando lê, não entende.⁸².

O enunciado acima foi pronunciado por Cláudio Camargo (advogado e ativista no movimento Quero me Defender, que, junto ao MBL, apoiava o golpe que tirou a ex-presidenta Dilma do poder) em março de 2015.

Camargo, na época, tinha uma página *on-line* com mais de 400 mil seguidores em que “traduzia” as notícias para “o povo” (em suas palavras). De acordo com o advogado, o povo não entende o que a mídia diz e, portanto, ele reescrevia as notícias trocando as palavras para tornar mais “simples”. Ele chegou a ser questionado por isso, mas argumentou dizendo que pessoas como a “moça que trabalha na minha casa” não entendem termos como “superávit”.

Apesar de parecer que o advogado tivesse boas intenções com seu projeto, seu enunciado pronunciado na fala apresenta um mesmo tom de hierarquia social que o enunciado de Paulo Guedes (Enunciado 6), ao separar os ricos dos pobres e apresentar os ricos como aqueles que têm o poder da leitura, enquanto que os pobres são aqueles que não têm acesso ao conhecimento apenas por serem pobres.

⁸² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1610307-dilma-ja-nao-governa-e-a-rainha-da-inglaterra-diz-lider-do-mbl.shtml>. Acesso em: jul. 2022.

Figura 27 - Print screen da matéria publicada pelo jornal Folha de São Paulo em que o enunciado 7 aparece



Fonte: Folha de São Paulo⁸³.

Figura 28 - Trecho da notícia em que o enunciado 7 aparece

Camargo comanda uma página na internet que tem cerca de 400 mil seguidores. Ele diz que dedica duas horas diárias à alimentação do site e que seu trabalho é "traduzir" o noticiário para "o povo". Em sua fala, disse que a população mais pobre não lê jornal e, quando lê, não entende.

Fonte: Folha de São Paulo⁸⁴.

⁸³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1610307-dilma-ja-nao-governa-e-a-rainha-da-inglesa-diz-lider-do-mbl.shtml>. Acesso em: maio 2024.

⁸⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1610307-dilma-ja-nao-governa-e-a-rainha-da-inglesa-diz-lider-do-mbl.shtml>. Acesso em: março 2024.

Dessa forma, podemos agrupar os Enunciados 6 e 7 dentro de uma mesma formação discursiva, nos termos de Foucault (1969), que é aquela que traz a ideologia de que apenas aquele que tem direito à leitura é o rico. De acordo com Curcino (2020):

Os discursos sobre a leitura cotejam assim outros discursos que: i) justificam hierarquias socioculturais entre os sujeitos, há muito naturalizadas e segundo representações coletivas generalizantes (o brasileiro não lê; o jovem de hoje em dia não lê; o pobre é pobre porque não lê); ii) reproduzem a lógica meritocrática (ser leitor é uma questão de interesse individual: lê quem quer, quem se esforça, quem é dedicado, quem “corre atrás”); iii) difundem a teoria do dom, do gosto individual (alguns têm dom para a leitura; alguns nasceram pra isso; alguns gostam de ler e têm bom gosto, outros não); iv) atribuem as culpas a agentes diversos, sem problematizar as condições sociais, materiais, essenciais sem as quais dificilmente podemos nos tornar leitores (os pais não leem; os professores não leem; os alunos não leem.); v) ancoram-se em vulgatas de teorias da interpretação (a leitura é singular e cada um tem sua leitura, o que leva a um relativismo cômodo e acomodante, que afeta o modo como ensinamos essa prática e nos relacionamos com ela); vi) são, por fim, difundidos em abordagens de ensino adotados pela instituição escolar que recebe e replica esses discursos sobre a leitura que circularão amplamente em nossa sociedade (a leitura deve priorizar os cânones/ a leitura deve contemplar o que os jovens gostam; deve-se ler todos e quaisquer gêneros em especial aqueles que os jovens têm familiaridade etc.)

É assim, portanto, que encontramos como é o funcionamento da formação discursiva em questão: um “eu-rico” que fala opondo-se a um “ele-pobre” que vai ser tido como uma pessoa que não só não compreende uma leitura, como não *merece* um acesso à leitura (trazendo à tona, mais uma vez, o posicionamento de Danuza Leão – que não deixa de entrar na mesma formação discursiva).

Assim como no Enunciado 6, não há um interlocutor específico, mas vê-se – novamente – o orgulho presente no locutor ao dizer-se não apenas leitor, mas (exatamente por sê-lo), também tradutor. Apesar de não encontrarmos um injuriado específico e claro (como nos enunciados do capítulo II), é perceptível que a população pobre, ao precisar de “tradução” para a leitura de um jornal, possa vir a apresentar a vergonha em relação a tal situação e posição de não-leitora.

Enunciado 8 - As deliberações sobre downloads, MTV, MP3, etc. como novos componentes na cabeça do público são, a meu ver, secundários. A verdade é que as revistas não emplacam porque quem ouve música no Brasil — ou seja, o público alvo fundamental de uma publicação desse tipo — não lê. Acho mesmo que 99% dessa galera sequer gosta, REALMENTE, de música⁸⁵.

⁸⁵ Disponível em: <https://medium.com/telhado-de-vidro/gente-que-n%C3%A3o-sabe-ouvir-gente-que-n%C3%A3o-sabe-ler-9ac4f8b5d1dc>. Acesso em: jan. 2023.

Enunciado 9 - Tudo se reduz ao fato de que o brasileiro lê pouco e mal. E para completar, não tem dinheiro. Ou talvez o primeiro fator seja consequência do segundo. Mas acho que isso nem é problema específico nosso; o povão, a massa, tende a ser assim mesmo em qualquer lugar do mundo⁸⁶.

Os trechos apresentados acima foram retirados de um texto de *blog* escrito por um possivelmente amante de música, em que ele tenta entender por que não existem mais revistas sobre música e, ao mesmo tempo, justificar o fato de as revistas estarem cada dia mais próximas de seu fim.

⁸⁶ Disponível em: <https://medium.com/telhado-de-vidro/gente-que-n%C3%A3o-sabe-ouvir-gente-que-n%C3%A3o-sabe-ler-9ac4f8b5d1dc>. Acesso em: jan. 2023.

Figura 29 - Prins screen da página do blog de onde os enunciados 8 e 9 foram retirados



Fonte: Medium⁸⁷.

Ao se distanciar de determinada geração, o autor se mostra (teoricamente) “acima” dos outros, visto que, ao dizer a última frase do primeiro enunciado, “Acho mesmo que 99% dessa galera sequer gosta, REALMENTE, de música” (Figura 30), ele apresenta um posicionamento de que, quem gosta de música, lê sobre música. Portanto, se a pessoa não lê sobre música, ela não gosta.

⁸⁷ Disponível em: <https://medium.com/telhado-de-vidro/gente-que-n%C3%A3o-sabe-ouvir-gente-que-n%C3%A3o-sabe-ler-9ac4f8b5d1dc>. Acesso em: maio 2024.

Figura 30 - *Print screen* do trecho de onde o enunciado 8 foi retirado, grifo nosso em “REALMENTE”

As deliberações sobre downloads, MTV, MP3, etc. como novos componentes na cabeça do público são, a meu ver, secundários. A verdade é que as revistas não emplacam porque quem ouve música no Brasil — ou seja, o público alvo fundamental de uma publicação desse tipo — não lê. Acho mesmo que 99% dessa galera sequer gosta, **REALMENTE**, de música.

Fonte: Medium⁸⁸.

Sua utilização das letras maiúsculas em “realmente” aparece para mostrar que ele, autor e leitor, é um verdadeiro amante da música, enquanto os outros, pessoas “abaixo dele”, não gostam de fato, simplesmente ouvem qualquer coisa (ponto que ele apresenta ainda no decorrer de seu texto).

Nos parágrafos adiante dessa fala, ele se posiciona mais vezes como “melhor que os outros” quando o assunto é gostar de música (“Porque uma revista de música, pra sobreviver, precisa de gente como eu [ou como os leitores deste site]”). A cada fala apresentada em seu texto, ele vai demonstrando como sua existência é superior à de outras pessoas pelo fato de ele ler sobre música e, dessa forma, ser uma pessoa mais importante dentro da comunidade musical.

No segundo enunciado (Figura 31), ele já parte para uma sobreposição mais geral, chamando a população brasileira de “povão” e “massa”, termos esses que estão sendo utilizados de forma pejorativa e com a tentativa de diminuir, mais uma vez, aquele que não lê (se você não lê, você é do “povão”, não está em uma outra esfera social, como eu).

Figura 31 - *Print screen* do trecho em que o enunciado 9 aparece

O “resto” (crise econômica, depressão do poder de compra, mutretas próprias do mercado editorial, etc.) acaba sendo fator menor. Tudo se reduz ao fato de que o brasileiro lê pouco e mal. E para completar, não tem dinheiro. Ou talvez o primeiro fator seja consequência do segundo. Mas acho que isso nem é problema específico nosso; o povão, a massa, tende a ser assim mesmo em qualquer lugar do mundo.

Fonte: Medium⁸⁹.

⁸⁸ Disponível em: <https://medium.com/teclado-de-vidro/gente-que-n%C3%A3o-sabe-ouvir-gente-que-n%C3%A3o-sabe-ler-9ac4f8b5d1dc>. Acesso em: março 2024.

⁸⁹ Disponível em: <https://medium.com/teclado-de-vidro/gente-que-n%C3%A3o-sabe-ouvir-gente-que-n%C3%A3o-sabe-ler-9ac4f8b5d1dc>. Acesso em: março 2024.

Para além disso, no segundo enunciado, o autor não só diz que o brasileiro lê pouco, mas que, também, “lê mal”. Ora, o que é ler mal? Ler sobre outros assuntos que não aquele considerado importante pelo autor de um texto de blog?

Podemos perceber na leitura dos dois enunciados presentes no mesmo texto que o autor segue em um apelo na tentativa de se mostrar melhor que os outros pelo simples fato de ainda acompanhar a leitura de revistas sobre música.

Assim como em todos os outros enunciados anteriormente, há a percepção de uma tentativa de se posicionar como “acima” de outros trazendo à luz o discurso sobre a leitura. O autor do blog busca se mostrar como alguém que faz parte de uma elite intelectual dentro da área da música, enquanto os outros enunciados buscam se posicionar dentro de uma elite que leva em consideração o *status* social e, em partes, a conta bancária.

Os casos se alteram, mas – no fundo – a busca para se colocar acima de outrem, para se posicionar dentro da elite – seja ela qual for – segue sendo o objetivo principal daqueles que fazem uso do discurso sobre a leitura como forma de injúria cultural.

O autor do blog em questão traz à tona o sentimento de orgulho, ao se posicionar como um dos únicos que ainda lê reportagens sobre músicas e, portanto, isso o torna especial, diferente dos outros. Ao mesmo tempo, ele busca fazer com que o outro – aquele que diz gostar de música, mas (diferentemente dele) não lê reportagens sobre o assunto – se sinta envergonhado por isso, visto que a leitura segue sendo um motivo de orgulho em sua vida.

Nos últimos enunciados deste capítulo, o autor busca – em todo momento – se posicionar de forma “melhor” aos outros por ser leitor. Assim, seu sentimento de orgulho se mantém à mostra a todo o tempo que ele busca diminuir o outro que não lê “assim como ele”. Novamente, por se tratar de uma afirmação generalizada e sem um interlocutor específico, a vergonha não se faz tão presente quanto o orgulho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

São muitas as formas como um discurso sobre a leitura pode emergir. No entanto, aqueles que aqui optamos por analisar são aqueles que foram mobilizados com um intuito específico: o de causar injúria dentro de um âmbito cultural, ou seja, em uma tentativa de difamação daquele que “recebe”, que é o alvo, do enunciado.

Analisamos, no decorrer desta dissertação, nove enunciados, separados em dois grupos: aqueles que se apresentaram sob a forma de uma pergunta (basicamente retórica) e aqueles que foram pronunciados sob a forma de uma afirmação generalizada. Nós nos detivemos em analisá-los tendo como aparato alguns princípios da Análise do Discurso, especialmente aqueles que outros trabalhos dedicados ao estudo dos discursos sobre a leitura têm mobilizado.

Buscamos, com sua análise, tentar descrever quando e em que contextos a leitura é enunciada como argumento de autoridade com vistas a rebaixar o interlocutor, que discursos sobre a leitura fundamentam esses enunciados injuriosos, como se expressa o ‘orgulho’ ou a ‘vergonha’ ligados à prática (ou à falta de) leitura, nesse contexto de enunciação específico, que efeitos de sentido produzem as formas variadas ou regulares de sua expressão.

A leitura enunciada como argumento de autoridade se apresenta em diferentes situações a fim de rebaixar o interlocutor, mas, principalmente, em situações de confronto e/ou conflito, como as apresentadas no capítulo II. Geralmente, é uma forma de “dar uma carteirada”, conforme explicado no decorrer do capítulo I, porém também podendo aparecer como forma de defesa (conforme apresentado no Enunciado 4). É através desse tipo de enunciado como o “Você sabe ler?” que o locutor consegue se apresentar como alguém capaz de se posicionar diante uma determinada situação, com o intuito de se apresentar como alguém autoritário o suficiente para causar uma injúria cultural àquele que recebe tal enunciado.

Os discursos sobre a leitura que fundamentam os enunciados analisados no decorrer dessa dissertação são aqueles que trazem a ideia de que pessoas consideradas pobres não leem e nem devem ou merecem ter acesso à leitura (principalmente apresentados e analisados no capítulo III). A leitura é um diferencial da elite, que está em uma busca constante de se diferenciar e distanciar da classe dos oprimidos.

Mais do que o sentimento de orgulho, encontramos a manifestação da vergonha no decorrer do enunciado. O orgulho se apresenta de forma mais oculta, através do posicionamento apresentado em todos os enunciadores analisados, na tentativa de se apresentarem enquanto pessoas melhores ou mais importantes por serem leitores (ou mais leitores) que seus interlocutores. Por outro lado, pudemos perceber o baixo número de amostra de análise devido

ao pouco holofote que os enunciados em questão recebem, visto que ser injuriado de tal forma acaba por trazer um silenciamento daquele que recebe tal ofensa. Ademais, encontramos casos como o do guarda-civil, principalmente na reportagem do Enunciado 2, em que foi necessária a apresentação de seu histórico de estudos para uma comprovação de que o injuriado não estava englobado no grupo de “não-leitores”.

Enunciados como o “Você sabe ler?” trazem efeitos de sentido muito próximos ao analisado por Roberto DaMatta (“Você sabe com quem está falando?”). Conforme apresentado no capítulo I, há um paralelismo não somente na construção de ambos os enunciados, mas, também – e principalmente – em suas funções, com suas tentativas de um posicionamento de hierarquia, trazendo à luz sua identidade enquanto alguém de um grupo diferente daquele da vítima do enunciado injurioso.

Pudemos perceber, através deste trabalho, que os enunciados sobre a leitura são mobilizados a fim promover uma injúria cultural, diminuindo aquele que é o alvo do enunciado e nas diferentes tentativas de fazerem com que aquele que o profere consiga se aparecer enquanto “mais alto” dentro da hierarquia social.

Percebemos, assim, que foram poucas as mudanças desde que Sennet e Cobb (1972) trouxeram as injúrias ocultas de classe, mostrando como muito daquilo que está enraizado em nossa sociedade – e que, por vezes, passa despercebido – é resultado das diferenças sociais. Enunciados como o “Você sabe ler?” ou “pobre não lê” poderiam passar sem nenhum tipo de debate ou discussão em outras situações, mas pudemos perceber – através dessa pesquisa – que eles vão muito além daquilo que está escrito: eles apresentam diferenças sociais, eles mobilizam sentimentos, eles trazem uma injúria com fins de hierarquizar os indivíduos que, do discurso, participam.

Ao analisar as diferentes faces do “Você sabe ler?”, foi perceptível a semelhança com a análise proposta por DaMatta (1990) do enunciado “Você sabe com quem está falando?”. Através das análises dos dois últimos capítulos, pudemos perceber, através de ambos os enunciados (bem como suas diferentes variantes), que a elite brasileira tem medo de estar próxima da “classe dos humilhados”, nos termos de Souza (2015), colocando-se como superiores ora através de seu *status* social (“Você sabe com quem está falando?”), ora através do uso da leitura (“Você sabe ler?”).

A leitura, portanto, é uma arma de defesa utilizada pela elite brasileira para se diferenciar e se distanciar daqueles que se encontram, na imaginável escala de hierarquia cultural, acima dos que não gozam dos mesmos privilégios dos considerados – por si mesmos – superiores.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. Diferença e Desigualdade: Preconceitos em Leitura. In: MARINHO, Marildes (org.). **Ler e Navegar**: espaços e percursos da leitura. Campinas: Mercado de Letras; ALB, 2001a. p. 139-157.

ABREU, Márcia. Quem lia no Brasil colonial. In: INTERCOM - CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 24., 2001b, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: 2001b. np. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP4ABREU.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2021.

ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (orgs.). **Cultura Letrada no Brasil**: objetos e práticas. Campinas: Mercado de Letras; ALB, 2005.

ABREU, Márcia. **Cultura letrada, literatura e leitura**. São Paulo: Editora UNESP, 2006a. 128 p.

ABREU, Márcia. Apatia, ignorância e desinteresse. Uma história da leitura no Brasil? **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, Passo Fundo, v. 2, n. 1, p. 83-98, jan./jun. 2006b.

BARZOTTO, Valdir Heitor; BRITTO, Luiz Percival Leme. Promoção X mitificação da leitura. **Boletim ALB**, Rio de Janeiro, n. 3, ago. 1998. 3 p.

BAYARD, Pierre. **Como falar dos livros que não lemos?** Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. 207 p.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. [orgs.]. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1999. p.71-79.

BRITTO, Luiz Percival Leme. **A leitura e sua promoção**. No lugar da leitura – biblioteca e formação. Rio de Janeiro: Edições Brasil Literário, 2015. p. 24-44.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990. 248 p.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998. 111 p.

CHARTIER, Roger. **Formas e sentido**. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Campinas: Mercado de Letras, 2003. 168 p.

CHARTIER, Roger. Ler sem livros. **Revista Linguagem**, São Carlos, v. 32, número temático: “Discursos sobre leitores e leitura: suas representações simbólicas como tema de pesquisa”, p. 6-17, dez. 2019. Disponível em: <http://www.linguagem.ufscar.br/index.php/linguagem/article/view/655>. Acesso em: 13 jan. 2021.

COURTINE, Jean-Jacques. Uma genealogia da Análise do Discurso. In: PIOVEZANI, Carlos; MILANEZ, Nilton (orgs.). **Metamorfoses do Discurso Político**: derivas da fala pública. São Carlos, SP: Claraluz, 2006. p. 37-57.

COURTINE, Jean-Jacques. La peur, à l’âge de l’anxiété. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (orgs.). **Histoire des Émotions 3**: de la fin du XIXe siècle à nous jours. Paris: Seuil, 2017. p. 307-325.

COURTINE, Jean-Jacques. A era da ansiedade: discurso, história e emoções. In: CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice; PIOVEZANI, Carlos (orgs.). **(In)Subordinações contemporâneas**: consensos e resistências nos discursos. São Carlos: EdUFSCAR, 2016. p. 15-29.

CURCINO, Luzmara. **Divisões e representações sociais de leitores no Brasil**: uma análise de discursos da mídia sobre as práticas de leitura de políticos brasileiros. Campinas: UNICAMP/Versalhes: Université Versailles Saint Quentin en Yvelines, 2018a. Relatório científico de Pós-doutorado 2016-2018

CURCINO, Luzmara. Imprensa e discursos sobre a leitura: representações dos presidentes FHC, Lula e Dilma como leitores. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 16 esp., p. 223-243, set. 2018b. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/2223>. Acesso em: 24 de fev. 2021.

CURCINO, Luzmara. **Das emoções nos discursos sobre a leitura**: uma análise dos modos de expressão da ‘nostalgia’, do ‘orgulho’ e da ‘vergonha’ na voz de leitores. [Projeto de Pesquisa 2019-2022], 2019a. Disponível em: <https://www.researchgate.net/project/Leitores-orgulhosos-leitores-envergonhados-as-emocoes-em-discursos-sobre-a-leitura>. Acesso em: 13 fev. 2021.

CURCINO, Luzmara. Conheceréis a verdade e a verdade vos libertará? Livros na eleição presidencial de Bolsonaro. **Discurso & Sociedad**, Barcelona, v. 13, n. 3, p. 468-494, 2019b.

Disponível em: <http://www.dissoc.org/ediciones/v13n03/DS13%283%29Curcino.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2020.

CURCINO, Luzmara. Da infâmia à resistência: quando se é notícia porque se lê. In: SÁ, Israel; BRAGA, Amanda (orgs.). **Microfísica da resistência**: Michel Foucault e as lutas antiautoritárias da contemporaneidade. Campinas: Pontes, 2020a. 5 p.

CURCINO, Luzmara. La femme qui lit: stéréotypes sexistes dans les représentations de Dilma Rousseff en tant que lectrice dans les médias au Brésil. **Revista Textes et contextes**, v. 2, n. 15, dez. 2020b. Disponível em: <http://preo.u-bourgogne.fr/textesetcontextes/index.php?id=2935>. Acesso em: abril 2021.

CURCINO, Luzmara. Leitores orgulhosos, Leitores envergonhados: as emoções em discursos sobre a leitura. **Álabe - Revista de Investigación sobre Lectura y Escritura. Red Internacional de Universidades Lectoras**, Espanha, n. 25, 2022. Disponível em: <https://ojs.ual.es/ojs/index.php/alabe/article/view/7695>. Acesso em: março 2023.

CURCINO, Luzmara. A leitura e seu uso em prol da reprodução da desigualdade no Brasil: uma análise discursiva do dispositivo da vergonha cultural. Mesa redonda. VI Cartografias do Contemporâneo: Cartografar as desigualdades, visibilizar e resistir. UFPB, 04-06 de Dezembro de 2023 [mimeo].

CURCINO, Luzmara. As emoções em discursos sobre a leitura. In: PIOVEZANI, Carlos; CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice. **O discurso e as emoções**: medo, ódio, vergonha e outros afetos. São Paulo: Parábola, 2024a.

CURCINO, Luzmara. Mulher, presidenta e leitora: Dilma Rousseff e os estereótipos sexistas na mídia brasileira. In: RODRÍGUEZ, Catalina Fuentes; PEÑA, Ester Brenes (orgs.). **El discurso de la mujer en el ámbito profesional y social**. Sevilla: Editorial de la Universidad de Sevilla, 2024b. [no prelo / mimeo].

CURCINO, Luzmara; CERVEZÃO, Marina Vieira. Perguntar (não) ofende(?): “Você por acaso sabe ler?”. BARONAS, Roberto et al [org.]. **Linguagem e discurso**: contribuições dos estudos discursivos do PPGL/UFSCar. Campinas: Mercado de Letras, 2024.

CURCINO, Luzmara; ROSA, Gustavo; VARELLA, Simone G. “Li tudo”: discursos sobre a leitura e o orgulho de ser leitor. ANDRADE, E. et al. (orgs.) **Estudos Linguísticos e Interculturalidade**: texto, discurso e ensino. São Paulo: Editora Todas as Musas, 2022.

DAMATTA, Roberto. **Você sabe com quem está falando?** Estudos sobre o autoritarismo brasileiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2020. 207 p.

FERNANDES, C.A.; SANTOS, J.B.C. [org]. *Análise do Discurso. Unidade e Dispersão*. Uberlândia: Entremeios, 2004b, p. 19-42. Disponível em: <http://geadaararaquara.blogspot.com/2016/04/michel-foucault-o-discurso-nas-tramas.html>. Acesso em: 22 fev. 2021.

FERNANDES, Gonçalo. Uma estratégia comunicativa: As perguntas retóricas. **Revista de Letras**, série II, n. 3, p. 191 - 206, dez. 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Goncalo-Fernandes-6/publication/304305536_Uma_Estrategia_Comunicativa_As_Perguntas_Reticas/links/576bb38608ae6e772782713d/Uma-Estrategia-Comunicativa-As-Perguntas-Reticas.pdf>. Acesso em: ago. 2023.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1999. 79 p.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. 270 p.

GUSMÃO, Celia Regina Rodrigues. “Seu insensível!”, “Nossa, meu anjo...”: uso de possessivos não previstos em manuais de ensino de PL2E. **Revista escrita**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 1 - 12, 2012.

HEBRARD, Jean. *Pode-se fazer uma história das práticas de leitura na Época Moderna? Os novos leitores revisitados*. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE O LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 1., 2004, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa; Universidade Federal Fluminense, 2009. Disponível em: <<http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/Herbrad4.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William; MENDES, Emília (orgs.). **As Emoções no Discurso**. v. I. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar Edições. 2005. 184 p.

MARQUES, Maria Aldina. A verdade dos outros: questões de responsabilidade enunciativa. In: CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice; PIOVEZANI, Carlos. (orgs.). **Discurso e (pós)verdade**. São Paulo: Parábola, 2021. p. 135-152.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. 10. ed. rev. São Paulo: Global, 2006. 123 p.

MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lúcia (orgs.). **As Emoções no Discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2010. v. II. 284 p.

OLIVEIRA, Maria Lucia Teles de. **A gíria dos internos da Febem**. 2006. 116 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos**. Campinas: Pontes, 2022. 222 p.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. [org.]. **Gestos de Leitura: da história do discurso**. Campinas: Pontes, 1997a. p. 55-66.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1997b. 68 p.

PIOVEZANI, Carlos. **A polêmica como pretexto: elementos da retórica homofóbica**. 2023. (no prelo)

PIOVEZANI, Carlos. Resenha. Butler, J. (2021). Discurso de ódio: uma política do performativo. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 4, n. 39, 11 p., 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-460X202339460683>. Acesso em: ago. 2023

PIOVEZANI, Carlos; CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice. As emoções nas ciências da linguagem. In: _____. **O Discurso e as Emoções: medo, ódio, vergonha e outros afetos**. São Paulo: Editora Parábola, 2024.

POSSENTI, Sírio. A leitura errada existe. In: BARZOTTO, Valdir Heitor (org.) **Estado de Leitura**. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil, 1999. p. 169-178.

POSSENTI, Sírio. Sobre a leitura: o que diz a Análise do Discurso? In: MARINHO, Marildes (org.). **Ler e navegar: Espaços e percursos da leitura**. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil, 2001. p. 19-30.

ROSIN, Pâmela; MOURA SENA GOMES, Robert. Vergonha versus orgulho: as emoções ligadas às práticas de leitura no #desafio1livropormês da tag literária. **Sede de Ler**, v. 8, n. 1, p. 21-30, 1 jun. 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/355769465_Vergonha_versus_orgulho_as_emocoes

ligadas_as_praticas_de_leitura_no_desafio1livropormes_da_tag_literaria_En_Shame_or_pride_emotions_linked_to_reading_practices_in_the_literary_tag's_desafio1livroporm. Acesso em: ago 2022.

SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro (org.). **M. Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004. 260 p.

SARGENTINI, Vanice; REIS, Geovana. Da falsa harmonia à fala franca: as agressões verbais em campanhas eleitorais presidenciais. **Alfa: Revista de Linguística**, São José do Rio Preto, n. 66, 20 p. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-e13984>. Acesso em: jan 2023.

SENNET, Richard; COBB, Jonathan. **The Hidden Injuries of Class**. Nova Iorque: Norton, 1972. 275 p.

SILVA, Camilo Rosa; SANTOS, José Carlos Lima dos. Perguntas retóricas: entre a gramatização e a discursivização. **Veredas atemática**, Juiz de Fora, v. 19, n. 2, p. 248-268, ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/24922>. Acesso em: ago. 2023.

SILVA, Jeniffer; CURCINO, Luzmara. A vergonha e o orgulho em 'memes' sobre a leitura. **Estudos Linguísticos**, v. 51, n. 2, p. 856-874, ago. 2022. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/3331/2137>. Acesso em: jan 2023.

SILVA, Andrei; CURCINO, Luzmara. Por que não li antes? Da vergonha ao orgulho de ler em postagens de jovens leitores na rede SKOOB. **Revista Estudos Linguísticos**, v. 1, n. 52, p. 265-282, abr. 2023. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/3502>. Acesso em: 22 de jan. 2024.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

Segmento do Corpus	Número	Data da publicação	Fonte	Transcrição do Enunciado
Formato interrogativo	Enunciado 1	12/05/2020	Folha de São Paulo	““Você sabe ler? Então <u>leia bem</u> com quem o senhor está se metendo”, diz o desembargador.”

Print da ocorrência

CORONAVIRUS

Desembargador de SP chama guarda-civil de analfabeto e rasga multa ao ser flagrado sem máscara

Magistrado foi abordado em praia de Santos sem o item de proteção obrigatório durante a pandemia do novo coronavírus



Dhiego Maia

SÃO PAULO Um desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo humilhou um guarda-civil após ser multado por [andar sem máscara na orla de Santos](#), cidade do litoral sul paulista, na tarde de sábado (18).

Eduardo Almeida Prado Rocha de Siqueira, 63, chamou o agente de fiscalização de “analfabeto”, rasgou a multa e ainda tentou se livrar da punição comunicando o fato ao secretário de Segurança Pública da cidade.

Toda a abordagem foi filmada pelos guardas-civis, e as imagens viralizaram na internet.

“Mas decreto não é lei”, responde o desembargador. O guarda-civil, então, sai do carro da corporação e insiste para que Siqueira coloque a máscara. “Eu não tenho hábito de usar”, afirma ele. “Você quer que eu jogue [a multa] na sua cara? Então faça, aqui, a multa”, continua o desembargador.

“Eu vou fazer a multa e o senhor joga na minha cara”, responde o guarda-civil.

Nesse momento, Siqueira pega o celular e diz ligar para o secretário de Segurança Pública de Santos, Sérgio Del Bel Júnior. “Del Bel, eu estou aqui com um analfabeto, um PM seu aqui, um rapaz. Eu estou andando sem máscara. Só estou eu aqui na faixa de praia. Ele está aqui fazendo uma multa [contra mim]”.

Na suposta conversa, o desembargador insiste que o decreto municipal não tem força de lei. “Eu expliquei de novo, mas eles [guardas-civis] não conseguem entender”, diz.

O desembargador tenta fazer o guarda-civil falar no celular com o secretário, mas o agente se nega e pede para que o secretário, se assim desejar, ligue diretamente no celular dele. A conversa termina com Siqueira dizendo que tudo ficaria tranquilo.

Nas imagens, Siqueira é abordado na praia por um guarda-civil que afirma que ele deveria cumprir o decreto municipal que obriga toda a população usar o equipamento.



Desembargador Eduardo Siqueira rasga multa após ser flagrado sem máscara em praia de Santos (SP) - Reprodução

O item de proteção que auxilia no combate à [disseminação do novo coronavírus](#) é obrigatório durante a pandemia na cidade por meio do decreto nº 8.944, de 23 de abril de 2020, assinado pelo prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB). Quem descumpra a medida pode ser multado em R\$ 100.

“É para fazer o procedimento e rasgar”, diz o desembargador. O agente pede para Siqueira dizer seu nome e ele se nega. O guarda insiste e pede os documentos pessoais de Siqueira, que pergunta ao guarda-civil: “Você sabe ler? Então leia bem com quem o senhor está se metendo”, diz o desembargador.

Ao redigir a multa, o guarda-civil pergunta: “O senhor vai assinar?”. O desembargador responde: “Imagina! Isso aí eu vou rasgar”. Ele cumpre o que promete, mas, antes, é avisado pelo agente que se rasgasse a multa e jogasse o papel na praia sofreria uma segunda penalidade por despejo de lixo em via pública.

O desembargador rasga a multa, joga o papel na areia da praia e sai caminhando. A cena choca uma mulher que passa logo em seguida e diz ter visto muita gente sem máscara. “Essa é a quinta autuação que eu faço hoje, senhora”, diz o guarda.

A **Folha** procurou Siqueira mas não o localizou. O Tribunal de Justiça de São Paulo afirmou, em seu site, que ao tomar conhecimento do caso instaurou um procedimento de apuração, requisitou a gravação original da abordagem e ouvirá, com a máxima brevidade, os guardas-civis envolvidos e o magistrado.

“O TJSP não compactua com atitudes de desrespeito às leis, regramentos administrativos ou de ofensas às pessoas. Muito pelo contrário, notadamente em momento de grave combate à pandemia instalada, segue com rigor as orientações técnicas voltadas à preservação da saúde de todos”, disse.

O caso também será apurado no CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Para o ministro Humberto Martins, atual corregedor da instituição, a conduta de Siqueira pode ter violado a Lei Orgânica e o Código de Ética da Magistratura. O desembargador paulista terá 15 dias para responder os questionamentos do conselho.

Segundo especialistas em direito ouvidos pela **Folha**, o magistrado também pode ser enquadrado na lei de abuso de autoridade, que define os crimes cometidos por agentes públicos.

Pelo texto da lei, quem utiliza a condição de agente público para se eximir de obrigação legal ou para obter vantagem ou privilégio indevido pode ser condenado de seis meses a dois anos de prisão, além de pagar multa.

Esta, porém, não foi a primeira vez que o desembargador destratou guardas-civis em Santos durante a pandemia. Em outro vídeo que circula na internet, Siqueira aparece sem máscara e desrespeitando os agentes.

Quando um dos fiscais tenta convencê-lo a usar o item de proteção e afirma que o magistrado é uma pessoa mais esclarecida, Siqueira concorda que é culto e começa a falar em francês com os guardas em tom jocoso.

A reportagem também procurou a Prefeitura de Santos e o secretário de Segurança Pública da cidade para comentar o caso, mas não obteve respostas até a publicação deste texto.

DESEMBARGADOR COORDENOU ÁREA DE SAÚDE

Natural de Jaú (SP), Eduardo Almeida Prado Rocha de Siqueira ingressou na magistratura em 1983. Atuou nas cidades de Bauru, Santos, Nova Granada, Ribeirão Pires e na capital paulista.

Foi nomeado desembargador em maio de 2008. No Tribunal de Justiça de São Paulo, ele coordenou a secretaria de Saúde do órgão. O setor é o responsável por diagnosticar, monitorar e implementar ações de prevenção e rastreamento de doenças e promover a readaptação de servidores.

Em sua cerimônia de posse, Siqueira foi representado em discurso feito pelo colega Pedro Aguirre Menin, que citou palavras do Papa João Paulo 2º ao lembrar que “o juiz deve ir além da própria Justiça sempre com equidade e o equilíbrio necessários às suas decisões”.

“Sonhávamos em ser bons juizes e aplicar a Justiça segundo as leis do direito. Hoje, alcançamos o mais alto grau da magistratura bandeirante, mas a caminhada continua e o caminho é longo”, segundo trecho do discurso.

Atualmente, o magistrado integra a 38ª Câmara de Direito Privado do tribunal.

Último acesso: 11/05/2024

Endereço de acesso da Folha de São Paulo:
<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/07/desembargador-de-sp-chama-guarda-civil-de-analfabeto-e-rasga-multa-ao-ser-flagrado-sem-mascara.shtml>

Paulo Alexandre Bar... · 18 de jul de 2020

@pauloobarbosa · Seguir

Quantos leitos foram criados p/ enfrentar o #coronavírus?
 Quantos profissionais estão vivendo a dura rotina dentro dos hospitais?
 Quantos #trabalhadores viram sua fonte de renda secar?
 Quantas famílias estão chorando a dor da perda?



Quantos leitos foram criados para enfrentar o coronavírus?
 Quantos profissionais estão vivendo a dura rotina dentro dos hospitais?
 Quantos trabalhadores viram sua fonte de renda secar?
 Quantas famílias estão chorando a dor da perda?
 Quantos guardas municipais serão necessários para fiscalizar?
 Usar máscara e evitar aglomeração vai além da cidadania, representa empatia!

Paulo Alexandre Barbosa
 @pauloobarbosa · Seguir

Quantos guardas municipais serão necessários p/ fiscalizar?
 Usar #máscara e evitar aglomeração vai além da #cidadania, representa #empatia!

1:18 PM · 18 de jul de 2020

26 · Veja as últimas informações sobre a C...

MULTAS EM SANTOS

Santos vem aplicando multas a quem não usa máscara para tentar conter o avanço do coronavírus em sua população.

Até o momento, a cidade contabiliza o maior número de casos, óbitos e internações por Covid-19 em toda a Baixada Santista. São 12.852 contaminados, 425 óbitos e 172 pessoas em tratamento.

Segundo a gestão do prefeito Paulo Barbosa (PSDB), ao menos 36 pessoas sem máscaras foram multadas neste último sábado na orla da cidade, incluindo o desembargador Eduardo Siqueira.

Desde o dia 5 deste mês, as praias santistas estão liberadas para a prática de atividades esportivas individuais. “Mas a flexibilização exige o cumprimento das medidas adotadas pela prefeitura, que passou a permitir o uso do calçadão e da faixa de areia para corrida e caminhadas, natação, surfe, stand up, canoagem e banho de mar”, segundo comunicado da atual gestão do município.

Mas há uma restrição: o banho de sol, assim como qualquer aglomeração. “Com exceção das atividades no mar, o restante deve ser realizado com máscara”.

APÊNDICE 2

SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

Segmento do Corpus	Número	Data da publicação	Fonte	Transcrição do Enunciado
Formato interrogativo	Enunciado 2	21/07/2020	Folha de São Paulo	“Ele me chamou de analfabeto. Perguntou se eu <u>sabia ler</u> . Quis me intimidar de todas as formas.”

Print da ocorrência

Ofensa de desembargador não sai da mente, diz guarda de Santos

Cícero Hilário Roza Neto foi chamado de analfabeto por magistrado durante autuação

Dhiego Maia

SANTOS (SP) Cícero Hilário Roza Neto, 36, nunca precisou dizer que é pós-graduado para impor respeito. O diploma, diz ele, só o ajudou a executar melhor o seu trabalho.

O guarda-civil é graduado em segurança pública e fez pós-graduação na área de direito educacional.

Segundo Cícero, foi graças à educação que recebeu dentro e fora de casa que ele se manteve firme diante do pior insulto que já recebeu. “Fui chamado de analfabeto. E ouvi isso de uma pessoa muito instruída”, afirma à Folha.

Na tarde do último sábado (18), ele e o colega Roberto Guilhermino, 41, autuaram o desembargador Eduardo Almeida Rocha Prado de Siqueira, 63, que caminhava sem máscara na orla de Santos, no litoral sul paulista.

O item de proteção é obrigatório na cidade por força de decreto municipal, uma medida para conter o avanço do novo coronavírus. Quem

trabalha para conter o avanço do novo coronavírus. Quem não usa máscara e é flagrado pela Guarda Civil Municipal recebe multa de R\$ 100.

“Eu já havia abordado e multado outras cinco pessoas antes dele. Elas ficaram chateadas, mas em nenhum momento me desrespeitaram”, afirma.

Siqueira, porém, não só se recusou a usar o equipamento como se apresentou como desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, função que exerce desde 2008, e numa tentativa de intimidação ligou para Sérgio Del Bel Júnior, secretário de Segurança Pública de Santos.

“Del Bel, eu estou aqui com um analfabeto, um PM seu aqui, um rapaz. Eu estou andando sem máscara. Só estou eu aqui na faixa de praia. Ele está aqui fazendo uma multa [contra mim]”, disse o desembargador ao telefone.



O guarda-civil Cícero Hilário Roza Neto, que autuou desembargador em Santos. Karime Xavier/Folhapress

Em outro vídeo que circula Nesta segunda (20), a dupla Seu advogado, na época, foi

Em outro vídeo que circula na internet, Siqueira aparece sem máscara desrespeitando outro grupo de guardas-civis. As imagens mostram um dos agentes tentando convencê-lo a usar o item de proteção, dizendo que o magistrado é uma pessoa esclarecida. Siqueira concorda e começa a falar em francês em tom jocoso.

No sábado, Cícero viu Siqueira de longe e pediu para o desembargador colocar a máscara, mas ele fez um sinal com as mãos de que não usaria. Foi aí que os guardas-civis decidiram segui-lo. “Eu nunca pensei que aquela abordagem fosse terminar daquele jeito”, ele conta.

Quando chegou em casa depois do plantão, o guarda-civil se deparou com a família preocupada. Aquela altura, todos já haviam assistido ao vídeo da abordagem que se

Nesta segunda (20), a dupla foi homenageada pela prefeitura. “Essa nossa atitude deveria ser regra, e não a exceção. Eu espero que esse fato faça a população ver os guardas-civis com outros olhos”, diz Cícero, entre lágrimas.

O guarda-civil defende que o desembargador seja punido no rigor da lei — o Tribunal de Justiça e a Corregedoria do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) já investigam o caso.

Cícero e Guilhermino vão registrar na Polícia Civil um boletim de ocorrência por desacato de autoridade. “Será mais uma forma de ver cumprir a lei”, afirma Guilhermino.

Desembargador é ‘desprezível’ e deve ser julgado, diz colega

“

A preocupação [com a divulgação do vídeo] era com os meus filhos, mas fiquei tranquilo quando a minha filha, que tem 15 anos, entendeu que eu fui tratado de forma injusta e não retruquei com a mesma moeda

Cícero Hilário Roza Neto guarda-civil

Seu advogado, na época, foi o criminalista Alberto Toron. O magistrado que analisou o caso considerou que testemunha não pratica ato de injúria ou difamação ao depor. Ela recorreu ao STJ (Superior Tribunal de Justiça), mas houve decadência da ação.

A magistrada diz que muitas coisas já foram toleradas sobre Siqueira. Por isso, ela “aplaude” a instauração de um procedimento contra o desembargador.

“Ele, em tese, cometeu o crime de desacato ao destratar a autoridade dele, que cumpria uma regra municipal, de determinar o uso da máscara. Ali ele era um cidadão comum. A autoridade era o policial”, afirma ela.

“Eu entendo também que, em tese, ele cometeu os crimes de abuso de autoridade, tráfico

Ativar o Wind

<p>ta [contra mim], disse o desembargador ao telefone. Na conversa, o desembargador insistiu que o decreto municipal não tem força de lei para obrigar os moradores a usarem máscaras. "Eu expliquei de novo, mas eles [guardas-civis] não conseguem entender", diz. Ao terminar a ligação, Siqueira pegou a multa, rasgou o papel, jogou-o no chão e saiu caminhando. A abordagem, que foi filmada por Guilhermino, viralizou nas redes sociais. Ele conta que decidiu registrar a abordagem porque já conhecia a fama de Siqueira na cidade. "Eu presenciei ele sendo abordado antes de o decreto passar a valer. Naquela ocasião, era mais uma forma de conscientização, mas ele também não quis usar a máscara", afirma.</p>	<p>todos já haviam assistido ao vídeo da abordagem que se espalhou pelas redes sociais. "A preocupação era com os meus filhos, mas fiquei tranquilo quando a minha filha, que tem 15 anos, entendeu que eu fui tratado de forma injusta e não retruquei com a mesma moeda." Mesmo assim, Cícero só consegue dormir com a ajuda de calmantes desde então. "Não sai da minha mente aquilo. Ele me chamou de analfabeto, perguntou se eu sabia ler. Quis me intimidar de todas as formas." O guarda-civil não vê a atitude de Siqueira como um ato racista. "Eu sou negro, mas a discriminação dele foi mais por causa do meu cargo. Eu poderia ser um guarda branco, japonês, que ele ainda assim faria aquilo", diz.</p>	<p>ser julgado, diz colega</p> <p>— Mônica Bergamo</p> <p>SÃO PAULO A desembargadora Maria Lúcia Pizzotti, do Tribunal de Justiça de SP, diz que o desembargador Eduardo Siqueira, que destratou um guarda-civil em Santos, é uma "figura desprezível". A magistrada já processou o colega por injúria e difamação. Quando estava no início da carreira, Siqueira depôs contra ela, tentando impedir que se tornasse juíza com direito a vitaliciedade. "Ele tinha uma postura bastante desagradável no trato pessoal, e eu fui obrigada a ser firme desde o começo. Eu tive que processá-lo por difamação e injúria", afirma.</p>	<p>crimes, ele cometeu os crimes de abuso de autoridade, tráfico de influência, ao ligar para o Secretário de Segurança de Santos, e também injúria, porque xingou o policial de analfabeto. E também descumpriu regras ao se negar a usar máscaras e rasgar um papel e jogar no chão, sujando a praia." Ela acredita que seria o caso, se ele for processado e condenado criminalmente, de perder o cargo. "Depois de tantos ilícitos, é o mínimo que se espera. Afinal, a sociedade quer que uma pessoa que comete tantas ilegalidades siga julgando os cidadãos?" A coluna enviou uma mensagem à assessoria do Tribunal de Justiça de SP pedindo para ouvir Eduardo Siqueira sobre as acusações feitas pela desembargadora, mas não obteve resposta.</p>
<p>Último acesso: 11/05/2024 Endereço de acesso da Folha de São Paulo: https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=49226&keyword=analfabeto&anchor=6416116&origem=busca&originURL=&pd=2d7e7c343bc7132af106dc8f9437df39</p>			

APÊNDICE 3

SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS COLETADOS				
Segmento do Corpus	Número	Data da publicação	Fonte	Transcrição do Enunciado
Formato interrogativo	Enunciado 3	04/09/2018	Estadão	“Qual é a que está com a placa virada? Deixa eu ver... Manda embora aquela aí! Meu bem, você não sabe ler? Mas será... vai embora, vai embora, vai embora! Pode ir embora! Rafaela, dispense ela!”
Print da ocorrência				

Notícia • Estadão / TV

Silvio Santos 'dispensa' bailarina que errou propaganda da Jequiti

'Não sabe ler? Vai embora!', ordenou o apresentador do SBT



Por Redação

04/09/2018 | 12h08 • Atualização: 06/12/2022 | 12h06



O apresentador Silvio Santos Foto: YouTube / @Programa Silvio Santos

Durante a passagem de uma cena para outra, bailarinas dançam enquanto seguram placas com o nome **Jequiti**, empresa de cosméticos do grupo **Silvio Santos**. Uma das bailarinas estava com o material de ponta-cabeça. Ao perceber a gafe, o apresentador indagou: "Qual é a que está com a placa virada? Deixa eu ver...Manda embora aquela aí! Meu bem, você não sabe ler? Mas será...vai embora, vai embora, vai embora! Pode ir embora! Rafaela, dispense ela!". A coreógrafa Rafaela Viscardi é coordenadora do balé do **SBT**. Apesar da orientação do patrão, a bailarina **Camila Galindo** continuou sorrindo e foi descendo as escadas do local onde estava dançando e saiu de cena. "Onde já se viu? Colocar **Jequiti** de cabeça para baixo! Vai embora, não fala mais!", ordenou Silvio Santos. Apesar daquele momento de 'demissão' no ar, Camila publicou, no [perfil dela no Instagram](#), que tudo não passou de uma brincadeira. "Silvio, pelo amor de Deus, to cheia de carnê pra pagar, não me manda embora", escreveu.





Em um primeiro momento, os seguidores de Camila Galindo reagiram das mais variadas maneiras. “Eu pago seu carnê, deixa comigo”, disse um. “Processa ele”, “Ele foi muito grosso”, revoltaram-se outros. Ao perceber a brincadeira, um deles escreveu: “Parabéns por ter levado na brincadeira, foi mega profissional”.

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

Compartilhe:

f X WhatsApp in Email Link

Último acesso: 11/05/2024
Endereço de acesso do Estadão: <https://www.estadao.com.br/emails/tv/silvio-santos-dispensa-bailarina-que-errou-merchan-da-jequititi/>

APÊNDICE 4

SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS COLETADOS				
Segmento do Corpus	Número	Data da publicação	Fonte	Transcrição do Enunciado
Formato interrogativo	Enunciado 4	19/04/2021	UOL	“Colei na polícia. Queria grudar o bicho. Falei: “Velho, o cara acabou de abandonar o cachorro”. Aí veio polícia, um Sargentão Pincel, assim: “Está fazendo muito barulho!” [...)]. Esse que chegou gigante nem apavorou tanto. Só que chegou outra viatura com dois caras. Esses é que encasquetaram. Um perguntou meu nome. E eu: “E o seu nome, qual é? Eu te falei meu nome com toda a educação do mundo. Agora quero

				saber o seu nome.". E ele não falou nada. Na segunda vez que eu perguntei, ele disse: " <u>Você não sabe ler?</u> ". Assim, velho. Aí olhei para o meu sócio: "Na moral, me dá meu telefone aí. Esse bagulho não está me descendo redondo, não""
--	--	--	--	--

Print da ocorrência

Felipe Titto fala sobre prisão: 'Me algemou e me jogou no porta-malas'



Felipe Titto
Imagem: Reprodução/Instagram



Colaboração para o UOL em São Paulo

19/04/2021 15:48

PUBLICIDADE

Ativar c
Acesse C



Colaboração para o UOL em São Paulo

19/04/2021 12:46

Felipe Titto contou recentemente que foi preso ao seguir um homem que abandonou um cachorro no Rio Grande do Sul. Em bate-papo no podcast "Podpah", o ator deu mais alguns detalhes sobre o acontecimento.

"Fui atrás (do cachorro). Meu sócio já ligando para as viaturas: "Ó, tem um cachorro aqui na avenida e tal". E o bicho perdido. E eu atrás dele (do homem que abandonou o cão). E desembocou na viatura da polícia.

Abandonar bicho, maltratar bicho, é crime. Faz com gente mas não faz com bicho. Tenho cinco cachorros em casa, adoro bicho. Não tem como. Bicho é f*** demais", começou ele.

"Colei na polícia. Queria grudar o bicho. Falei: "Velho, o cara acabou de abandonar o cachorro". Aí veio polícia, um Sargento Pincel, assim: 'Está fazendo muito barulho!' (...) Esse que chegou gigante nem apavorou tanto. Só que chegou outra viatura com dois caras. Esses é que encasquetaram. Um perguntou meu nome. E eu: 'E o seu nome, qual é? Eu te falei meu nome com toda a educação do mundo. Agora quero saber o seu nome'. E ele não falou nada. Na segunda vez que eu perguntei, ele disse: 'Você não sabe ler?' Assim, velho. Aí olhei para o meu sócio: 'Na moral, me dá meu telefone aí. Esse bagulho não está me descendo redondo, não.'"

Segundo Titto, o policial se sentiu coagido e o rendeu alegando desacato a autoridade. "Aí eu falei: 'Olha aqui, irmão. Não passa vontade, não. Sorte que eu não vou nem reagir. Pode mandar bala'. Aí ele catou meu braço aqui. Aí doeu porque meu ombro é zoado. Arregaçou para trás. Eu achei que ia ficar algemado na frente... Me algemou e me tacou no porta-mala do bagulho", relatou o ator.

Felipe ficou cerca de cinco horas na delegacia e depois de dar depoimento, foi liberado. O ator contou que decidiu postar stories no Instagram na última semana porque notas vazaram na imprensa local. E acrescentou:

"Pensa num bagulho doido: Nós branco (sic), tenho dinheiro, sou famoso, bonitinho, cara de playboy... E o cara me algemou e me jogou no porta-mala de um carro! Imagina o preto, pobre, favelado, mal vestido porque não tem grana para comprar, sem instrução, não sabe o direito dele (...) Aqui em Sampa os polícia (sic) me param, quando param: 'Ô, cara, manda foto para o meu filho, manda vídeo para a minha mulher'" Eu sou zero o cara que vai falar mal da polícia porque é maior trampo veneno também. "Ah, porque os caras chegam gritando" (...) Tem que chegar mesmo e está tudo certo. Se der m*** você vai ligar para a polícia", concluiu.

De acordo com o ator, o homem que abandonou o animal na rodovia também foi liberado, e o seria recolhido da rodovia.



Último acesso: 11/05/2024

Endereço de acesso do UOL: <https://www.bol.uol.com.br/entretenimento/2021/04/19/felipe-titto-fala-sobre-prisao-me-almegou-e-me-jogou-no-porta-malas.htm?cmpid=copiaecola>

APÊNDICE 5

SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS COLETADOS					
Segmento do Corpus	Número	Data da publicação	Fonte	Transcrição do Enunciado	
Formato interrogativo	Enunciado 5	28/07/2022	UOL	“O bispo, que celebrava a missa naquele ano, também interveio, queria que baixasse a bandeira na hora da celebração. Seu Valmir não arredou. “ <u>Você sabe ler? Pois leia aqui</u> ”, referindo-se à frase “diga não ao preconceito” que mandou bordar no peitoral do cavalo...”	
Print da ocorrência					

Chapada, o vaqueiro hétero que leva bandeira LGBTQIA+ para missa no sertão



Desde 2015 Valmir Calaça, conhecido como Chapada, levava uma bandeira arco-íris na tradicional procissão para a missa de Serrita (PE), capital dos vaqueiros.

Imagem: Adriano Alves/UDL

Ativar o Windows
 Acesse Configurações para

Imagem: Adriano Alves/UDL



SÓ PARA ASSINANTES



Adriano Alves
 Colaboração para o TAB de Serrita (PE)
 28/07/2022, 04h01



Poeira, cavalgada e homens encourados. Todo quarto domingo do mês de julho, desde 1971, é assim na pequena Serrita (PE), a 536,7 km do Recife. Nesse período do ano, a cidade faz jus ao título de "capital dos vaqueiros", recebendo visitantes de várias partes do Nordeste. Eles tomam as ruas da cidade sertaneja, seguindo a cavalo em procissão até chegar na tradicional missa realizada para pedir bênçãos para os meses de estiagem que estão por vir. Um ambiente de machos.

O cenário marrom das vestes típicas em couro cru ganha novos tons pelo colorido de uma bandeira arco-íris. Em cima do cavalo Boomerang, Valmir Calaça, 55, segura a bandeira que representa o orgulho LGBTQIA+, cavalgando ao lado de bandeiras políticas do estado e dos municípios no domingo (24).

f

t

+

Natural de Floresta (PE), a 168 km dali, o vaqueiro conhecido como Chapada frequenta a festa há mais de 20 anos. Em 2016, assumiu para si a missão de levar o símbolo da luta LGBTQIA+ para o evento protagonizado pela figura do homem macho do sertão. Naquele ano, ele se deparou com dois fatos marcantes nos noticiários: em junho, o massacre na boate Pulse, de Orlando (EUA), que deixou 50 mortos; e uma agressão homofóbica em uma festa realizada em sua cidade, semanas depois da tragédia americana. Foi quando disse "vou levar essa bandeira para homenagear esse pessoal".



f

t

+



'Chapada' faz questão de ostentar a bandeira e pedir por respeito a todos
Imagem: Adriano Alves/UOL

Lá em 2016, a bandeira "deu um choque, porque no meio de vaqueiro isso é uma coisa diferente, quase um tabu", conta ao **TAB**. Ele chegou a ser abordado pela organização do evento, que o questionou se sabia o significado do que carregava.

f

t

+

O bispo, que celebrava a missa naquele ano, também interveio, queria que baixasse a bandeira na hora da celebração. Seu Valmir não arredou. "Você sabe ler? Pois leia aqui", referindo-se à frase "diga não ao preconceito" que mandou bordar no peitoral do cavalo. "Eu acho que na minha vida foi o pedaço de pano mais pesado que eu já carreguei", afirma.

O vaqueiro não tem mais a rotina de lida no mato com pegas de boi, mas não deixa de frequentar os eventos da categoria. Vai para muitas missas do tipo durante o ano e não deixa de levar a bandeira colorida. Inclusive tem mais de uma, para caso alguém aceite ajudar a causa.

Por onde passa, a reação é sempre polêmica, "é uma coisa fora do comum, você leva tanto nome", ele diz, referindo-se aos xingamentos que escuta. "Só sabe quem tá com ela. Mas, tá tudo certo, enquanto não partir para agressão, tudo beleza."

f

t

+



Ambiente tradicional ganha toques modernos com a bandeira LGBTQIA+: 'Luta'
Imagem: Adriano Alves/UOL

Uma celebração sertaneja

No domingo, o Parque Estadual João Cândio ficou lotado de vaqueiros. Mesmo com o tempo chuvoso característico do mês na região, os apaixonados pela tradição não deixariam os pingos atrapalharem a volta do

f

t

+

apaixonados pela tradição não deixariam os pingos atrapalharem a volta do evento, que ficou dois anos suspenso devido à pandemia. "A emoção é muito grande, estamos aqui desde terça-feira esperando essa missa", conta Tiago Jorge do Nascimento, 32, que viajou de Cedro.

A reunião dos "heróis do sertão" é para cumprir a tradição de homenagear Raimundo Jacó, vaqueiro imortalizado na canção de Luiz Gonzaga, seu primo. A história popular conta que Jacó foi morto em uma emboscada, em 1954, por inveja de outro vaqueiro ao seu aboio. A tragédia o transformou no ícone da vaqueirama.

Foi o Rei do Baião que, junto com o padre João Cândio e o poeta Pedro Bandeira, iniciou a que hoje é considerada a maior celebração vaqueira de todo o país, reunindo mais de 70 mil pessoas por edição. "Melhor do que essa aqui, só se for a do ano que vem", sentencia Édis Cardoso, 50, após tocar seu berrante em meio à multidão.



A missa campal segue um roteiro bem semelhante às já realizadas dentro das igrejas católicas. Um crucifixo ornamentado com couro, celebrantes vestidos a caráter, um coral composto por apoiadores e um ofertório que, em vez de dinheiro, recebe utensílios utilizados pelos vaqueiros em seus trabalhos no mato, como as vestimentas, facões e até rapadura. Os fiéis não ficam sentados em bancos, permanecem em cima dos cavalos durante toda a cerimônia.

À frente do palco, a maioria é homem. Uma única mulher se diz "realmente vaqueira de entrar no mato". Logo na segunda fila de cavalos está Chapada, que mantém a bandeira erguida durante toda a celebração. "O povo diz: você é um camarada que não devia aceitar carregar essa bandeira", conta.

Coincidência ou não, o sermão naquele dia foi sobre respeito ao próximo. "Todos são irmãos se chamam Deus de pai. Chamar Deus de pai é não ter ódio, é não ter raiva e intolerância", afirmou o padre Natel, pároco de uma cidade vizinha, Exu, terra natal de Luiz Gonzaga.



Entre o marrom das vestes dos vaqueiros, o colorido da bandeira do Orgulho LGBTQIA+
 Imagem: Adriano Alves/UOL

Terra de 'cabra macho'

Símbolo da força e bravura do sertanejo, a imagem do vaqueiro é também do homem "macho", que nem dor sente. A missão de encontrar entre a vaqueirama alguém que comentasse sobre a bandeira LGBTQIA+ presente no evento não foi fácil. "Deixa quieto" e "prefiro não falar disso" é o que

no evento não foi fácil. "Deixa quieto" e "prefiro não falar disso" é o que mais se ouve, com caras tortas e olhos revirados. Até a organização se recusou a colaborar com a reportagem, com respostas negativas e curtas ao receber tentativas de contato.

Entretanto, aos poucos a realidade tem mudado. Hemerson Novaes, 32, que frequenta a festa desde criança, diz que "não é mais tão machista como antes, mas infelizmente ainda tem muito preconceito". É dele o caminhão que vem de Floresta com os cavalos, incluindo o de seu Valmir, que conhece desde que nasceu e apoia sua atitude. "Cada um tem o direito de escolher o que quer ser e te faz bem", opina o vaqueiro e boiaideiro.

Como qualquer menino da região, Valmir Calaça também foi criado nesses princípios. "Eu já era de família de vaqueiro, era o pai, o avô", conta. Segundo ele, em Floresta, sua cidade, qualquer assunto mais polêmico gera intriga da oposição.

"Quando tinha um (gay) de um lado, mandavam para fora, não ficava na minha cidade, iam todos para a capital. Era muito comum antigamente", lembra. Ele diz ter tido a sorte de não ter preconceitos. "É tipo uma pedra bruta, você vai se lapidando. Até que você pensa 'homem, tá tudo certo, o mundo tem que ser desse jeito mesmo'", explica.

O respeito ao próximo é compartilhado com os dois filhos. O mais velho, Henrique Nunes Calaça, 24, é assistente administrativo e luta jiu-jitsu. Ele compartilha nas redes sociais o orgulho do pai, que não é LGBTQIA+.

"Precisamos lutar por um mundo melhor e o preconceito nos dias de hoje é inaceitável", diz Henrique. "Lutar contra o preconceito é uma forma de demonstrar amor."

COMUNICAR ERRO [x]

PUBLICIDADE

Último acesso: 11/05/2024
 Endereço de acesso do UOL: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2022/07/28/vaqueiro-hetero-hasteia-simbolo-lgbtqia-como-pedido-de-respeito-ao-proximo.htm?cmpid=copiaecola>

APÊNDICE 6

SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS COLETADOS					
Segmento do Corpus		Número	Data da publicação	Fonte	Transcrição do Enunciado
Formato afirmativa	de	Enunciado 6	24/04/2021	Estadão	““Pobre não lê”, argumentou Paulo Guedes, como se estivesse justificando uma sobretaxa no preço do hadoque. Para o pobre, o chamado “pão do espírito” (o livro) é

				mesmo artigo de luxo, e por isso necessitado de estímulos vários, não de carga tributária”
<p>Print da ocorrência</p>  <p>Opinião • Templos do saber</p> <p>A Da Vinci foi a livraria mais próxima da Shakespeare & Co. que conheci e frequentei</p> <p>PUBLICIDADE Anúncios Google</p> <p>Enviar comentários Anúncio? Por quê? ⓘ</p> <p> Por Sérgio Augusto 24/04/2021 03h00 - Atualização: 31/08/2023 18h59</p> <p>Ontem, 23 de abril, foi o Dia Mundial do Livro. A celebração, criada na Catalunha, em homenagem a Cervantes, nos pegou num momento particularmente adverso para a produção e consumo de livros. Não bastassem a pindaíba geral e a retração presencial nas livrarias impostas pela pandemia, o ministro Paulo Guedes inventou de taxá-los como uma mercadoria qualquer, não um insumo mental e espiritual com 80 anos de isenção tributária na lombada.</p>				

A julgar pela míngua de volumes em suas estantes domésticas, o mais perverso e desastrado ministro da Economia das últimas sei lá quantas décadas não parece muito chegado à leitura. Mas, ainda que afinado com a arrogante incultura do presidente e sua corja de adulões, não precisava ter ido tão longe na contramão das políticas de incentivo à leitura que todos os governos do Brasil a.B. (antes de Bolsonaro) ao menos tentaram implementar. "Pobre não lê", argumentou Paulo Guedes, como se estivesse justificando uma sobretaxa no preço do hadoque. Para o pobre, o chamado "pão do espírito" (o livro) é mesmo artigo de luxo, e por isso necessitado de estímulos vários, não de carga tributária. Estímulos que deveriam incluir algum tipo de subsídio ou alívio fiscal às livrarias físicas, que, afinal, são templos do saber – com livreiros no lugar de padres e pastores. Enquanto isso, os templos do saber se viram como podem para enfrentar a concorrência de feiras, supermercados, farmácias – e da Amazon. No início de abril, oito livrarias do Rio – Leonardo da Vinci, Argumento, Berinjela, Folha Seca, Blooks, Lima Barreto, Malasartes e Janela – uniram-se para fundar o grupo colaborativo Livrarias Cariocas. O espírito que as anima é o mesmo dos três mosqueteiros de Dumas: uma por todas, todas por uma. Dos múltiplos problemas a serem enfrentados, a taxa proposta pelo ministro da Economia é o que mais se assemelha à espada de Dâmocles. Animados pelas comemorações do Dia do Livro e por uma perceptível alta no índice de leitura proporcionada pelo isolamento social, usuários do Twitter e do Facebook distraem-se há dias com enquetes do gênero "quantos livros você já leu durante a pandemia?", "qual o livro que mais te marcou na vida?". São perguntas difíceis de responder para quem, como eu, não tem o hábito de contar os livros que consome e até hoje não sabe se o que impactou na infância (*A Ilha do Tesouro*) deve ter precedência sobre o que impactou na adolescência (*A Educação Sentimental*) e na idade madura (*Desonra*). Outra curiosidade, supostamente mais fácil de atender porque factual, revelou-se, contudo, irrespondível: "Qual foi a primeira livraria de sua vida?". Pureza d'alma, não faço ideia. As crianças da minha geração tinham seus

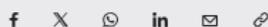
sua vida?". Pureza d'alma, não faço ideia. As crianças da minha geração tinham seus primeiros livros comprados em papelarias de bairro, hábito que perdura até hoje no interior do Brasil. Certamente, veio de uma papelaria, para mim, apaixonante, *Os Grandes Benfeitores da Humanidade*, de F. Acquarone, em cujas páginas descobri quem foram e que benefícios nos proporcionaram Gutenberg, Pasteur, Edison e o casal Curie. O que me leva a especular sobre em qual livraria adquiri meu primeiro livro pagando do próprio bolso. Se nascido na segunda metade do século 19, teria sido numa daquelas lojas especializadas da Rua do Ouvidor (Laemmert, Garnier), quase diariamente visitadas por Machado de Assis, Bilac, mas desaparecidas antes de eu vir ao mundo. Lembro-me de compras remotas na Zahar, na Ler, na Civilização Brasileira, nas legendárias São José e José Olympio, todas mais ou menos vizinhas, no Centro do Rio. Meus mais insistentes flashbacks afetivos me levam, contudo, à Casa Crashley (no 58 da Ouvidor) e à Leonardo da Vinci (até hoje no subsolo do Edifício Marquês de Herval, na Avenida Rio Branco, 185). Era na Crashley que eu e todo mundo assinávamos revistas de língua inglesa, da *Encounter* aos mensários de cinema (*Sight & Sound*, *Films and Filming*), no início dos anos 1960. Elas não nos eram entregues em domicílio ou na redação do jornal; tínhamos de ir buscá-las pessoalmente com o mesmo senhor Anthony, cujo sobrenome britânico esqueci. A Da Vinci é um caso à parte. Foi a livraria mais próxima da parisiense Shakespeare & Co. que conheci e frequentei. Tinha até uma sucedânea de Sylvia Beach, a italiana Giovanna Piraccini, a mítica dona Vanna, hoje com 94 anos e há muito aposentada, que parecia ter lido todos os milhares de livros que vendera e vendia. Não peguei a primeira Da Vinci (na Avenida Rio Branco), mas peguei os últimos quatro ou cinco anos do circunspecto e algo sartriano Andrei Duchiate, romeno de nascença, marido de dona Vanna, no comando da casa. Comprei lá minhas primeiras revistas de cinema francesas e tudo mais que a cultura francesa nos exportava, em suas duas salas conheci um punhado de futuros amigos. Segundo lar dos intelectuais

salas conheci um punhado de futuros amigos. Segundo lar dos intelectuais residentes no Rio, de seus cronistas e poetas, dois dos quais, Carlos Drummond de Andrade e Antonio Cícero, dedicaram-lhe um poema, a Da Vinci era um boteco sem bebidas, onde passávamos horas trocando dicas e impressões sobre o que havíamos lido ou ansiávamos ler. Seus fregueses, não todos, presumo, tinham uma conta numerada, quitada sem aqodamento e prazos rígidos. Espero voltar a falar da Da Vinci neste espaço. Ou da "Davinte", como a empregada de meus pais anotava os recados sobre a chegada de novas encomendas que dona Vanna comunicava por telefone. Se não me falha a memória, 527192. É JORNALISTA E ESCRITOR, AUTOR DE 'ESSE MUNDO É UM PANDEIRO'

Opinião por Sérgio Augusto

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

Compartilhe:



Último acesso: 11/05/2024

Endereço de acesso do Estadão: <https://www.estadao.com.br/cultura/sergio-augusto/templos-do-saber/>

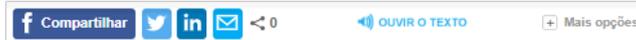
APÊNDICE 7

SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS COLETADOS					
Segmento do Corpus	Número	Data da publicação	Fonte	Transcrição do Enunciado	
Formato afirmativa de	Enunciado 7	30/03/2015	Folha de São Paulo	“Camargo comanda uma página na internet que tem cerca de 400 mil seguidores. Ele diz que dedica duas horas diárias à alimentação do site e que seu trabalho é "traduzir" o noticiário para "o povo". Em sua fala, disse que a população mais <u>pobre não lê jornal e, quando lê, não entende</u> ”	
Print da ocorrência					

'Dilma já não governa; é a rainha da Inglaterra', diz líder do MBL

DE SÃO PAULO

30/03/2015 @ 18h11



Em debate promovido pela **Folha** e pelo portal UOL na tarde desta segunda-feira (30), o ativista Fernando Silva, 18, um dos líderes do MBL (Movimento Brasil Livre), disse que a presidente Dilma Rousseff já não tem controle sobre o país e que se tornou uma espécie de "rainha da Inglaterra" no Palácio do Planalto.

PUBLICIDADE

O debate ocorreu no teatro Tucarena, em São Paulo, e foi mediado pela repórter especial Patrícia Campos Mello, com perguntas do blogueiro Josias de Souza.

"Quem governa o país hoje é o Eduardo Cunha e o Renan Calheiros. Ela [Dilma] é uma espécie de rainha da Inglaterra", disse Fernando, que é conhecido na internet como Fernando Holiday.

O MBL defende abertamente o impeachment da presidente por entender que ela pode ser enquadrada em crime de responsabilidade por ter ficado à frente do conselho de administração da Petrobras no período em que, segundo a Operação Lava Jato, desvios se tornaram frequentes na estatal.

Além do MBL, o advogado Cláudio Camargo, do movimento Quero Me Defender, participou do evento.

Camargo entende que ainda não é possível juridicamente defender o impeachment de Dilma. Ele prega, no entanto, a adoção de uma pauta conjunta de todos os movimentos antigoverno baseada em pontos de concordância, como a redução do número de ministérios e o repúdio ao silêncio do Planalto sobre a situação política da Venezuela.

Ambos os representantes disseram repudiar os grupos que defendem a intervenção militar. "Sou radicalmente contra ditadura, seja ela de esquerda ou de direita", disse Camargo.

Fernando Holiday defendeu a legitimidade do impeachment. Questionado sobre o fato de que o poder poderia acabar nas mãos do PMDB, partido do vice-presidente Michel Temer e dos presidentes da Câmara e do Senado, avaliou que, apesar de também estar envolvido com denúncias de corrupção, o PMDB não tem um viés totalitário.

"O PT usa a corrupção para colocar em risco a nossa liberdade", avaliou.

TRADUÇÃO

Camargo comanda uma página na internet que tem cerca de 400 mil seguidores. Ele diz que dedica duas horas diárias à alimentação do site e que seu trabalho é "traduzir" o noticiário para "o povo". Em sua fala, disse que a população mais pobre não lê jornal e, quando lê, não entende.

... ..

Questionado se não teria uma visão "paternalista", por defender que algumas pessoas são incapazes de formar juízo sobre o que se passa no país, rechaçou: "Você escreve sobre superávit primário. A moça que trabalha na minha casa não vai entender. Se eu disser pra ela: estão gastando mais do que podem, ela entende".

Convidado para o evento, Marcello Reis, do grupo Revoltados On Line, não compareceu. Ele havia confirmado presença. O debate era aberto para o público e, em diversos momentos, houve intervenção da plateia. Ao final, um trio que defendia a intervenção militar discutiu com estudantes que acompanhavam a programação. ★★

Último acesso: 11/05/2024

Endereço de acesso da Folha de São Paulo: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1610307-dilma-janao-governa-e-a-rainha-da-inglaterra-diz-lider-do-mbl.shtml>

APÊNDICE 8

SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS COLETADOS					
Segmento do Corpus	Número	Data da publicação	Fonte	Transcrição do Enunciado	
Formato afirmativa de	Enunciados 8 e 9	11/08/2020	Medium	<p>“As deliberações sobre downloads, MTV, MP3, etc. como novos componentes na cabeça do público são, a meu ver, secundários. A verdade é que as revistas não emplacam porque quem ouve música no Brasil — ou seja, <u>o público alvo fundamental de uma publicação desse tipo — não lê</u>. Acho mesmo que 99% dessa galera sequer gosta, REALMENTE, de música”</p> <p>“Tudo se reduz ao fato de que <u>o brasileiro lê pouco e mal</u>. E para completar, não tem dinheiro. Ou talvez o primeiro fator seja consequência do segundo. Mas acho que isso nem é problema específico nosso; o povão, a massa, tende a ser assim mesmo em qualquer lugar do mundo”</p>	
Print da ocorrência					

GENTE QUE NÃO SABE OUVIR, GENTE QUE NÃO SABE LER



Marco Antonio Barbosa · Follow

Published in Telhado de Vidro · 6 min read · Aug 11, 2020



Este texto foi publicado originalmente no site [Scream & Yell](#), em... 2003, uma época em que a internet já não era mais novidade e havia a ingênua esperança que algum tipo de coexistência pacífica entre o digital e o impresso pudesse existir. De lá para cá, quase todas as publicações impressas de música acabaram e mesmo os sites especializados sobrevivem muito precariamente — sem um modelo de negócio realista, sem monetização, sem que o público enxergue valor nos veículos com conteúdo sério. Como se sabe, esse panorama é apenas uma fração de um mercado em franca e generalizada deterioração há muito tempo.

...

“(...) Me perguntam quase sempre por que, na minha opinião, publicações de música ‘não dão certo’ no Brasil. (...) Consumir música e consumir publicações que falem sobre música são duas coisas inteiramente diferentes. (...) Esta é uma geração (...) que não tem o hábito de leitura musical das gerações anteriores — e aí me refiro tanto a ler a música em si, como um ‘trabalho’ assinado/criado por alguém com uma história pessoal e referências coletivas — quanto a ler sobre a música.” — Ana Maria Bahiana, no site [Comunique-se](#).

“(…) Acho que estamos entrando em uma era (de, talvez, 10 ou 15 anos) em que a música será muito pouco importante para as pessoas. Isso é numérico. As pessoas que compram discos hoje são as mesmas que compravam discos em 1989: há uma lacuna geracional enorme acontecendo, o público da MTV, da internet e da Capricho, que tem música o tempo todo e para quem música não significa lufas. (...) (Sobre o fim da revista *Frente*): A culpa foi da gente, que foi incapaz de criar um produto que centralizasse as aspirações de um número de pessoas suficientemente grande para manter o título vivo e nosso padrão de vida minimamente decente.” — **Ricardo Alexandre**, em entrevista ao site Observatorio da Imprensa.

Você certamente ouviu falar, há um tempo atrás, que a *Rolling Stone* iria ganhar uma edição nacional. Ou, talvez, que a editora Abril ressuscitasse a velha *Bizz*. Deve ter ouvido que revistas como a *Play*, a *Zero* ou a *Frente* iriam inaugurar uma nova de jornalismo pop brazuca no terceiro milênio. Isso tudo foi pro saco.

Por que, hein? O futuro não era tão promissor para nossas revistas de música? Onde elas estão? Por que elas não saem da fase de planejamento (às vezes, nem sequer da cabeça dos seus idealizadores)? Por que, quando viram realidade, tem tanta dificuldade em se manter? E por que elas fecham tão rapidamente?

Ao ler, na mesma semana, os textos cujos excertos abrem estas linhas, andei elaborando algumas considerações sobre o assunto.

Juntando as duas leituras — assinadas por autores com competência insuspeita e experiência pessoal no assunto — cheguei à conclusão de que NÃO VAI HAVER renascença no mercado de revistas de música no Brasil. Ponto final.

Simplesmente porque, citando outro trecho da entrevista do Ricardo, “o público da *Frente* (que era uma revista de bandas novas, de molecada mesmo) tinha a maioria de seus leitores com mais de 25, 30, às vezes de até 40 anos. (...) Superestimamos o número de pessoas como nós no Brasil — uma ilusão que a internet cria, como num jogo de espelhos: no fim, tínhamos a certeza de que muito mais pessoas reclamavam de uma coisa ou outra do que realmente comprava a revista.”

Na minha cabeça, o negócio é o seguinte: existe sim um número respeitável de pessoas que compraria fielmente uma boa revista de rock, mas esse número não interessa a uma editora grande. E uma editora pequena (ou uma revista independente) não tem como se bancar para chegar, com qualidade, a esse número respeitável de pessoas.

As deliberações sobre downloads, MTV, MP3, etc. como novos componentes na cabeça do público são, a meu ver, secundários. A verdade é que as revistas não emplacam porque quem ouve música no Brasil — ou seja, o público alvo fundamental de uma publicação desse tipo — não lê. Acho mesmo que 99% dessa galera sequer gosta, REALMENTE, de música.

Porque uma revista de música, pra sobreviver, precisa de gente como eu (ou como os leitores deste site). Gente que não se contenta em comprar os CDs ou baixar os MP3. É um tipo de pessoa que precisa conhecer mais detalhes sobre os artistas, saber o que há de novidade, ter dicas sobre grupos e discos históricos, ter uma idéia do que está rolando no mercado indie (local e gringo), notícias quentes, entrevistas alentadas, pautas caprichadas, resenhas relevantes e honestas. Isso, para mim, é gostar de música. Ou, pelo menos, faz parte do interesse que se tem — quando se tem — pela música.

Mas a enorme maioria das pessoas que “gosta de música” se preocupa apenas em ter uma trilha sonora adequada para um churrasco. Ou para o CD-player do carro, indo para a “balada”. Ou para curar uma dor de cotovelo. É gente que se contenta em ver a cara do artista ocasionalmente no Faustão, ou ler na capa da *Contigo* quem está namorando com quem. Gente para quem a música é acessório. Pessoas assim nunca vão se interessar em comprar uma revista “hardcore” de música, feita por e para REAIS fãs de música. Note bem que não falo de quem ouve pagode ou forró: você, que ontem era fã de Guns'n'Roses e hoje ouve Creed e Linkin Park, também NÃO GOSTA de música. Você, assim como os pagodeiros e os forrozeiros, pode se contentar muito bem com revistas fininhas, com letras grandes e escassas, e contentar muito bem com revistas fininhas, com letras grandes e escassas, e muitas, muitas fotos.

E, queiram ou não os nossos protótipos de Jann Wenner, são ESSAS as pessoas que poderiam comprar suas revistas. Mas, é claro, não compram. “Já é tão complicado decorar o nome do ‘artista da hora’, ainda querem que eu leia uma revista cheia de letras?” Perder esse público é fatal para praticamente qualquer publicação. Mas o que fazer se, pra começar, o leitor nunca esteve “ganho”, para ser “perdido”?

O “resto” (crise econômica, depressão do poder de compra, mutretas próprias do mercado editorial, etc.) acaba sendo fator menor. Tudo se reduz ao fato de que o brasileiro lê pouco e mal. E para completar, não tem dinheiro. Ou talvez o primeiro fator seja consequência do segundo. Mas acho que isso nem é problema específico nosso; o povão, a massa, tende a ser assim mesmo em qualquer lugar do mundo.

Na outra ponta, existe o, sei lá, 1% de público — ainda assim, é bastante gente — que poderia, muito bem, sustentar não apenas uma, mas um bom punhado de publicações modestas, com orçamentos realistas, mas ainda assim bem-feitas. Aqui, sim, entra o “resto” do parágrafo de cima. Os bons samaritanos que insistem em nadar contra a corrente, para fazer com que sua publicação chegue afinal nesse 1%, um dia cansam de dar murro em ponta de faca. E não dá para contar com filantropia de editora grande. Para essas, “formar público” e “preocupação com qualidade” são palavões, dos mais cabeludos. Adendo biográfico: um colega meu, que foi um dos

mais cabeludos. Adendo biográfico: um colega meu, que foi um dos penúltimos editores da *Showbizz*, fala para quem quiser ouvir que, quando a revista foi dispensada pela Abril, tinha uma venda de 50 mil exemplares. E que “só isso” não interessava à editora.

Não gosto de terminar texto algum em tom pessimista, mas também não vejo solução simples — ou sequer factível a médio/longo prazo — para esse beco sem saída. É uma pena, pois o “meio” revista é riquíssimo, cheio de possibilidades e de formas para produção de conteúdo realmente válido. E seria terrível ver uma porta como essa fechada para sempre em nosso mercado editorial/musical.

Dá pra sacar, entretanto, que as ambições (e expectativas de retorno financeiro) devem ser mantidas no nível mais realista (i.e., baixo) possível. E também que ficar fechado em nichos muito específicos (underground demais, indie demais, punk demais) pode ser prejudicial à saúde da publicação. Outra: saber para quem está se escrevendo, ter o máximo de feedback possível do leitor. E, por último — e esta é uma lição tirada da dura sobrevivência da *Rock Press*, revista com a qual colaboro há mais de sete anos — perseverar sempre, até a corda roer de vez. (Para a RP, ainda não roeu.) Um dia, com sorte, a ponta da faca desgasta um pouquinho e os murros doerão menos.

Último acesso: 11/05/2024

Endereço de acesso do Medium: <https://medium.com/telhado-de-vidro/gente-que-n%C3%A3o-sabe-ouvir-gente-que-n%C3%A3o-sabe-ler-9ac4f8b5d1dc>

APÊNDICE 10

SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS COLETADOS					
Segmento do Corpus	Número	Data da publicação	Fonte	Transcrição do Enunciado	
Pergunta não-retórica	-	28/12/2021	Folha de São Paulo	“Eu falo para os filhos dos meus pacientes, você sabe ler e escrever? (...)”	
Print da ocorrência					

LÍGIA E ÁUREA - LEVAR PESSOA COM DEMÊNCIA PARA A INSTITUIÇÃO É ABANDONAR?

A dona de casa Lígia Galli tem 59 anos. Sua mãe, Áurea Moraes Galli, tem 81 anos e recebeu o diagnóstico de demência em 2012. Desde então, Áurea vive em uma instituição de longa permanência (ILPI).

"Minha mãe sempre foi uma pessoa ativa, prestimosa com a casa, com os cuidados com os filhos. Fazia tricô, crochê, bordado. Ela cozinhava extremamente bem, fazia pinturas a óleo lindíssimas", conta Lígia.

"Então eu notei muita diferença, retomando, após a morte do meu pai. Quando eu ia visitá-la, a casa estava muito suja, muito largada, com um cheiro ruim, comida estragada na geladeira. Era uma coisa que chocava a mim porque minha mãe não passava nem perto de um tipo de comportamento assim."

Logo, Lígia percebe que a mãe não pode mais viver sozinha. Seu depoimento nos remete a um dilema quase universal entre pessoas afetadas pela demência: cuidar em casa ou levar para uma ILPI?

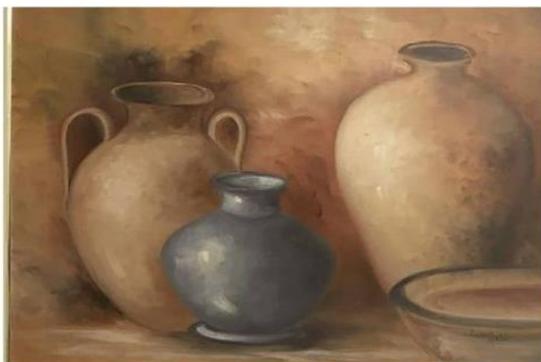
"Várias pessoas falaram em colocar minha mãe numa clínica, mas para mim, naquele momento, aquilo era impensável. Aquela ideia de que a gente vai abandonar o idoso, largar aos cuidados de estranhos", diz.

Lígia decide levar a mãe para morar com ela em Indaiatuba, interior de São Paulo. Ela conta que, no começo, sua filha, que tinha 7 anos de idade, achava certas situações engraçadas.

Mas Lígia ainda precisou de um último empurrão. Um dia, ela recebe um telefonema da clínica onde a mãe estava passando o dia. Áurea tinha caído e sofrido várias fraturas.

"Depois desse acidente, para mim ficou claro que ela tinha de ir para uma clínica de longa permanência", diz Lígia.

"Minha prima ainda brincou: 'coitada da tia Aurinha. Deus teve que quebrar a sua mãe toda para você entender que era hora de levar ela para uma clínica. Para ter um tratamento adequado e você também, de ficar cuidando de você e da sua filha.'"



Culinária, crochê, pintura a óleo: os múltiplos talentos de Áurea Galli - Arquivo pessoal

"Porque minha mãe ainda mantinha um bom humor", lembra. "Com piadas, com coisas engraçadas, que começaram a ser misturadas com momentos de raiva, mau humor, desespero, de falar sozinha, de tirar a fralda e guardar as fezes em gaveta."

"Começou um drama muito grande", lembra Lígia. De um lado, a filha, aos prantos. De outro, uma mãe que agora precisava de atenção 24 horas por dia.

"E quanto mais difícil a situação ficava, mais eu achava que tinha de ser capaz de cuidar", lembra.

Para ter um pouco de descanso, Lígia começa a levar Áurea para passar o dia em uma clínica.

"Quando eu chegava em casa, o dia que ela ficava em casa, eu abria a porta e sentia o cheiro de fezes. Eu brigava com ela. Sentava no banheiro, fechava tudo, chorava, chorava. Senão eu ia realmente perder a paciência com ela."

Do consultório, a geriatra Celene Pinheiro acompanhou a luta de Lígia para cuidar da mãe.

"A Lígia é minha paciente. Ela veio me contando como foi o diagnóstico da mãe, de doença de Alzheimer."

"Ela estava se desdobrando, se desgastando, sofrendo, até que ela fala: 'meu Deus, só tem uma saída: pedir ajuda especializada'", recorda a médica.

Quando você leva um idoso com demência para uma ILPI, está atendendo a uma necessidade dele, diz Celene Pinheiro.

"Eu falo para os filhos dos meus pacientes, você sabe ler e escrever? Quando seu filho entrou na idade de ser alfabetizado, você levou para a escola, para que ele fosse alfabetizado por especialistas em fazer isso. Não está abandonando seu filho."

Quando se trata de um idoso com demência, você tem de pensar assim, prossegue a médica. "Você sabe cuidar, mas às vezes a pessoa precisa de algo a mais."

Livre da responsabilidade de cuidar, Lígia passa a se relacionar com a mãe de maneira diferente.

"Ela me disse que pela primeira vez, depois de muito tempo, se sentia filha da mãe dela", diz a geriatra.

E é como filha que Lígia viverá um encontro inesquecível com a mãe.

"Um dia, cheguei em uma visita e estava tão triste, tão abalada, com tanto problema da minha filha, do meu marido, falta de dinheiro...", conta.

"Minha mãe estava no terraço sozinha, sentei e comecei a conversar com ela. Até hoje eu converso com ela, como se ela entendesse. Acaba saindo sem querer e acho que alguma coisinha sobra, lá dentro da cabecinha dela. E eu deitei no colo dela. E chorei tanto, tanto. Falei, 'poxa mãe, estou com tanto problema'."

Lígia continua.

"Ela passou a mão na minha cabeça e falou: 'ah, coitadinha, ela tá triste.' E falou: 'eu te amo'. Foi a primeira vez, na minha vida, que eu ouvi a minha mãe falar 'eu te amo'. Eu chorei muito, e em seguida ela começou a cantar 'boi, boi, boi, boi da cara preta...'. Que é uma música que ela canta até hoje."

"Foi um consolo", conta. "O momento de amor que eu nunca tinha recebido da minha mãe a minha vida inteira. Recebi aquele dia."

Em seguida, sorrindo entre as lágrimas, Lígia pede: "Você tem um lencinho aí pra mim?"



Último acesso: 11/05/2024

Endereço de acesso da Folha de São Paulo:
<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/12/alzheimer-um-recomeco-tres-historias-surpreendentes-sobre-a-demencia.shtml>